MUNICÍPIOS *e* DISTRITOS *do* ESTADO *de* SÃO PAULO

IGC

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO REGIONAL

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO

Edição Online:
José Eduardo Martin Roquetti e Renan Leite Galiano
Produção

Michel Vítor Cury
Supervisão

2011

APRESENTAÇÃO

A organização do quadro territorial e administrativo do Estado de São Paulo é um processo cuja origem remonta ao período colonial, estendendo-se até o presente.

Esta constante reformulação resulta de vetores de natureza social, econômica e político-administrativa, que variam continuamente no tempo e no espaço, projetando-se no desenho das unidades básicas de gestão: os municípios e respectivos distritos.

O conhecimento e a análise destes vetores, bem como a avaliação dos efeitos das recomposições político-administrativas do território do Estado, são subsídios de grande valia para decisões referentes à criação ou extinção de unidades municipais e distritais além de desmembramentos de áreas.

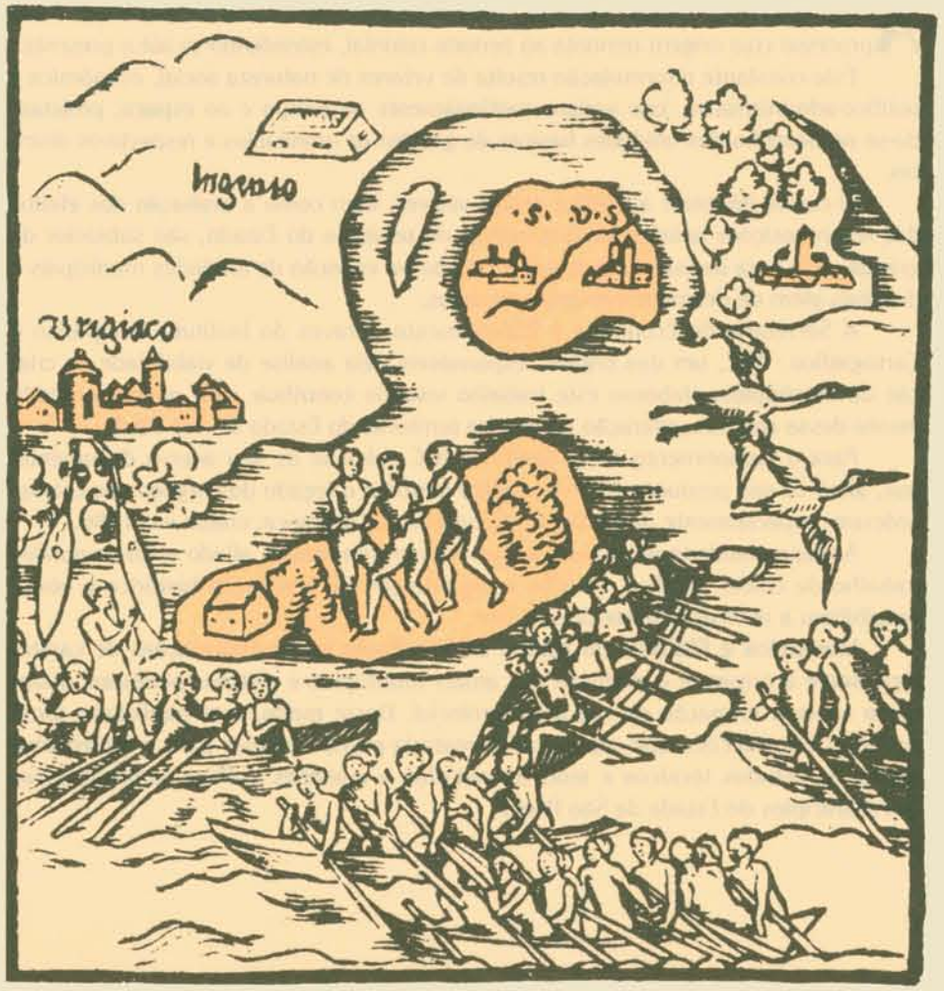
A Secretaria de Economia e Planejamento, através do Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC, um dos órgãos responsáveis pela análise de viabilidade de criação de municípios, elaborou este trabalho visando contribuir para melhor entendimento dessa contínua alteração no quadro territorial do Estado de São Paulo.

Para o cumprimento desta tarefa, o IGC valeu-se de seu acervo documental que, além de sua produção recente, abarca também o legado dos órgãos que o antecederam, especialmente da Comissão Geográfica e Geológica, criada em 1886.

A disponibilidade deste valioso patrimônio informativo aliado a um exaustivo trabalho de coleta, análise, seleção e organização de legislação histórica e atual, possibilitou a realização deste documento.

Municípios e Distritos do Estado de São Paulo reúne informações de caráter legal sobre a origem e a evolução dos atuais municípios e distritos paulistas, assim como sobre a formação de sua área territorial. Deste modo, esta publicação torna acessível informações que representam matéria-prima singular para o desenvolvimento de estudos técnicos e teóricos voltados a questões político-administrativas dos municípios do Estado de São Paulo.

Ilha de Santo Amaro no centro, à esquerda está Bertioga, acima está São Vicente e à direita está Santos. (Hans Staden, Séc. XVI)
Reprodução do livro Duas Viagens ao Brasil
Acervo da Biblioteca do MASP



INTRODUÇÃO

As unidades territoriais e administrativas internas do Estado, aqui identificadas por municípios e distritos, estiveram sempre sujeitas ao estabelecido pelos diversos diplomas legais - designação genérica aplicada a leis, decretos, decretos-leis, alvarás, resoluções - em diferentes períodos históricos, nas distintas instâncias do poder público.

Neste contexto, o presente trabalho objetiva oferecer ao leitor um conjunto de informações sobre a constituição dos núcleos urbanos e suas transformações, à medida que vão evoluindo do ponto de vista territorial e administrativo, até atingir a condição de município. Além disto, pretende tornar-se um instrumento auxiliar em análises de cunho geográfico, territorial, cartográfico e histórico.

O período abrangido por este trabalho tem início em 1532, quando da criação da 1ª vila, São Vicente, estendendo-se até 1993.

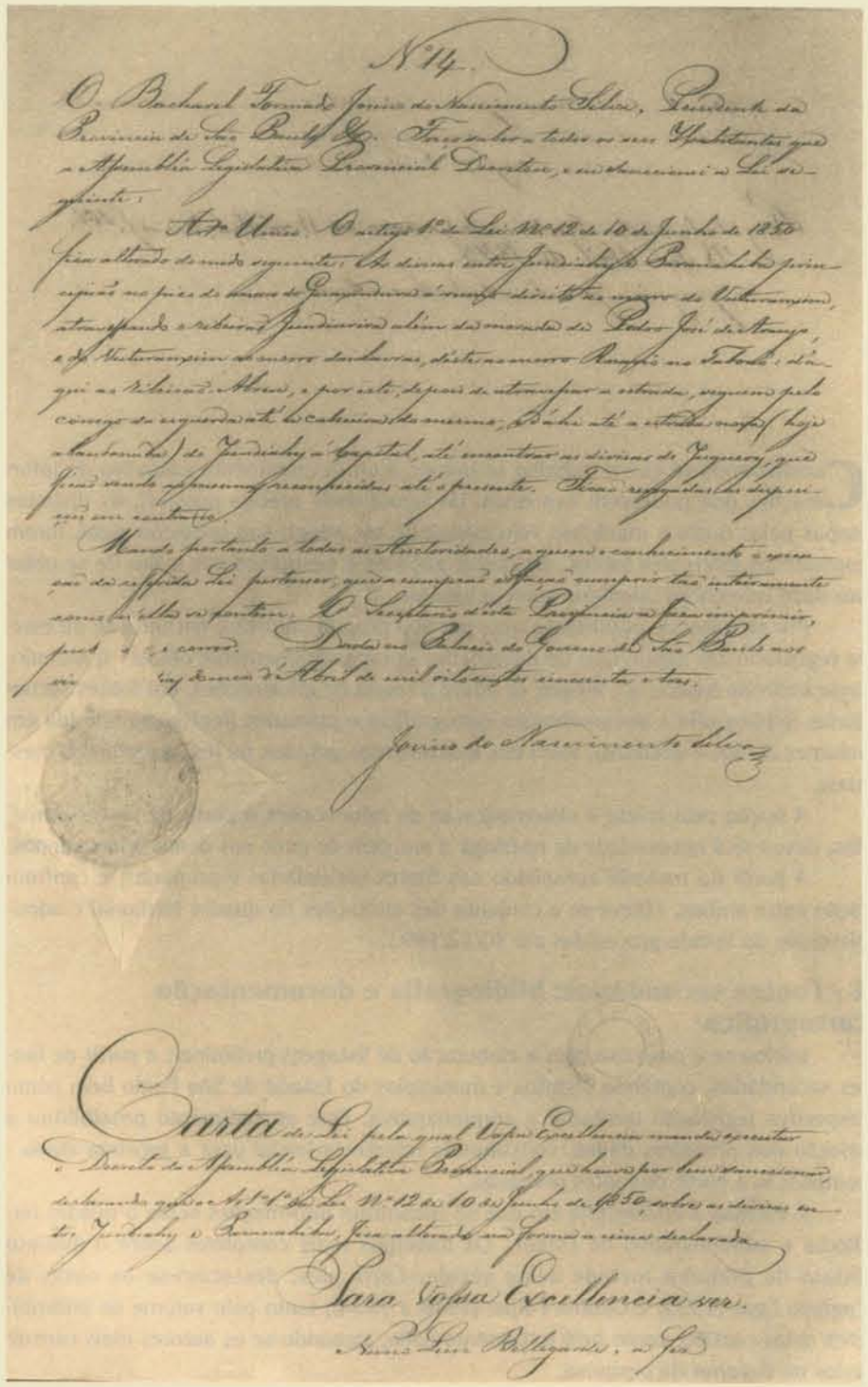
Três categorias básicas caracterizavam - e ainda caracterizam, porém sob outra denominação - o processo pelo qual, usualmente, passavam os núcleos urbanos, implicando na transformação de sua condição territorial e administrativa:

- **Povoado** - Categoria inerente aos aglomerados que se encontram submetidos territorial e administrativamente a outros núcleos, não dispondo, assim, de autonomia e jurisdição própria.
- **Freguesia** (atual distrito) - Denominação da sede e da área correspondente a uma circunscrição que contém um núcleo urbano (anterior povoado), porém dependente da administração municipal.
- **Vila** (atual município) - Categoria em que o núcleo urbano e respectivo território, originalmente denominado termo, passam a ter autonomia territorial e administrativa, caracterizada pela existência de poder público representado por Prefeitura e Câmara de Vereadores.

Esta sequência, no entanto, nem sempre respaldou todo conjunto de alterações, tanto assim que a história paulista inicia-se por uma exceção: São Vicente não foi freguesia, passando de povoado a vila.

Esta publicação encontra-se estruturada em duas partes. Uma, dissertativa, que trata das fontes de informação, aponta aspectos relevantes da legislação, esta-

Lei de 12.10.1850 que determina as divisas do município de Jundiaí (1ª pág.), transcrito no livro Divisão Administrativa e Divisas Municipais (págs. 132 a 135). Acervo do Arquivo do Estado



N.º 14.

O Bacharel Fernando Janio do Nascimento Silva, Presidente da Provincia de São Paulo &c. Faço saber a todos os seus Habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu sanccionei a Lei seguinte:

Art. Unico. O artigo 1º da Lei N.º 12 de 10 de Junho de 1850 fica alterado da maneira seguinte: As divisas entre Jundiahy e Pirapitinga principiam na foz do Ribeirão de Jundiahy-mirim direito, e nascente do Ribeirão, atravessando o Ribeirão Jundiahy-mirim acima da mansão do Padre José de Arruda, e do Ribeirão do Moinho de baixo, direito ao nascente Pinafo no Tabaté, daqui ao Ribeirão Abaixo, e por este, depois de atravessar a estrada, seguindo pelo córrego da esquerda até o cabeceiro da mesma, daí até a estrada nova (hoje chamada) de Jundiahy a Capital, até encontrar as divisas de Juqueri, que ficam sendo as mesmas compreendidas até o presente. Fica revogada a disposição em contrario.

Mando portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O Secretario desta Presidencia a faça imprimir, publicar e correr. Dado no Palacio do Governo de São Paulo aos [illegible] de Abril de mil oitocentos cincoenta e tres.

Janio do Nascimento Silva

Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial que baixou por huma sanccionada, declarando que o Art. 1º da Lei N.º 12 de 10 de Junho de 1850, sobre as divisas entre Jundiahy e Pirapitinga, fica alterado na forma nella declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

Manoel Luiz Rodrigues, o fez.

A investida por fontes secundárias teve por objetivo auxiliar no levantamento de fontes primárias, na medida em que:

1. Permitiu elaborar, com maior rapidez, listagem organizada de informações;
2. Forneceu dados anteriores a 1835 para os quais, a princípio, não se dispunha de outras fontes de consulta sistematizadas;
3. Serviu de base para avaliar a consistência das informações em relação às fontes primárias;
4. Possibilitou detectar a ausência de unanimidade em relação às informações, além de outros problemas especificos. Com relação a isto, transcrevemos alguns exemplos que ilustram discordâncias entre autores para os quais, não se dispondo de documentos originais, recorreu-se a novas fontes de consulta:

a) com referência à elevação do atual município de Atibaia à categoria de vila:

- segundo Egas, a vila de São João de Atibaia foi criada em 27/06/1760;
- Forjaz indica a data de 05/11/1769;
- na Enciclopédia dos Municípios (IBGE), consta da mesma forma, 05/11/1769;

b) quanto ao povoado que deu origem ao município de Bauru:

- na obra de Egas, aparece com a denominação de Nossa Senhora das Dores do Sapé;
- Forjaz refere-se a patrimônio de Bauru;
- na Enciclopédia dos Municípios informa-se que "... o patrimônio de Bauru foi elevado a distrito de paz";

c) sobre a criação da freguesia de São José dos Campos:

- Egas afirma que nunca ocorreu;
- segundo Forjaz, deu-se por Ordem de 03/11/1768.

Cartas e mapas de época e atuais foram utilizados em diversas etapas, como instrumentos de apoio visando conferência de denominação e checagem de ocorrências de natureza territorial (desmembramentos, anexações e desanexações; transferência de sedes e extinções), por vezes não compreensíveis somente através dos textos das leis.

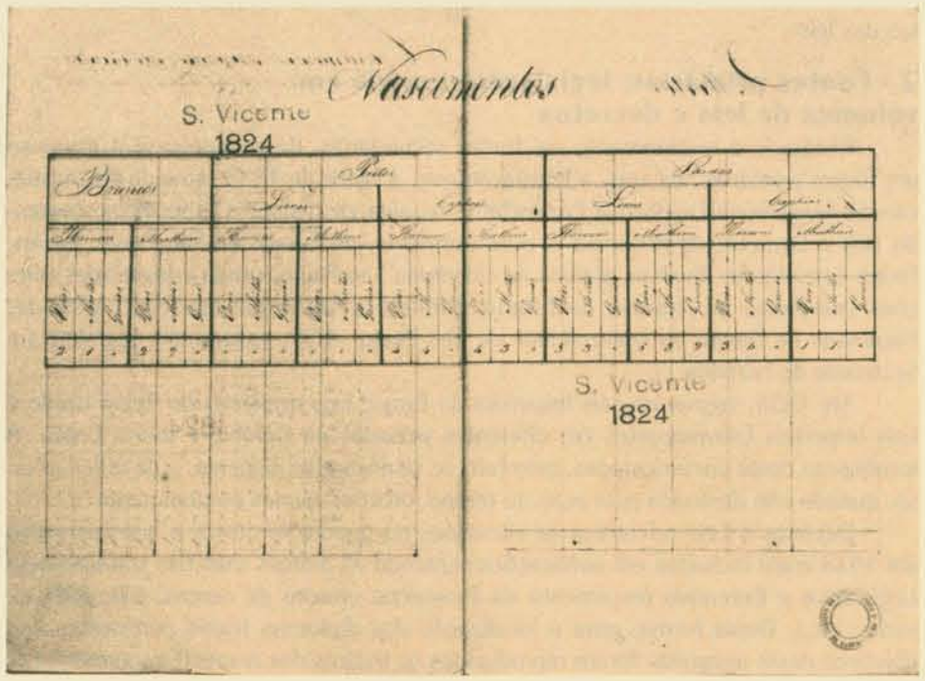
2 - Fontes primárias: legislação reunida em volumes de leis e decretos

Realizado o levantamento em fontes secundárias, desencadeou-se a pesquisa em fontes primárias, ou seja, a legislação que, a partir de 1835, quando da instalação da Assembléia Legislativa Provincial, é reunida em volumes especificos, contendo Leis e Decretos da Província e, posteriormente, do Estado de São Paulo. Assim, foram consultados diversos acervos na cidade de São Paulo, sendo encontradas coleções completas no Arquivo do Estado, Biblioteca Municipal Mário de Andrade, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP, Assembléia Legislativa e Secretaria da Fazenda.

Até 1835, vigoraram Leis Imperiais do Brasil, Leis Imperiais do Reino Unido e Leis Imperiais Extravagantes em diferentes periodos na Colônia e Reino Unido. A localização desta documentação, pelo fato de se encontrar dispersa, e de dificil acesso, quando não destruida pela ação do tempo, ocorreu apenas pontualmente.

Decretos e Leis referentes às alterações do quadro territorial e administrativo até 1938 eram incluidos em publicações contendo as demais matérias tratadas pelo Legislativo e Executivo (orçamento da Província, criação de cargos, liberação de verba, etc.). Desta forma, para a localização dos diplomas legais pertinentes aos objetivos desta pesquisa, foram reproduzidos os indices dos respectivos sumários e

Livro de Registro de Nascimentos da População de São Vicente em 1824.
Acervo do Arquivo do Estado



composto um volume, em sequência cronológica, a partir do qual não somente pôde ser agilizada a identificação destas leis, como este se transformou em instrumento de consulta permanente.

A partir deste material, foram elaboradas fichas individualizadas correspondentes a cada uma das localidades constantes na legislação consultada, independente de sua categoria territorial e administrativa.

A cada menção a determinado topônimo, a respectiva informação foi lançada na ficha correspondente. A formação dos fichários contendo os topônimos teve como parâmetro os periodos de vigência dos regulamentos que organizavam as alterações do quadro territorial e administrativo, conforme descrito abaixo:

a) de 1835 a 1938 as alterações do quadro territorial e administrativo poderiam ocorrer a qualquer tempo, mediante a edição de leis que incidiam sobre alterações especificas de uma localidade ou um pequeno número delas.

b) de novembro de 1938 a fevereiro de 1964 o processo de revisão do quadro territorial e administrativo passa a ser sistematizado, vigorando a periodicidade qüinqüenal, mediante estebelecimento de lei única abrangendo os distintos tipos de alterações relativas a todos municípios e distritos do Estado. Durante aquele intervalo, não havia modificação na organização territorial e administrativa do Estado.

c) de fevereiro de 1964 a outubro de 1988 prevalece a Lei nº 8.092 de 28/02/1964, tendo sido criado apenas um municipio e vários distritos, através de leis estaduais isoladas, descaracterizando-se, a partir daquela data, a periodicidade e a sistematização do processo de revisão do quadro.

A promulgação da Constituição Federal, em 1988, marca um periodo de alterações diversas na legislação vigente. A periodicidade das alterações passa a ser anual, permanecendo com o Estado somente a competência para criar municipios, outorgando a estes a atribuição de criar ou suprimir distritos.

Na consulta a leis e decretos de caráter territorial e administrativo relativos ao periodo 1835-1938, por estarem pulverizados em meio a toda legislação da Provincia e do Estado, foi feita uma triagem, destacando-se os assuntos[1] concernentes aos objetivos desta pesquisa:

– criação de capela curada, freguesia, vila, distrito de paz[2], distrito policial (somente quando anterior à criação do distrito de paz), estação ferroviária, municipio, prefeitura sanitária e estação balneária;

– transferência de freguesia (distrito) de uma vila (municipio) para outra, isto é, desmembramento de território com respectivas anexação e desanexação;

– transferência de sede de freguesia (distrito) e vila (municipio);

– extinção de freguesia (distrito) e vila (municipio) significando recondução à categoria anterior ou mesmo inicial (povoado);

– elevação à categoria de cidade;

– alteração de denominação;

– revogações e derrogações.

A criação de núcleos coloniais e de comarcas, a transferência de fazendas e os desmembramentos ocorridos no municipio posteriores à sua criação não constituíram objeto de levantamento desta pesquisa.

Durante o processo de localização e seleção de informações relativas aos tópicos acima descritos observou-se questões que dizem respeito ao entendimento de diplomas legais e seus dispositivos em termos de sumário e enunciado bem como em relação à toponimia (denominação das localidades). Em função da incidência destas questões, de sua diversidade e das implicações no resultado final, encontram-se detalhadas a seguir.

(1) Para compreensão das categorias discriminadas a seguir, consulte o glossário.
(2) A terminologia "distrito de paz" cai em desuso ainda no século XIX, sendo simplificada para distrito. Assim, como forma de padronização do texto, é utilizado nas listagens o termo "distrito", mesmo nos casos em que o diploma legal refere-se a distrito de paz.

2.1 Estudo comparativo entre sumário e enunciado de leis e decretos

Selecionados decretos e leis a partir da leitura de sumários, procedeu-se a um estudo comparativo entre estes e os respectivos enunciados, em decorrência da constatação de freqüentes discrepâncias entre ambos.

Nesta comparação, foram identificadas sete situações distintas.

2.1.1 O sumário deixa explícito haver outras resoluções na lei, além das citadas:

Lei nº 17 ou 108 de 28/02/1838
Sumário
Eleva à freguesia as capelas curadas de Nossa Senhora do Socorro, de Itaquaquecetuba, e outras.
Enunciado
Eleva a freguesias as capelas curadas de:
1. Nossa Senhora do Socorro, município de Bragança;
2. Nossa Senhora da Ajuda de Itaquaquecetuba, município de Mogi das Cruzes;
3.São José de Paraitinga, município de Mogi das Cruzes;
4. São João da Boa Vista, município de Moji-Mirim;
5. Senhor Bom Jesus do Rio Negro, Vila do Príncipe.

2.1.2 Há omissão, no sumário, de parte das resoluções constantes do enunciado da lei:

Lei nº 29 de 24/03/1871
Sumário
Eleva à categoria de vila do Monte-Mór a freguesia de Água Choca, e estabelece as respectivas divisas.
Enunciado
(...)
Artigo 2º - Ficam igualmente elevadas à categoria de vila as freguesias:
§1º - de Nossa Senhora do Patrocínio das Araras, do município de Limeira;
§2º - de São Sebastião da Boa Vista, do município de Casa Branca;
§3º - do Socorro, município de Bragança.

2.1.3 No sumário não fica explícita informação referente a quais municípios ou vilas pertencem as freguesias ou distritos criados. Isto ocorre, principalmente, na legislação do século XIX:

Lei nº 12 ou 162 de 20/02/1841
Cria uma freguesia formada dos distritos dos curados de Itapecerica e M'Boy.
Lei nº 23 ou 173 de 12/03/1841
Erige em freguesias as capelas curadas do Campo Largo e Serra Negra.
Lei nº 11 ou 650 de 24/03/1859
Eleva à categoria de freguesia a capela curada do Jaú.

2.1.4 Nos casos de mudança de categoria administrativa, o sumário omite eventual alteração de denominação:

Lei nº 6 ou 127 de 02/03/1839
Eleva à freguesia a capela curada de Nossa Senhora do Amparo no município de Bragança.

Lei nº 11 de 13/03/1872
Eleva à categoria de vila a freguesia de Sarapuí no município de Itapetininga.
Lei nº 15 ou 165 de 25/02/1841
Eleva à categoria de vila a freguesia de Casa Branca.

Embora a citação desses nomes - Nossa Senhora do Amparo, Sarapuí, Casa Branca - sugira a manutenção dos mesmos quando da elevação de categoria, a dúvida procede pois há casos em que a denominação anterior fica explicitamente mantida:

Lei nº 32 ou 308 de 13/03/1846
Eleva à freguesia, com a denominação de São Francisco de Paula, a capela dos Pinheiros no município de Queluz.
Lei nº 10 ou 436 de 16/07/1852
Eleva à categoria de Vila de São José dos Pinheiros a freguesia do mesmo nome.
Lei nº 60 ou 917 de 23/04/1866
Eleva à categoria de vila a freguesia do Jaú, município de Brotas, conservando a mesma denominação, e sendo as divisas entre os dois municípios feitas pelas câmaras municipais respectivas, com aprovação do Governo.

2.1.5 Há situações em que nem mesmo o conteúdo da lei é esclarecedor com relação à denominação:

Lei nº 6 ou 127 de 02/03/1839
Fica ereta em freguesia a capela curada de Nossa Senhora do Amparo no município de Bragança.
Lei nº 11 de 13/03/1872
A freguesia de Sarapuí, do município de Itapetininga, fica elevada à vila.
Lei nº 15 ou 165 de 25/02/1841
Eleva à categoria de vila a freguesia de Casa Branca do município de Moji-Mirim.

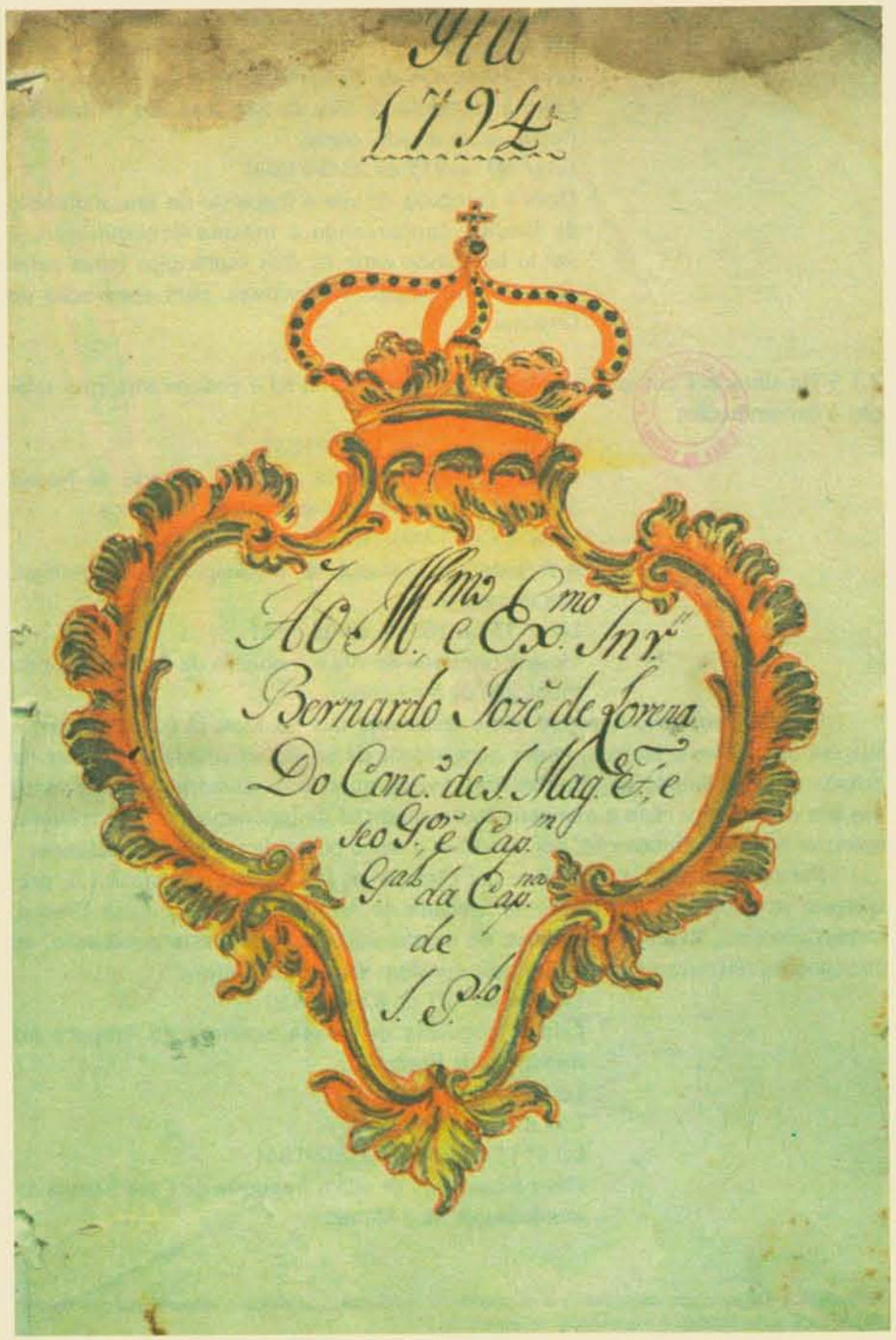
Nestes casos, não havendo como solucionar tais dúvidas, já que as mesmas surgem nas fontes primárias, houve necessidade de se definir critério decorrente da própria disponibilidade de informações. Assim, quando os sumários e enunciados das leis não deixam clara a manutenção ou alteração do topônimo a que se referem, optou-se por sua manutenção, por constituir o único ponto de referência localizado.

Por conseqüência, tomando-se por exemplo as leis citadas no ítem 2.1.5, prevalecem as denominações de Nossa Senhora do Amparo, Sarapuí e Casa Branca, respectivamente. Assim, na listagem de municípios integrante desta publicação, as informações referentes a cada município constam da seguinte forma:

Lei nº 6 ou 127 de 02/03/1839
Cria a freguesia de Nossa Senhora do Amparo no município de Bragança.
Lei nº 11 de 13/03/1872
Cria a vila de Sarapuí.[1]
Lei nº 15 ou 165 de 25/02/1841
Eleva à categoria de vila a freguesia de Casa Branca do município de Moji-Mirim.

(1) Quando a denominação corresponde à mesma da lei imediatamente anterior, optou-se por sua supressão, ficando subentendida a manutenção do topônimo.

Folha de Apresentação do Recenseamento da Vila de Itu do ano de 1794, dirigido ao Capitão General Bernardo Joze de Lorena.
Acervo do Arquivo do Estado.



2.1.6 São comuns, no sumário, casos de revogação e derrogação de leis, sem indicação do objeto a que se referem:

Lei nº 37 ou 255 de 15/03/1844
Revoga a Lei Provincial nº 19 de 04 de março de 1842.
Lei nº 87 de 18/04/1870
Revoga o artigo 24 da lei nº 16 de 21 de abril de 1863.
Lei nº 1 de 25/02/1878
Derroga o artigo 2º da lei nº 19 de abril do ano passado.

Também nestes casos, tornou-se necessário consultar o enunciado da lei ou o sumário do diploma legal a que esta se referia, a fim de se averiguar se tais diplomas legais seriam relativos a questões territoriais e administrativas.

2.1.7 Há casos em que a denominação constante do sumário é distinta daquela encontrada no enunciado da lei. Para a solução quanto à denominação possivelmente correta, recorreu-se à documentação cartográfica do período e checagem em fontes secundárias:

Lei nº 993 de 03/08/1906
Sumário
Cria dois distritos de paz nos distritos policiais de Novo Horizonte e Monte Alegre no município de Boa Vista das Pedras, comarca de Ibitinga.
Enunciado
(...)
Artigo 1º - Ficam criados dois distritos de paz nos distritos policiais de Novo Horizonte e Campo Alegre, do município de Boa Vista das Pedras, comarca de Ibitinga, com as divisas atuais.
Artigo 2º - O distrito de Campo Alegre passará a denominar-se "Itajubi".

Campo Alegre foi considerado topônimo correto, neste caso, conforme averiguação em material cartográfico.

2.2 Toponímia

Vários foram os problemas encontrados ao longo desta pesquisa relativos a topônimos, podendo os mesmos serem abordados segundo três situações definidas: as denominações incorporadas pelo uso; incorporação do vocábulo"vila" à denominação e atualização da grafia.

2.2.1 Denominações incorporadas pelo uso

A alteração de denominação de municípios tem sido, especialmente até o final do século XIX, fato bastante comum ao Estado de São Paulo. Assim, há diversos municípios entre os mais antigos do Estado, cujas denominações iniciais diferem das atuais:

GUARATINGUETA

Antigo povoado de Santo Antônio de Guaratinguetá.
[ca. 1630]
É criada a freguesia, com denominação de Guaratinguetá, município de Taubaté.
Ordem de 13/02/1651

É criada a vila com a denominação de Santo Antônio de Guaratinguetá.
Lei nº 2 ou 219 de 23/01/1844
Recebe foros de cidade, mantendo a denominação de Guratinguetá.

IGUAPE

Antigo povoado de Nossa Senhora das Neves de Iguape
Século XVI
É criada a vila, sendo nesse mesmo século transferida para o local onde até hoje se encontra.
Lei nº 17 ou 378 de 03/04/1849
Recebe foros de cidade com a denominação de Bom Jesus da Ribeira.
Lei nº 3 ou 392 de 03/05/1850
Altera a denominação para Bom Jesus de Iguape.
Obs: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual não foi localizado.

Observa-se que as denominações atuais existiam como segmento integrante das anteriores, mais longas, sugerindo a ocorrência de uma simplificação dos topônimos, conforme os exemplos:

Denominação anterior	**Denominação atual**
Santo Antônio de Guaratinguetá	Guaratinguetá
Bom Jesus de Iguape	Iguape
Nossa Senhora da Conceição de Cunha	Cunha
Santo Antônio do Paraibuna	Paraibuna
Nossa Senhora da Piedade	Piedade
Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Pirassununga	Pirassununga
São Manuel do Paraíso	São Manuel
São Francisco das Chagas de Taubaté	Taubaté
Vila Nova da Exaltação da Santa Cruz de Ubatuba	Ubatuba

Com base nestes casos e nas consultas bibliográficas, levantou-se a hipótese destas denominações terem se instituído pelo uso, no decorrer do tempo, sem que ocorresse o correspondente diploma legal. Em se tratando de localidades antigas, outra hipótese é a da eventual documentação referente a alterações de topônimos ter sido destruída ou extraviada. Sendo, porém, as informações insuficientes, o critério adotado consistiu na inclusão, ao final dos textos de cada um desses municípios, da seguinte observação:

Obs: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual não foi localizado.

2.2.2 Incorporação do vocábulo "vila" à denominação

O termo "vila", ainda que historicamente relacionado à designação de determinada categoria territorial e administrativa, em casos específicos é incorporado ao topônimo:

Decreto nº 190 de 03/06/1891
Eleva o distrito de paz da Estação do Cruzeiro, do município de Cruzeiro, à categoria de vila, com a denominação de Vila Novais, conservando as atuais divisas.

Lei nº 158 ou 710 de 18/04/1863
Eleva a freguesia de Natividade de Nossa Senhora do Rio do Peixe à categoria de vila com a denominação de Vila da Natividade, e marca as divisas para a mesma.

Estes casos ocorrem até, aproximadamente, final do século passado, quando o termo "vila", na acepção de município, é definitivamente substituído por este vocábulo.[1]

A partir daí, o termo "vila" aparece designando uma categoria territorial e administrativa aplicada às sedes de distrito ou então como sinônimo de bairro.

Lei nº 840 de 03/10/1902
Cria o distrito de Vila Bonfim no município e comarca de Ribeirão Preto.
(primeira ocorrência do termo "vila" incorporado à denominação de distrito).
Lei nº 2.786 de 24/12/1936
Cria no município de Santa Adélia, comarca de Taquaritinga, o distrito de paz de Vila Botelho, tendo como sede a povoação de mesmo nome.
Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito de Vila Dirce no bairro de mesmo nome, município de Carapicuiba.

2.2.3 Atualização da Grafia

Tendo passado a Língua Portuguesa por alterações a partir da República, foi encontrada na legislação histórica uma ortografia bastante diferente daquela atualmente em vigor.

Tais situações dizem respeito, principalmente, ao emprego das letras 'y' , 'h' e do 'l' duplo, bem como à utilização alternada do g e do j, do i e do e, do s e do z. Para efeito de uniformização dos textos das listagens, optou-se pela atualização da grafia:

Lei nº 319 de 08/02/1847
Texto da lei:
Eleva à freguesia a capela curada de Nossa Senhora da Penha, no município de Mogy Mirim.
Texto na listagem:
Eleva à freguesia a capela curada de Nossa Senhora da Penha, no município de Moji-Mirim.
Lei nº 11 ou 562 de 24/03/1857
Texto da lei:
Eleva á cathegoria de cidade a villa de Arêas.
Texto na listagem:
Eleva à categoria de cidade a vila de Areias.
Lei nº 11 ou 650 de 24/03/1859
Texto da lei:
Eleva á cathegoria de freguesia a capella curada do Jahú.
Texto na listagem:
Eleva à categoria de freguesia a capela curada do Jaú.

Esta questão também está presente na história recente cujos problemas consistem, em sua maioria, no emprego do ss e ç ou j e g, conforme os exemplos:

(1) Conforme relata Edmundo Zenha (1948) "pertencendo o país a colonizar-se à Ordem de Cristo só vilas nele puderam ser criadas uma vez que o verdadeiro município, a cidade, herdeira de tradições de liberdade que lhe vinham de séculos, só podia ser erguida em terra isenta de senhorios" (pág. 24).

- Pirassununga/Piraçununga
- Ipaussu/Ipauçu
- Mogi das Cruzes/Moji das Cruzes

Os topônimos utilizados nesta listagem baseiam-se na grafia determinada pela Lei nº 8092 de 28/02/64, exceto para aquelas alterações fundamentadas nos requisitos exigidos pela Lei Complementar (Federal) nº 46, de 21/08/1984, que trata especificamente de mudança e grafados dos topônimos das cidades e vilas.

Esta lei estabelece que a criação ou alteração de um topônimo municipal se fará através de lei estadual, observando-se, porém, determinações da legislação federal, tal como consulta à Fundação IBGE sobre existência de topônimos correlatos na mesma ou em outra unidade da Federação.

Com relação a distritos, as fixações e as alterações de denominação poderão ser feitas por meio de lei municipal, desde que observada a Lei Complementar nº 46/84.

2.3 Numeração das leis e municípios de outros estados

Além das questões apontadas anteriormente, verificou-se também que a numeração das leis é um item que pode gerar dúvidas, pois apresenta critérios descontínuos em diferentes períodos históricos.

Verificou-se que a numeração das leis é cumulativa no período 1835-1867, iniciando-se com a Lei nº 1, de 09/03/1835, prosseguindo a numeração crescente até a Lei nº 976, de 01/08/1867, passando a partir de 1868, a ter reinício a cada novo ano. De 18/11/1889 a 17/10/1890, durante o Governo Provisório do Estado de São Paulo, volta a ser cumulativa. Com a extinção do Governo Provisório, a numeração é reiniciada, permanecendo cumulativa até o presente.

Para o período 1835-1867, há autores que utilizam duas numerações diferentes para um mesmo diploma legal (uma anual, outra cumulativa). Adotou-se, como critério, apresentar as duas indicações:

Lei nº 5 ou 566 de 14/03/1857
(referente ao município de Amparo)
Lei nº 23 ou 662 de 25/04/1959
(referente ao município de Ipuã)
Lei nº 16 ou 192 de 04/03/1842
(referente ao distrito de Bairro Alto, município de Natividade da Serra)

Para as fontes consultadas - decretos, alvarás, resoluções e portarias promulgados anteriormente a 1835 - não consta numeração seqüencial, sendo identificados apenas através de data.

Resolução de 18/11/1811
Cria a freguesia do Bananal do Bispado de São Paulo.
Ato de 23/03/1771
É fundado o povoado de Minas do Apiai, Vila de Sorocaba.
Alvará de 20/02/1821
Cria a freguesia de Campo Largo no município de Sorocaba.

Outra questão que merece atenção refere-se à criação de vilas e freguesias na então província de São Paulo mas que, em decorrência dos desmembramentos do território paulista, passaram a integrar novas unidades provinciais.

No caso de São Paulo, a capitania compreendia, no início do século XVIII, os atuais territórios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até a Colônia do Sacramento. Para atingir sua configuração territorial atual, São Paulo passa, a partir de 1720, por constantes desmembramentos. Primeiramente, para a formação da Capitania de Minas Gerais; em seguida, 1738, perde o território do atual Estado de Santa Catarina; 1742, Rio Grande do Sul; 1748, Mato Grosso, Goiás e Triângulo MIneiro, que mesmo com a formação da Capitania de Minas Gerais, continuou pertencendo à Capitania de São Paulo até esta data; e, por último, 1853, para a criação da Província do Paraná, onde se registram os casos mais constantes de municípios criados na então Província de São Paulo.

Observe-se o exemplo dos municípios atualmente pertencentes ao Estado do Paraná:

Lei nº 14 ou 375 de 21/03/1849
Eleva à categoria de vila a freguesia do Bethlém sita na comarca de Coritiba, com o título de Vila de Guarapuava.
Lei nº 23 ou 173 de 12/03/1841
Ficam eretas em freguesia as capelas curadas do Campo Largo no município da Vila de Coritiba; Serra Negra no município da Vila de Moji Mirim.

3. Instrumentos complementares de trabalho

Além da reprodução dos sumários dos volumes contendo leis e decretos de 1835 a 1938 e da elaboração de fichas para cada topônimo citado na legislação, nas questões referentes ao quadro territorial e administrativo foram adotados alguns procedimentos visando dar suporte ao levantamento e ao processamento das informações.

3.1 Ampliação das fontes

Diante da necessidade de se proceder a levantamento detalhado para localização dos diplomas legais do período anterior a 1835, a fim de se averiguar a confiabilidade das informações disponíveis, foram identificados os municípios do Estado cuja criação é anterior a esta data. Ofícios foram enviados às respectivas Prefeituras, através dos antigos Escritórios Regionais de Planejamento - ERPs, da antiga Secretaria de Economia e Planejamento, solicitando informações através do preenchimento de ficha elaborada para este fim, bem como envio de cópias de documentos.

Este procedimento possibilitou o acesso a documentação que auxiliou no esclarecimento de questões históricas pendentes, bem como a ampliação de informações para o período anterior a 1835.

Os ERPs também foram acionados com o propósito de obterem destas Prefeituras a indicação de pesquisadores e estudiosos da história local, com os quais os técnicos do IGC pudessem fazer contato. Através de entrevistas, algumas dúvidas puderam ser esclarecidas.

3.2 Controle das informações

A partir da comparação entre sumário e enunciado, elaborou-se uma listagem de todos os diplomas legais do período 1835 a 1938, incidentes sobre o quadro territorial e administrativo, onde foi registrada toda informação divergente ou complementar entre ambos.

Outro recurso de apoio às sistemáticas conferências de dados refere-se à elaboração de listagem, em ordem alfabética, de todos os topônimos compilados pela pesquisa. Para cada nome indicou-se sua categoria (se povoado, distrito ou município) e o respectivo período de vigência da denominação.

3.3 Esclarecendo graficamente casos mais complexos

Além dos problemas já apontados, outras situações exigiram análise mais cuidadosa. É o caso da interpretação das leis referentes a alguns municípios nos quais

1

5

2

6

3

7

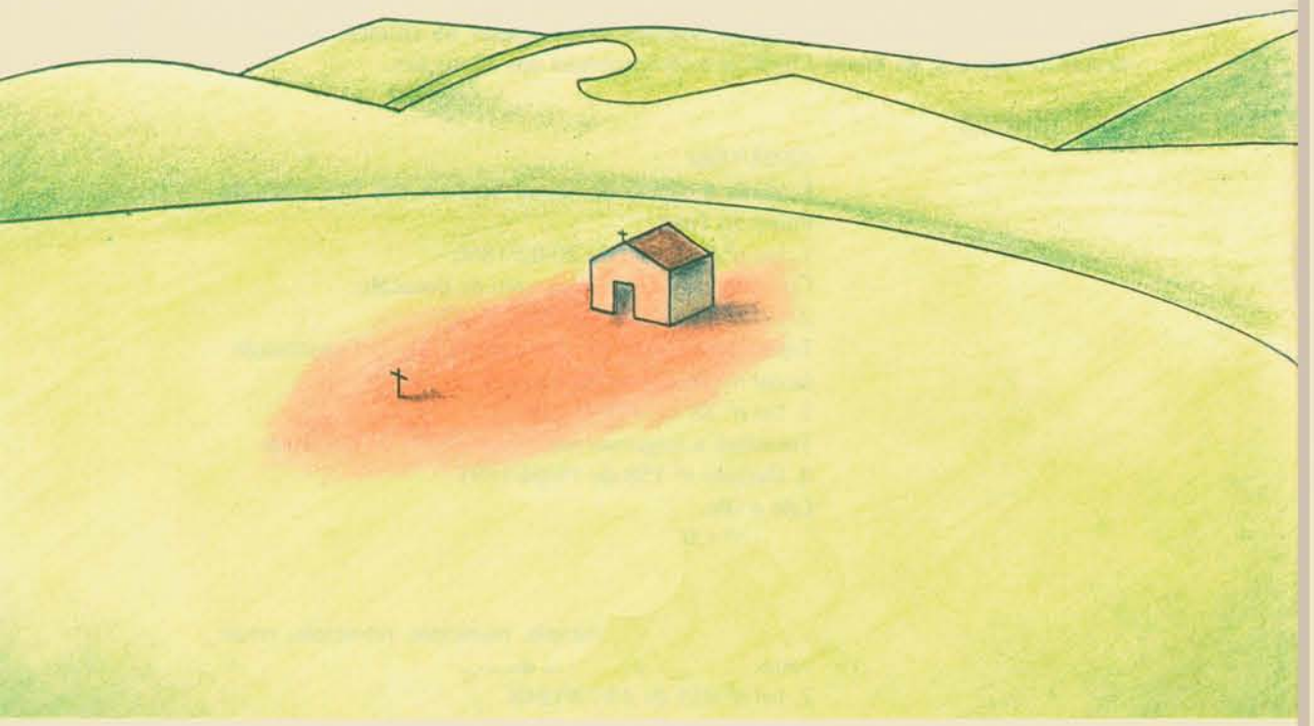
4

ocorreram várias alterações de categoria (elevação e redução de categoria e/ou transferência de sedes), passíveis de tornar confuso o entendimento. Nestes casos, foram utilizados esquemas gráficos, representações simplificadas da situação territorial destas localidades, de modo a facilitar a compreensão das alterações.

ANHEMBI

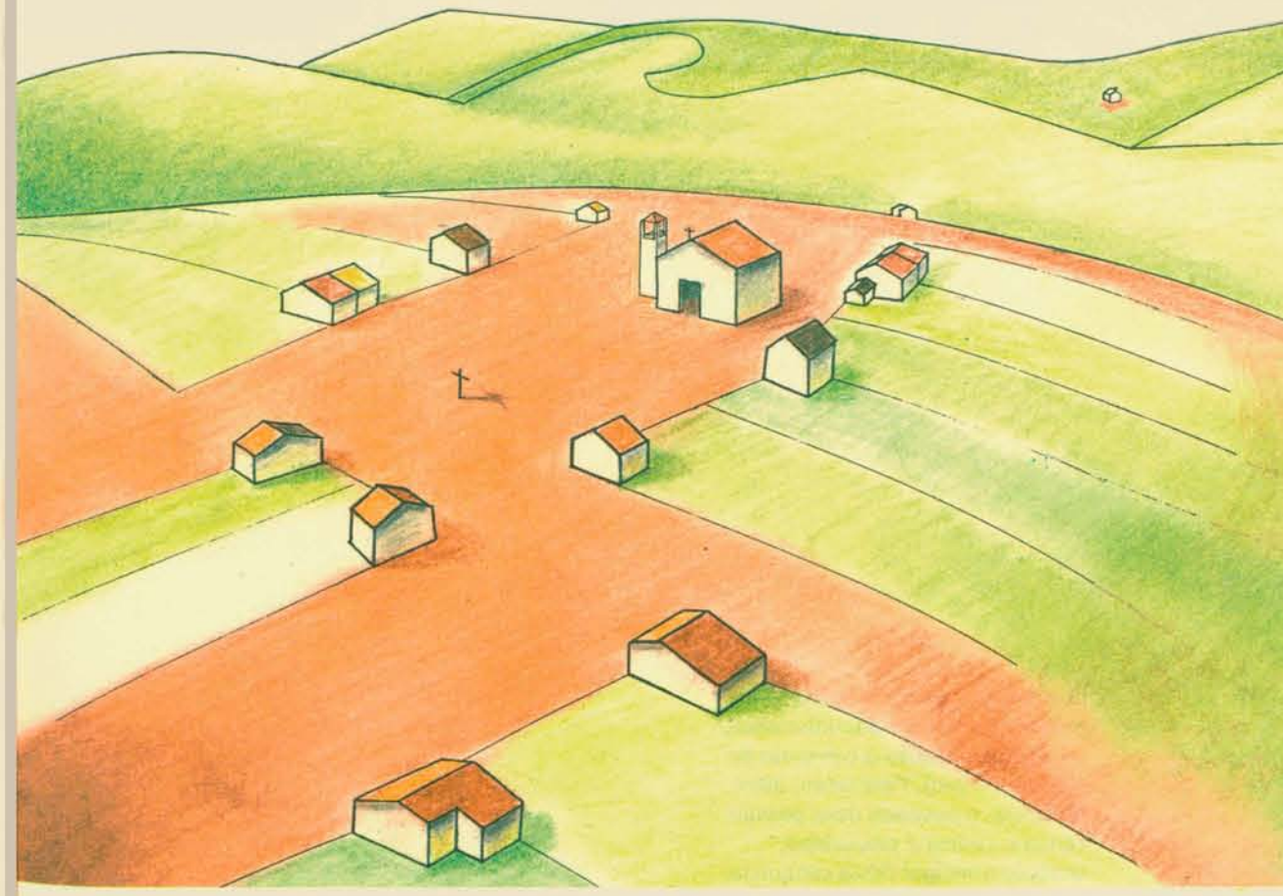
02/02/1862
É criada a capela de Nossa Senhora dos Remédios da Ponte do Tietê.
1. Lei nº 3 ou 860 de 20/02/1866
Cria a freguesia, no município de Botucatu.
2. Lei nº 11 ou 943 de 08/07/1867
Transfere a freguesia para o município de Constituição (atual município de Piracicaba)
3. Lei nº 38 de 09/07/1869
Transfere a freguesia para o município de Botucatu.
4. Decreto nº 158 de 15/04/1891
Cria a vila.
5. Lei nº 1.021 de 06/11/1906
Altera a denominação para Anhembi
6. Decreto nº 6.494 de 12/06/1934
Transfere para Pirambóia[1] a sede do município, retornando este à condição de distrito.
7. Lei nº 233 de 24/12/1948
Transfere a sede do município de Pirambóia para Anhembi, assumindo o município esta denominação.

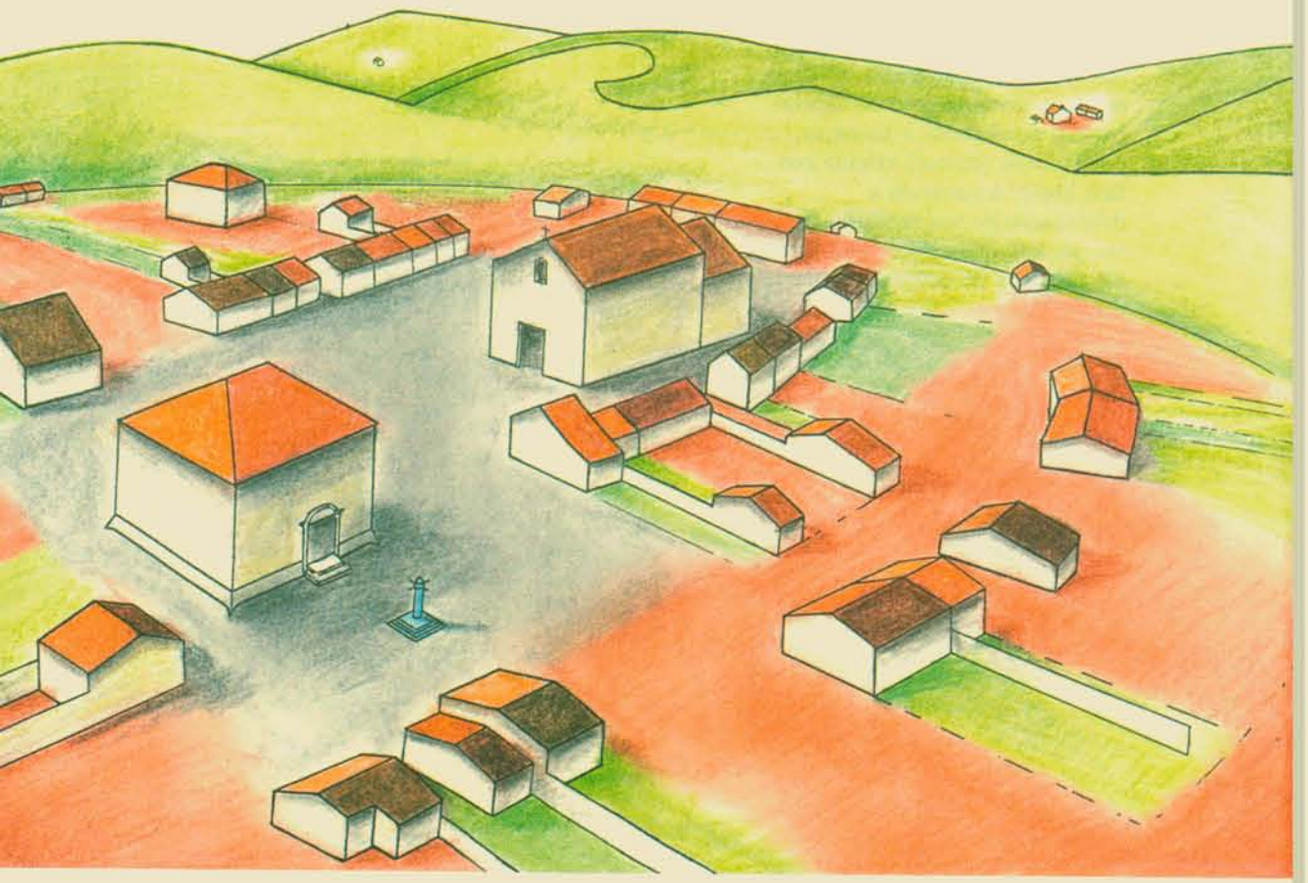
(1) o distrito de Pirambóia doi criado em 25/04/1899 (Lei nº 596) no Municipio de Bofete.



Devido a grande importância da Igreja católica e sua influência sobre nossa sociedade, a primeira preocupação dos habitantes de um povoado é a construção de uma capela sob a invocação de um santo, que passa a ser o padroeiro da localidade.

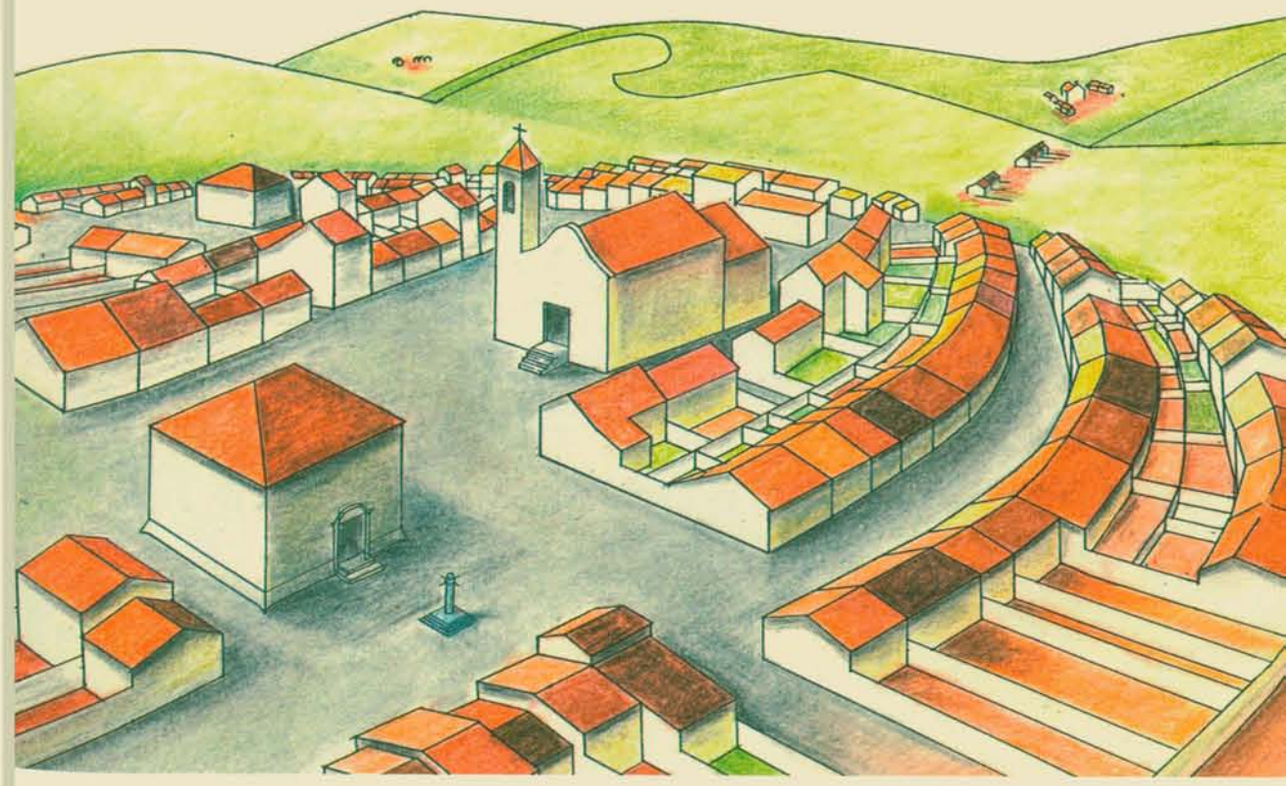
Ao redor da capela os habitantes constroem suas casas.
Quando estes têm condições de manter um pároco (cura), a capela recebe a denominação de capela curada, equivalente à paróquia.
A tributação (dízimo) exigida aos fiéis impõe à paróquia a delimitação de seu território. Seu raio de influência podia alcançar até centenas de quilômetros de distância.



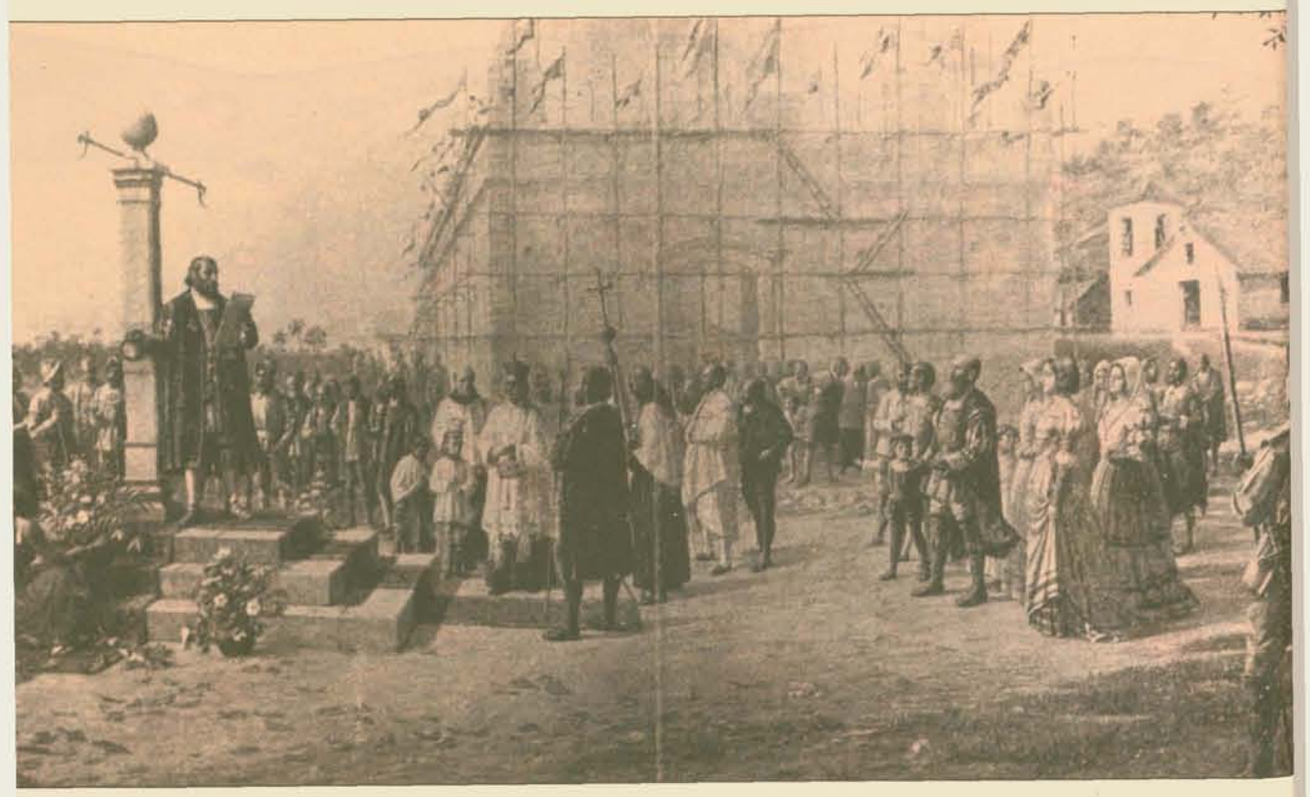


O povoado cresce e obtém autonomia político-administrativa, ou seja, a elevação à categoria de vila (município). Para tanto, além da Igreja, o povoado deve possuir câmara, cadeia e pelourinho, símbolo principal desta conquista.

Após a elevação à categoria de vila, esta passa a atrair mais moradores e a se desenvolver, valorizando o local. Além disto, surgem nas proximidades novos povoados que, ficam subordinados à vila, por ainda não possuírem a sua autonomia político-administrativa.



Fundação da Vila de Santos. O capitão Braz Cubas lendo o foral da Vila e inaugurando o pelourinho no pátio da Casa do Conselho. (Painel de Benedito Calixto, no salão da Bolsa Oficial do Café, em Santos)
Reprodução do Livro História da Colonização Portuguesa no Brasil – Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil – 1924
Acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico



MUNICÍPIOS

A listagem dos 636 municípios está organizada em ordem alfabética, encontrando-se as informações referentes a cada município dispostas em sequência cronológica. À cada data corresponde um diploma legal (lei, decreto, alvará, etc.), porém em determinados casos, geralmente para as datas mais antigas, não se pôde localizar o respectivo diploma.

Para cada diploma legal e respectiva data, efetuou-se um resumo da informação, excluindo-se, em decorrência, a transcrição. Este critério permitiu uma homogeneidade do teor dos diplomas legais que, em diferentes épocas apresentaram, necessariamente, distintas formulações quanto ao enunciado.

Como para um mesmo evento (por exemplo, a criação de um município) pode corresponder maior ou menor quantidade de dados encontrados, ou ainda ausência destes, os resumos podem apresentar diferenças quanto à redação final.

A seguir, alguns esclarecimentos destas situações:

1. Quando resgatada a informação referente ao povoado, esta foi incluida. Conhece-se apenas um caso de fundação de povoado através de diploma legal: São Paulo dos Agudos, em 14/11/1895.
2. Todo evento em que é omitida a denominação indica a permanência do nome apontado na informação anterior ("Transfere o Distrito"; "Cria o Município").
3. Todo evento em que não é mencionado o nome da sede, este corresponde à denominação do distrito ou município.
4. Quando o distrito ou município criado tiver seu território desmembrado somente do distrito - sede de um ou mais municípios, há menção somente ao nome do município ("... e território desmembrado do município de ...").
5. Municípios que recebem foros de cidade não sofrem qualquer alteração territorial ou político-administrativa, pois se trata de título honorífico.
6. Quando não tiver sido encontrada eventual legislação que tenha alterado a denominação, esta observação está incluida no final das informações de cada município.

Adamantina

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito e o município com território desmembrado do distrito sede do município de Lucélia e do distrito de Aguapei do Alto (atual município de Flórida Paulista), deste município.

Adolfo

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no município de Nova Aliança.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Aguaí

Antigo povoado de Cascavel.
Lei nº 548 de 04/08/1898
Cria o distrito de Cascavel no município de São João da Boa Vista.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município, com a denominação de Aguaí, e com território desmembrado dos municípios de São João da Boa Vista e Mogi-Guaçu.

Águas da Prata

Lei nº 2.093 de 23/12/1925
Cria o distrito com denominação de Águas da Prata, com sede no povoado de Prata, município de São João da Boa Vista.
Lei nº 2.184 de 30/12/1926
Cria a prefeitura sanitária.
Decreto nº 7.277 de 03/07/1935
Cria município com a denominação de Estância Hidromineral da Prata.
Decreto nº 9.073 de 31/03/1939
Altera a denominação para Águas da Prata.

Águas de Lindóia

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Transfere a sede do município de Lindóia para o povoado de Termas de Lindóia, criando o distrito, com a denominação de Águas de Lindóia, e elevando-o à categoria de município.

Águas de Santa Bárbara

Antigo povoado de São Domingos.
Lei nº 27 ou 626 de 20/04/1858
Cria a freguesia, no município de Botucatu.
Lei nº 967 de 18/07/1867
Transfere a sede da freguesia para as margens do Rio Pardo.

Lei nº 56 de 17/04/1868
Transfere a freguesia para o municipio de Lençóis Paulista.
Lei nº 41 de 16/04/1874
Transfere a freguesia para a capela de Santa Bárbara do Rio Pardo, assumindo a freguesia esta denominação.
Lei nº 82 de 03/04/1876
Cria a vila.
Lei nº 1.671 de 01/06/1978
Altera a denominação para Águas de Santa Bárbara.

Águas de São Pedro

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito e o municipio, com sede no povoado de Termas de São Pedro, e território desmembrado do municipio de São Pedro.

Agudos

Ato de 14/11/1895
É fundado o povoado de São Paulo dos Agudos.
Lei nº 514 de 02/08/1897
Cria o distrito, no municipio de Lençóis Paulista.
Lei nº 543 de 27/07/1898
Cria o municipio.
Lei nº 975 de 20/11/1905
Altera a denominação para Agudos.

Alambari

Provisão de 09/09/1846
Erige a capela do Senhor Bom Jesus do Alambari no municipio de Itapetininga.
13/07/1848
É elevada a curada a capela do Senhor Bom Jesus do Alambari.
Lei nº 7 ou 676 de 12/04/1861
Cria a freguesia no municipio de Itapetininga.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o municipio, mantendo a denominação de Alambari.
Obs: a legislação que altera a denominação anterior para a atual não foi localizada.

Alfredo Marcondes

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito no municipio de Presidente Prudente.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o municipio de Álvares Machado.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio.

Altair

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito no municipio de Olimpia.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Altinópolis

Antigo povoado de Nossa Senhora da Piedade de Mato Grosso.
Lei nº 5 de 08/03/1875
Cria a freguesia no municipio de Batatais.
Lei nº 1.610 de 03/12/1918
Cria o municipio com a denominação de Altinópolis.

Alto Alegre

Decreto nº 6.713 de 29/09/1934
Cria o distrito no municipio de Penápolis.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Alumínio

Lei nº 13.013 de 26/10/1942
Cria o distrito policial.
Lei nº 2.343 de 14/05/1980
Cria o distrito no municipio de Mairinque.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o municipio.

Álvares Florence

Antigo povoado de Vila Monteiro.
Lei nº 2.179 de 29/12/1926
Cria o distrito, com a denominação de Vila Monteiro, no municipio de Tanabi.
Decreto-Lei Federal nº 2.104 de 02/04/1940
Decreto Estadual nº 11.059 de 04/05/1940
Altera a denominação para Igapira.
Decreto-Lei nº14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o municipio de Votuporanga.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio com a denominação de Álvares Florence.

Álvares Machado

Lei nº 2.242 de 26/12/1927
Cria o distrito no municipio de Presidente Prudente.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o municipio com território desmembrado dos municipios de Presidente Prudente e Presidente Bernardes.

Álvaro de Carvalho

Antigo povoado de Santa Cecilia.
Lei nº 2.645 de 16/01/1936
Cria o distrito, no município de Garça.
Lei nº 2.950 de 25/04/1937
Altera a denominação para Álvaro de Carvalho.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Alvinlândia

Antigo povoado de Vila Couto.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com a denominação de Alvinlândia, no município de Garça.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Americana

Antigo povoado de Santo Antônio de Vila Americana.
Lei nº 916 de 30/07/1904
Cria o distrito, com a denominação de Vila Americana, no município de Campinas.
Lei nº 1.983 de 12/11/1924
Cria o município.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Americana.

Américo Brasiliense

Lei nº 1.878 de 20/11/1922
Cria o distrito no município de Araraquara.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Américo de Campos

Antigo distrito policial de Vila Américo de Campos.
Lei nº 2.180 de 29/12/1926
Cria o distrito, com a denominação de Américo de Campos, no município de Tanabi.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Amparo

Antigo povoado de Nossa Senhora do Amparo.
Provisão de 16/07/1824
Cria a capela.
Lei nº 6 ou 127 de 02/03/1839
Cria a freguesia no município de Bragança Paulista.
Lei nº 5 ou 566 de 14/03/1857
Cria a vila com a denominação de Amparo.
Lei nº 24 de 28/03/1865
Recebe foros de cidade.

Analândia

Antigo povoado de Anápolis.
23/11/1887
É fundada a capela, sob invocação de Santa Ana.
Decreto nº 105 de 17/12/1890
Cria o distrito no município de Rio Claro.
Lei nº 505 de 21/06/1897
Cria o município.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Analândia.

Andradina

Lei nº 3.126 de 10/11/1937
Cria o distrito no município de Valparaíso.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Valparaiso e Araçatuba.

Angatuba

Antigo povoado de Ribeirão Grande do Bairro do Palmital.
Lei nº 07 de 11/03/1872
Cria a freguesia, com denominação de Divino Espírito Santo da Boa Vista, no município de Itapetininga.
Lei nº 27 de 10/03/1885
Cria a vila.
Lei nº 1.150 de 07/12/1908
Altera a denominação para Angatuba.

Anhembi

02/02/1862
É criada a capela de Nossa Senhora dos Remédios da Ponte do Tietê.
Lei nº 3 ou 860 de 20/02/1866
Cria a freguesia no município de Botucatu.
Lei nº 11 ou 943 de 08/07/1867
Transfere a freguesia para o município de Constituição (atual município de Piracicaba).
Lei nº 38 de 09/07/1869
Transfere a freguesia para o município de Botucatu.
Decreto nº 158 de 15/04/1891
Cria a vila.
Lei nº 1.021 de 06/11/1906
Altera a denominação para Anhembi.
Decreto nº 6.494 de 12/06/1934
Transfere para Pirambóia a sede do município, retornando este à condição de distrito.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Transfere a sede do município de Pirambóia para Anhembi, assumindo o município esta denominação.

Anhumas

Lei nº 2.309 de 14/12/1928
Cria o distrito no município de Presidente Prudente.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Aparecida

Antigo povoado de Nossa Senhora Aparecida.
Lei nº 19 ou 195 de 04/03/1842
Cria a freguesia no município de Guaratinguetá.
Lei nº 38 ou 255 de 15/03/1844
Extingue a freguesia.
Lei nº 131 de 25/04/1880
Cria novamente a freguesia no município de Guaratinguetá.
Lei nº 3 de 15/02/1882
Extingue novamente a freguesia.
Decreto nº 147 de 04/04/1891
Cria o distrito, com a denominação de Capela de Aparecida, no município de Guaratinguetá.
Lei nº 2.312 de 17/12/1928
Cria o município com a denominação de Aparecida.

Aparecida d'Oeste

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito no município de Pereira Barreto.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Apiaí

Ato de 23/03/1771
É fundado o povoado de Minas do Apiaí, Vila de Sorocaba.
Portaria de 14/08/1771
Cria a vila.

Araçariguama

Antiga capela de Nossa Senhora da Conceição de Araçariguama.
[Ca. 1653]
É criada a freguesia, com a denominação de Araçariguama, no município de Parnaíba (atual Santana do Parnaíba).
Lei nº 10 ou 227 de 12/02/1844
Transfere a freguesia para o município de São Roque.
Lei nº 43 de 16/04/1874
Cria a vila.
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o município à condição de distrito, reincorporando-o ao município de São Roque.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria novamente o município.

Araçatuba

Lei nº 1.580 de 20/12/1917
Cria o distrito no município de Penápolis.
Lei nº 1.812 de 08/12/1921
Cria o município.

Araçoiaba da Serra

Alvará de 19/08/1817
Cria a capela de Campo Largo.
Alvará de 20/02/1821
Cria a freguesia no município de Sorocaba.
Lei nº 23 ou 574 de 07/04/1857
Cria a vila com a denominação de Campo Largo de Sorocaba.
Decreto nº 6.530 de 03/07/1934
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de Sorocaba.
Lei nº 2.695 de 05/11/1936
Cria o município.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Campo Largo.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Araçoiaba da Serra.

Aramina

Decreto nº 6.761 de 10/10/1934
Cria o distrito no município de Igarapava.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Arandu

Antigo povoado de Barreiro.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Arandu, no município de Avaré.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Avaré e Cerqueira César.

Arapeí

Decreto nº 169 de 15/05/1891
Cria o distrito de Alambari, com sede no povoado de mesmo nome, município de Bananal.
Lei nº 112 de 01/10/1892
Extingue o distrito.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria novamente o distrito, com a denominação de Arapeí, no município de Bananal, e território desmembrado deste município.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Araraquara

Antigo povoado de São Bento de Araraquara.
Alvará de 22/08/1817
Cria a freguesia no município de Itu.
31/10/1821
É transferida a freguesia para o município de Piracicaba.
Decreto de 10/07/1832
Cria a vila.
Lei nº 7 de 06/02/1889
Recebe foros de cidade.
Obs: o diploma legal que altera a denominação anterior para o atual não foi localizado.

Araras

Antigo povoado de Nossa Senhora do Patrocínio das Araras.
Lei nº 42 de 12/07/1869
Cria a freguesia no município de Limeira.
Lei nº 29 de 24/03/1871
Cria a vila.
Lei nº 27 de 02/04/1879
Recebe foros de cidade com a denominação de Araras.

Arco-Íris

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito com a denominação de Arco-Íris, com sede no povoado de Santa Helena, município de Tupã, e território desmembrado do distrito sede deste município.
Lei nº 8.550 de 30/12/1993
Cria o município.

Arealva

Antigo povoado de Soturna.
Lei nº 1.284 de 20/12/1911
Cria o distrito no município de Pederneiras.
Lei nº 2.026 de 27/12/1924
Transfere o distrito para o município de Iacanga.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município com a denominação de Arealva.

Areias

Antigo povoado de Santana da Paraíba Nova.
Ato de 26/01/1784
É criada a freguesia, com a denominação de Areias, no município de Lorena.
Alvará de 28/11/1816
Cria a vila com a denominação de São Miguel das Areias.
Lei nº 11 ou 562 de 24/03/1857
Recebe foros de cidade com a denominação de Areias.

Areiópolis

Lei nº 1.569 de 03/12/1917
Cria o distrito no município de São Manuel.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Ariranha

Lei nº 1.104 de 30/11/1907
Cria o distrito no município de Monte Alto.
Lei nº 1.623 de 20/12/1918
Cria o município.

Artur Nogueira

Lei nº 1.542 de 30/12/1916
Cria o distrito no município de Moji-Mirim
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Arujá

03/07/1839
É elevada a curada a capela de Senhor Bom Jesus de Arujá.
Lei nº 4 ou 430 de 08/06/1852
Cria a freguesia no município de Mogi das Cruzes.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Santa Isabel, com a denominação de Arujá.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Aspásia

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede na vila de mesmo nome, município de Urânia, e território desmembrado deste município, e dos distritos de Santa Rita d'Oeste e Santana da Ponte Pensa, município de Santa Fé do Sul.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Assis

Lei nº 1.496 de 30/12/1915
Cria o distrito no município de Platina.
Lei nº 1.581 de 20/12/1917
Cria o município.

Atibaia

Alvará de 13/08/1747
Cria a freguesia de São João Batista de Atibaia no município de São Paulo.
Portaria de 27/06/1769

Cria a vila.
Lei nº 26 ou 742 de 22/04/1864
Recebe foros de cidade.
Lei nº 975 de 20/12/1905
Altera a denominação para Atibaia.

Auriflama

Antigo povoado de Vila Áurea.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Auriflama, no município de General Salgado.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Avaí

Antigo povoado de Jacutinga.
Lei nº 1.246 de 30/12/1910
Cria o distrito no município de Bauru.
Lei nº 1.672 de 02/12/1919
Cria o município com a denominação de Avaí.

Avanhandava

Antigo povoado de Miguel Calmon.
Lei nº 1.171 de 21/10/1909
Cria o distrito no município de São José do Rio Preto.
Lei nº 1.225 de 16/12/1910
Transfere o distrito para o município de Bauru.
Lei nº 1.397 de 22/12/1913
Transfere o distrito para o município de Penápolis.
Lei nº 2.102 de 29/12/1925
Cria o município com a denominação de Avanhandava.

Avaré

Antigo povoado de Nossa Senhora do Rio Novo.
Lei nº 63 de 07/04/1870
Cria a freguesia no município de Botucatu.
Lei nº 15 de 07/07/1875
Cria a vila.
Decreto nº 180 de 29/05/1891
Recebe foros de cidade com a denominação de Avaré.

Bady Bassit

Lei nº 2.171-a de 28/12/1926
Cria o distrito de Borboleta no município de São José do Rio Preto.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Altera a denominação para Bady Bassit.

Balbinos

Decreto nº 6.913 de 21/01/1935
Cria o distrito no município de Pirajuí.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Bálsamo

Lei nº 2.086 de 18/12/1925
Cria o distrito no município de Mirassol.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Bananal

1783
É fundado o povoado de Senhor Bom Jesus do Livramento do Bananal.
Alvará de 26/01/1811
Cria a freguesia, com a denominação de Bananal, município de Lorena.
Ato de 28/11/1816
Transfere a freguesia para o município de Areias.
Decreto de 10/07/1832
Cria a vila.
Lei nº 17 ou 378 de 03/04/1849
Recebe foros de cidade.

Barão de Antonina

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no município de Itaporanga.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Barbosa

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no município de Avanhandava.
Lei nº 5.285 de18/02/1959
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Avanhandava e Penápolis.

Bariri

05/07/1858
É fundado o povoado de Nossa Senhora das Dores do Sapé.
Lei nº 30 de 07/05/1877
Cria a freguesia, no município de Jaú.
Decreto nº 60-a de 16/06/1890
Cria a vila com a denominação de Bariri.

Barra Bonita

Lei nº 459 de 26/11/1896
Cria o distrito no município de Jaú.
Lei nº 1.338 de 14/12/1912
Cria o município.

Barra do Chapéu

Decreto nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Apiaí, e território desmembrado do distrito sede deste município.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Barra do Turvo

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito no município de Iporanga.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Barretos

Antigo povoado de Espírito Santo de Barretos.
Lei nº 42 de 16/04/1874
Cria a freguesia no município de Jaboticabal.
Lei nº 22 de 10/03/1885
Cria a vila.
Lei nº 1.021 de 06/11/1906
Altera a denominação para Barretos.

Barrinha

Lei nº 2.626 de 14/01/1936
Cria o distrito no município de Sertãozinho.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Barueri

Lei nº 1.624 de 20/12/1918
Cria o distrito no município de Santana de Parnaíba.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Bastos

Lei nº 2.620 de 14/01/1936
Cria o distrito no município de Marília.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Tupã.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município.

Batatais

Antigo povoado de Senhor Bom Jesus de Batatais.
Resolução de 15/03/1814 e Alvará de 15/02/1815
Cria a freguesia no município de Moji-Mirim.
Portaria de 21/10/1821
Transfere a freguesia para o município de Franca.
Lei nº 7 de 14/03/1839

Cria a vila com a denominação de Batatais.
Lei nº 20 de 08/04/1875
Recebe foros de cidade.

Bauru

Lei nº 209 de 30/08/1893
Cria o distrito no município de Espírito Santo da Fortaleza (extinto).
Lei nº 428 de 01/08/1896
Transfere a sede do município de Espírito Santo da Fortaleza para o povoado de Bauru, assumindo o município esta denominação.

Bebedouro

Lei nº 87 de 06/09/1892
Cria o distrito no município de Jaboticabal.
Lei nº 293 de 19/07/1894
Cria o município.

Bento de Abreu

Antigo povoado de Diabase.
Decreto nº 5.888 de 25/04/1933
Cria o distrito no município de Araçatuba.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Valparaíso, com a denominação de Alto Pimenta.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município com a denominação de Bento de Abreu.

Bernardino de Campos

Lei nº 1.570 de 06/12/1917
Cria o distrito no município de Santa Cruz do Rio Pardo.
Lei nº 1.929 de 09/10/1923
Cria o município.

Bertioga

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Santos, e território desmembrado do distrito sede deste município.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Bilac

Decreto nº 6.043 de 18/08/1933
Cria o distrito de Nipolândia no município de Birigui.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Bilac.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município.

Birigui

Lei nº 1.426 de 10/11/1914
Cria o distrito no municipio de Penápolis.
Lei nº 1.811 de 08/12/1921
Cria o municipio.

Biritiba Mirim

Lei nº 1.985 de 13/11/1924
Cria o distrito no municipio de Moji das Cruzes.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Boa Esperança do Sul

Antigo povoado de São Sebastião da Boa Esperança.
Lei nº 09 de 16/03/1880
Cria a freguesia, com a denominação de Boa Esperança, no municipio de Araraquara.
Lei nº 336 de 23/07/1895
Cria o distrito no municipio de Araraquara.
Lei nº 542 de 21/07/1898
Cria o municipio.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Boa Esperança do Sul.

Bocaina

Ato de 08/07/1890
Cria o distrito policial de São João da Bocaina.
Decreto nº 131 de 28/02/1891
Cria o distrito no municipio de Jaú.
Decreto nº 175 de 23/05/1891
Cria o municipio.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Bocaina.

Bofete

Antigo povoado de Samambaia.
Lei nº 6 de 28/02/1866
Cria a freguesia, com a denominação de Rio Bonito, no municipio de Botucatu.
Lei nº 32 de 24/03/1871
Transfere a freguesia para o municipio de Tatui.
Lei nº 75 de 21/04/1880
Cria a vila.
Lei nº 1.828 de 21/12/1921
Altera a denominação para Bofete.

Boituva

Lei nº 1.014 de 16/10/1906
Cria o distrito no municipio de Porto Feliz.
Lei nº 3.045 de 06/09/1937
Cria o municipio.

Bom Jesus dos Perdões

Lei nº 85 de 25/04/1873
Cria a freguesia do Senhor Bom Jesus dos Perdões no municipio de Nazaré Paulista.
Lei nº 1.543 de 30/12/1916
Cria o distrito, com a denominação de Perdões, com sede no povoado de Bom Jesus dos Perdões, municipio de Nazaré Paulista.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Ajuritiba.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Bom Jesus dos Perdões.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio com a denominação de Bom Jesus dos Perdões.
Obs.: O diploma que reconduz a freguesia do Senhor do Bom Jesus dos Perdões à condição de povoado não foi localizado.

Bom Sucesso de Itararé

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito, com sede no povoado de Bom Sucesso, municipio de Itararé, e território desmembrado deste municipio.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o municipio.

Borá

Decreto nº 6.638 de 31/08/1934
Cria o distrito no municipio de Paraguaçu Paulista.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Boracéia

Decreto nº 6.459 de 25/05/1934
Cria o distrito de Floresta no municipio de Pederneiras.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o municipio de Itapui.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Boracéia.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Borborema

Lei nº 1.196 de 29/12/1909
Cria o distrito no municipio de Itápolis.
Lei nº 2.089 de 19/12/1925
Cria o municipio.

Borebi

Lei nº 1.897 de 22/12/1922
Cria o distrito no municipio de Lençóis Paulista.
Lei nº 6.645 de 09/01/1990
Cria o municipio.

Botucatu

Antigo povoado de Nossa Senhora das Dores da Serra de Botucatu.
Lei nº 7 ou 283 de 19/02/1846
Cria a freguesia, com a denominação de Botucatu, no municipio de Itapetininga.
Lei nº 17 ou 506 de 14/04/1855
Cria a vila.
Lei nº 18 de 16/03/1876
Recebe foros de cidade.

Bragança Paulista

Antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari.
13/02/1765
É criada a freguesia no municipio de São Paulo.
27/06/1769
É transferida a freguesia para o municipio de Atibaia.
Ordem de 17/10/1797
Cria a vila com a denominação de Vila Nova de Bragança.
Lei nº 21 ou 541 de 24/04/1856
Recebe foros de cidade, mantendo a denominação de Bragança.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Bragança Paulista.
Obs.: O diploma legal que altera a denominação para Bragança não foi localizado.

Braúna

Lei nº 2.283 de 17/09/1928
Cria o distrito no municipio de Glicério.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Brejo Alegre

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Coroados, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.
Lei nº 8.550 de 30/12/1993
Cria o municipio.

Brodósqui

1894
É fundado o povoado.
Lei nº 830 de 02/09/1902
Cria o distrito no municipio de Batatais.
Lei nº 1.381 de 22/08/1913
Cria o municipio.

Brotas

Antigo povoado das Brotas, também conhecido como Fazenda Velha.
Lei nº 20 ou 296 de 06/03/1846
Cria a freguesia, com a denominação de Brotas, no municipio de Araraquara.
Lei nº 2 ou 442 de 09/03/1853
Transfere a freguesia para o municipio de Rio Claro.
Lei nº 1 ou 640 de 14/02/1859
Cria a vila.

Buri

1887
É fundado o povoado de Porto do Apiai.
Lei nº 1.101 de 20/11/1907
Cria o distrito, com a denominação de Buri, no municipio de Itapeva.
Lei nº 1.805 de 01/12/1921
Cria o municipio.

Buritama

Antigo povoado de Buriti.
Lei nº 2.212 de 28/11/1927
Cria o distrito, com a denominação de Buritama, no municipio de Monte Aprazivel.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio.

Buritizal

Antigo povoado de Buritis.
Lei nº 515 de 02/08/1897
Cria o distrito, no municipio de Igarapava.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Buritizal.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Cabrália Paulista

Antigo povoado de Mirante.
Lei nº 1.893 de 16/12/1922
Cria o distrito no municipio de Piratininga.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938

Altera a denominação para Cabrália.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Pirajai.
Decreto-Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município com a denominação de Cabrália Paulista.

Cabreúva

Antigo povoado de Nossa Senhora da Piedade.
Decreto de 09/12/1830
Cria a freguesia, com a denominação de Cabreúva, no município de Itu.
Lei nº 12 ou 651 de 24/03/1859
Cria a vila.

Caçapava

Alvará de 18/03/1813
Cria a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda no município de Taubaté.
Lei nº 1 ou 390 de 03/05/1850
Altera a denominação para Nossa Senhora da Ajuda de Caçapava.
Lei nº 20 de 08/04/1875
Recebe foros de cidade.

Cachoeira Paulista

Antigo povoado de Santo Antonio do Porto de Cachoeira.
Lei nº 37 de 29/03/1876
Cria a freguesia, com a denominação de Santo Antônio da Cachoeira, no município de Lorena.
Lei nº 5 de 09/03/1880
Cria a vila com a denominação de Santo Antônio da Bocaina.
Lei nº 1.470 de 29/10/1915
Altera a denominação para Cachoeira.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Valparaiba.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Cachoeira Paulista.

Caconde

Antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição de Caconde.
1775
É criada a freguesia, com a denominação de Caconde, no município de Moji-Mirim.
Lei nº 15 ou 165 de 25/02/1841
Transfere a freguesia para o município de Casa Branca.
Lei nº 6 ou 722 de 05/04/1864
Cria a vila.
Lei nº 10 de 09/03/1883
Recebe foros de cidade.

Cafelândia

Lei nº 1.663 de 27/11/1919
Cria o distrito no município de Pirajuí.
Lei nº 2.113 de 30/12/1925
Cria o município.

Caiabú

Antigo povoado de Santo Antônio.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Caiabu no município de Regente Feijó.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Caieiras

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito no município de Mairiporã.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o município de Franco da Rocha.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Caiuá

Lei nº 2.310 de 14/12/1928
Cria o distrito no município de Presidente Venceslau.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Presidente Epitácio e Presidente Venceslau.

Cajamar

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito de Água Fria no município de Santana de Parnaiba.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Cajamar.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Cajati

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Cajati com sede no povoado de Corrente, município de Jacupiranga, e território desmembrado do distrito sede deste município.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Cananéia, 1920
Reprodução do livro Comissão Geográphica e Geológica do Estado de São Paulo
Exploração do Rio Ribeira de Iguape
Acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico

Cajobi

Antigo povoado de São Sebastião da Boa Vista.
Lei nº 1.139 de 31/10/1908
Cria o distrito, com a denominação de Monte Verde, no município de Barretos.
Lei nº 1.404 de 23/12/1913
Altera a denominação para Cajobi.
Lei nº 1.571 de 07/12/1917
Transfere o distrito para o município de Olimpia.
Lei nº 2.189 de 30/12/1926
Cria o município.

Cajuru

Provisão de 16/03/1835
Cria a capela curada de São Bento do Cajuru no município de Batatais.
Lei nº 10 ou 286 de 19/02/1846
Cria a freguesia, com a denominação de Cajuru, no município de Casa Branca.
Lei nº 19 ou 408 de 10/06/1850
Transfere a freguesia para o município de Batatais.
Lei nº15 ou 1.865 de 18/03/1865
Cria a vila.

Campina do Monte Alegre

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Angatuba, e território desmembrado deste município.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Campinas

Antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.
Portaria de 27/05/1775 ou 27/05/1774
Cria a freguesia no município de Jundiaí.
Portaria de 04/11/1797 e Ordem Régia de 16/11/1797
Cria a vila com a denominação de São Carlos.
Lei nº 5 ou 181 de 05/02/1842
Recebe foros de cidade com a denominação de Campinas.

Campo Limpo Paulista

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito de Campo Limpo no município de Jundiaí.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município
Decreto-Lei nº 22 de 23/08/1969
Altera a denominação para Campo Limpo Paulista.

Campos do Jordão

Antigo povoado de Vila Jaguaribe.
Lei nº 1.471 de 29/10/1915
Cria o distrito, com a denominação de Campos de Jordão, no municipio de São Bento do Sapucai.
Lei nº 2.140 de 01/10/1926
Cria a prefeitura sanitária.
Decreto nº 4.844 de 21/01/1931
Mantém a prefeitura sanitária.
Decreto nº 6.501 de 19/06/1934
Cria o municipio.

Campos Novos Paulista

Lei nº 62 de 13/04/1880
Cria a freguesia de São José do Rio Novo no municipio de Santa Cruz do Rio Pardo.
Lei nº 25 de 10/03/1885
Cria a vila com a denominação de Campos Novos do Paranapanema.
Lei nº 1.828 de 21/12/1921
Altera a denominação para Campos Novos.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Reconduz o municipio à categoria de distrito, incorporando-o ao municipio de Bela Vista (atual municipio de Echaporã).
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o municipio de Ibirarema, com a denominação de Nuretama.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio com a denominação de Campos Novos Paulista.
Obs.: Segundo Eugênio Egas, o distrito policial que deu origem à freguesia de São José do Rio Novo, foi criado por Ato de 24/06/1878.

Cananéia

Antigo povoado de São João Batista de Cananéia.
Provisão de 13/07/1600
Cria a vila.
Lei nº 975 de 20/12/1905
Altera a denominação para Cananéia.

Canas

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Lorena, e território desmembrado deste municipio.
Lei nº 8.550 de 30/12/1993
Cria o municipio.

Cândido Mota

Lei nº 1.831 de 24/12/1921
Cria o distrito no municipio de Assis.
Lei nº 1.956 de 28/12/1923
Cria o municipio.

Cândido Rodrigues

Lei nº 1.602 de 10/10/1918
Cria o distrito no municipio de Taquaritinga.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Canitar

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de Fortuna, municipio de Chavantes, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o municipio.

Capão Bonito

Lei nº 3 ou 208 de 24/01/1843
Transfere para novo local a freguesia Paranapanema.
Lei nº 17 ou 568 de 02/04/1857
Cria a vila, com a denominação de Capão Bonito de Paranapanema.
Lei nº 21 ou 878 de 26/03/1866
Reconduz a vila à categoria de freguesia, incorporando-a ao municipio de Itapetininga.
Lei nº 19 de 14/03/1868
Cria novamente a vila.
Lei nº 20 de 21/02/1889
Altera a denominação para Capão Bonito.
Lei nº 1.840 de 27/12/1921
Altera a denominação para Capão Bonito.
Obs.: O diploma legal que eventualmente tenha alterado a denominação para Capão Bonito entre 1889 e 1921, não foi localizado.

Capela do Alto

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no municipio de Araçoiaba da Serra.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Capivari

Provisão de 05/06/1820
Cria a capela de São João Batista de Capivari.
Alvará de 11/10/1826

Cria a freguesia, com a denominação de São João Batista de Capivari de Baixo, município de Porto Feliz.
Decreto de 10/07/1832
Cria a vila.
Lei nº 975 de 20/12/1905
Altera a denominação para Capivari.

Caraguatatuba

27/10/1770
É fundado o povoado de Santo Antônio de Caraguatatuba.
Lei nº 18 ou 336 de 16/03/1847
Cria a freguesia no município de São Sebastião.
Lei nº 30 ou 581 de 20/04/1857
Cria a vila com a denominação de Caraguatatuba.

Carapicuíba

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no município de Barueri.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Cotia e Osasco.

Cardoso

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no município de Tanabi.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Casa Branca

Alvará de 25/10/1814
Cria a freguesia no município de Moji-Mirim.
Lei nº 15 ou 165 de 25/02/1841
Cria a vila.
Lei nº 22 de 27/03/1872
Recebe foros de cidade.

Cássia dos Coqueiros

Lei nº 680 de 14/09/1899
Cria o distrito de Santa Rita de Cássia dos Coqueiros no município de Cajuru.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Cássia dos Coqueiros.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Castilho

Antigo povoado de A. Castilho.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Castilho, no município de Andradina.

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Catanduva

Lei nº1.188 de 16/12/1909
Cria o distrito de Vila Adolfo no município de São José do Rio Preto.
Lei nº 1.564 de 14/11/1917
Cria o município com a denominação de Catanduva.

Catiguá

Decreto nº9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito no município de Catanduva.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Cedral

Lei nº 1.664 de 27/11/1919
Cria o distrito no município de São José do Rio Preto.
Lei nº 2.399 de 27/12/1929
Cria o município.

Cerqueira César

Lei nº 615 de 06/06/1899
Cria o distrito no município de Avaré.
Lei nº 1.556 de 10/10/1917
Cria o município.

Cerquilho

Lei nº 1.440 de 19/12/1914
Cria o distrito no município de Tietê.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Cesário Lange

Antigo povoado de Passa Três.
Lei nº 1.137 de 24/10/1908
Cria o distrito, com a denominação de Cesário Lange, no município de Tatuí.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Charqueada

Lei nº 1.251 de 18/08/1911
Cria o distrito no município de Piracicaba.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Chavantes

Lei nº 1.172 de 22/10/1909
Cria o distrito de Irapé no município de Santa Cruz do Rio Pardo.

Lei nº 1.554 de 08/10/1917
Altera a denominação para Xavantes.
Lei nº 1.885 de 04/12/1922
Cria o município.
Lei nº 3.223 de 05/01/1982
Altera a grafia para Chavantes.

Clementina

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no município de Coroados.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Colina

Lei nº 1.572 de 07/12/1917
Cria o distrito no município de Barretos.
Lei nº 2.096 de 24/12/1925
Cria o município.

Colômbia

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no município de Barretos.
Lei nº 5.285 de 18/12/1959
Cria o município.

Conchal

Antigo povoado de Engenheiro Coelho.
Lei nº 1.725 de 30/12/1919
Cria o distrito, com a denominação de Conchal, município de Moji-Mirim.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Conchas

Lei nº 466 de 05/12/1896
Cria o distrito no município de Tietê.
Lei nº 681 de 14/09/1899
Transfere o distrito para o município de Pereiras.
Lei nº 819 de 12/07/1902
Transfere o distrito para o município de Tietê.
Lei nº 1.513 de 04/12/1916
Cria o município.

Cordeirópolis

Lei nº 645 de 07/08/1899
Cria o distrito de Cordeiros no município de Limeira.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Cordeirópolis.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Coroados

Lei nº 2.118 de 30/12/1925
Cria o distrito no município de Birigui.
Lei nº 2.339 de 28/12/1928
Cria o município.

Coronel Macedo

Antigo povoado de Itapeva.
Lei nº 1.239 de 23/12/1910
Cria o distrito, com a denominação de Coronel Macedo, no município de Itaporanga.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Itaporanga e Taquarituba.

Corumbataí

Lei nº 1.669 de 27/11/1919
Cria o distrito no município de Rio Claro.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Cosmópolis

Lei nº 1.024 de 27/11/1906
Cria o distrito no município de Campinas.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Campinas, Moji-Mirim e Limeira.

Cosmorama

Lei nº 2.659 de 09/09/1936
Cria o distrito no município de Tanabi.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Cotia

1723
É criada a freguesia, com a denominação de Nossa Senhora de Monte Serrat de Cotia, no município de São Paulo.
Lei nº 7 ou 527 de 02/04/1856
Cria a vila com a denominação de Cotia.

Cravinhos

Lei nº 125 de 27/04/1893
Cria o distrito no município de Ribeirão Preto.
Lei nº 511 de 22/07/1897
Cria o município.

Cristais Paulista

Lei nº 1.202 de 28/07/1910
Cria o distrito de Cristais no municipio de Franca.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Guapuã.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Altera a denominação para Cristais Paulista.

Cruzália

Decreto nº 7.351 de 05/07/1935
Cria o distrito de Cruz Alta no municipio de Maracai.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Cruzália.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Cruzeiro

Lei nº 5 de 19/02/1846
Cria a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Embaú.
Lei nº 8 de 06/03/1871
Cria a vila com a denominação de Conceição do Cruzeiro.
Decreto nº 143 de 30/03/1891
Cria o distrito de Estação de Cruzeiro no municipio de Conceição do Cruzeiro.
Decreto nº 190 de 03/06/1891
Eleva o distrito de Estação de Cruzeiro à categoria de vila com a denominação de Vila Novais.
Lei nº 45 de 18/07/1892
Reconduz o municipio à categoria de distrito, com a denominação de Estação do Cruzeiro, incorporando-o ao municipio de Conceição do Cruzeiro (municipio extinto).
Lei nº 789 de 02/10/1901
Transfere a sede do municipio de Cruzeiro (antigo Conceição do Cruzeiro) para o distrito de Estação do Cruzeiro, elevando-o à categoria de municipio, com a mesma denominação, retornando o municipio de Cruzeiro (antigo Conceição do Cruzeiro) à condição de distrito, incorporando-o ao municipio de Estação do Cruzeiro.
Obs.: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual não foi localizado.

Cubatão

Lei nº 1.871 de 26/10/1922
Cria o distrito no municipio de Santos.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio.

Cunha

Antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição.
1736
É criada a freguesia, com a denominação de Facão, no municipio de Guaratinguetá.
Ordem de 15/09/1785
É criada a vila com a denominação de Nossa Senhora da Conceição de Cunha.
Lei nº 30 ou 629 de 20/04/1858
Recebe foros de cidade, mantendo a denominação de Cunha.
Obs.: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual, não foi localizado.

Descalvado

1832
É criada a capela curada de Nossa Senhora do Belém do Descalvado.
Lei nº 21 ou 238 de 28/02/1844
Cria a freguesia no municipio de Moji-Mirim.
Lei nº 13 ou 273 de 07/03/1845
Transfere a freguesia para o municipio de Rio Claro.
Lei nº 72 ou 819 de 22/04/1865
Cria a vila.
Lei nº 1.157 de 26/12/1908
Altera a denominação para Descalvado.

Diadema

Antigo povoado de Vila Conceição.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com a denominação de Diadema, no municipio de São Bernardo do Campo.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Dirce Reis

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, e território desmembrado do municipio de São Francisco.
Lei nº 6.645 de 09/01/1990
Cria o municipio.

Divinolândia

Antigo povoado de Espirito Santo do Rio do Peixe.
Lei nº 25 ou 772 de 28/03/1865
Cria a freguesia no municipio de Caconde.
Lei nº 558 de 20/08/1898
Transfere o distrito para o municipio de São José do Rio Pardo.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938

Altera a denominação para Sapecado.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município com a denominação de Divinolândia.

Dobrada

Lei nº 1.295 de 27/12/1911
Cria o distrito no município de Matão.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Dois Córregos

04/02/1856
É fundado o povoado de Espírito Santo de Dois Córregos.
Lei nº 28 ou 775 de 28/03/1865
Cria a freguesia, com a denominação de Dois Córregos, no município de Brotas.
Lei nº 43 de 16/04/1874
Cria a vila.

Dolcinópolis

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no município de Jales.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Dourado

Antigo povoado de São João Batista de Dourados.
Decreto nº 122 de 19/01/1891
Cria o distrito, com a denominação de Dourado, no município de Brotas.
Lei nº 502 de 19/05/1897
Cria o município.

Dracena

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito e o município com território desmembrado do município de Gracianópolis (atual Tupi Paulista).

Duartina

Antigo povoado de Santa Luzia.
Lei nº 1.893 de 16/12/1922
Cria o distrito no município de Piratininga.
Lei nº 2.151 de 11/12/1926
Cria o município, com a denominação de Duartina.

Dumont

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no município de Ribeirão Preto.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Echaporã

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere a sede do município de Campos Novos (atual município de Campos Novos Paulista) para o povoado de Bela Vista, criando o distrito e o município com a mesma denominação.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Echaporã.

Eldorado

1757
É contruída a capela sob invocação de Nossa Senhora da Guia.
Ordem de 19/01/1763
É criada a freguesia, com a denominação de Xiririca, no município de Iguape.
Lei nº 28 ou 204 de 10/03/1842
Cria a vila.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Eldorado.

Elias Fausto

Lei nº 2.071 de 03/11/1925
Cria o distrito no município de Monte Mor.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Monte Mor, Capivari e Salto.

Elisiário

Lei nº 1.935 de 29/11/1923
Cria o distrito no município de Catanduva.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Embaúba

Decreto nº 6.607 de 16/08/1934
Cria o distrito de Vila Albuquerque no município de Jaboticabal.
Lei nº 6.997 de 07/03/1935
Transfere o distrito para o município de Pirangi.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Albuquerque e transfere o distrito para o município de Cajobi.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Embaúba.
Lei nº 6.645 de 09/01/1990
Cria o município.

Embu

Lei nº 55 de 19/07/1869
Cria a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de M'Boi no município de São Paulo.

Lei nº 08 de 10/03/1870
Reconduz a freguesia à categoria de povoado, incorporando-a ao municipio de São Paulo.
Lei nº 93 de 21/04/1880
Cria a freguesia, com a denominação de M'Boi, no municipio de Itapecerica da Serra.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Embu.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio com território desmembrado dos municipios de Cotia e Itapecerica da Serra.

Embu-Guaçu

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no municipio de Itapecerica da Serra.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Emilianópolis

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Vila Emília, municipio de Presidente Bernardes, e território desmembrado do distrito de Araxás, deste municipio.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o municipio.

Engenheiro Coelho

Lei nº 2.343 de 14/05/1980
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, municipio de Artur Nogueira, e território desmembrado deste municipio.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o municipio.

Espírito Santo do Pinhal

13/02/1850
É ereta a capela de Espírito Santo do Pinhal.
Lei nº 3 ou 669 de 24/03/1860
Cria a freguesia no municipio de Moji-Mirim.
Lei nº 17 de 09/04/1877
Cria a vila.
Lei nº 14 de 10/03/1883
Recebe foros de cidade.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Pinhal.
Lei nº 609 de 17/12/1974
Altera a denominação para Espirito Santo do Pinhal.

Espírito Santo do Turvo

Lei nº 08 de 23/03/1878
Cria a freguesia de Espirito Santo do Turvo no municipio de Lençóis Paulista.

Lei nº 20 de 10/03/1885
Cria a vila.
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o municipio à condição de distrito, incorporando-o ao municipio de Santa Cruz do Rio Pardo.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Rio Turvo.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Altera novamente a denominação para Espirito Santo do Turvo.
Lei nº 6.645 de 09/01/1990
Cria o municipio.

Estiva Gerbi

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro da Estiva, municipio de Mogi Guaçu, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o municipio.

Estrela do Norte

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no municipio de Pirapozinho.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Estrela d'Oeste

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito e o municipio com território desmembrado do municipio de Fernandópolis.

Euclides da Cunha Paulista

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, e território desmembrado do municipio de Teodoro Sampaio.
Lei nº 6.645 de 09/01/1990
Cria o municipio.

Fartura

Antigo povoado de Nossa Senhora das Dores da Fartura.
Lei nº 5 de 07/02/1884
Cria a freguesia, com a denominação de Fartura, no municipio de Itaporanga.
Decreto nº 145 de 31/03/1891
Cria o municipio.

Fernandópolis

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito e o municipio, com a denominação de

Fernandópolis, e território desmembrado dos municípios de Tanabi e Pereira Barreto.

Fernando Prestes

Lei nº 1.450 de 29/12/1914
Cria o distrito no municipio de Monte Alto.
Decreto nº 7.354 de 05/07/1935
Cria o municipio.

Ferraz de Vasconcelos

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no municipio de Poá.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Flora Rica

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Vila Rica, municipio de Pacaembú.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Floreal

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no municipio de Nhandeara.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Flórida Paulista

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito de Aguapei do Alto, com sede no povoado de Flórida, no municipio de Lucélia.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio, com a denominação de Flórida Paulista.

Florínia

Antigo povoado de Pântano.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Florinia, no municipio de Assis.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio, com território desmembrado dos distritos de Cruzália, municipio de Maracai e Tarumã, municipio de Assis.

Franca

1804
É criada a freguesia no municipio de Moji-Mirim.
Portaria de 31/10/1821

Cria a vila com a denominação de Vila Franca d'El Rey.
Portaria de 28/11/1824
Altera a denominação para Vila Franca do Imperador.
Lei nº 21 ou 541 de 24/04/1856
Recebe foros de cidade com a denominação de Franca.

Francisco Morato

Antigo povoado de Belém.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com a denominação de Francisco Morato, no municipio de Franco da Rocha.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Franco da Rocha

Antigo povoado de Juqueri.
Decreto nº 6.693 de 21/09/1934
Cria o distrito, com a denominação de Franco da Rocha, no municipio de Mairiporã.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o municipio.

Gabriel Monteiro

Antigo povoado de Nova Olimpia.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com a denominação de Gabriel Monteiro, no municipio de Bilac.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Gália

Antigo povoado de São José das Antas.
Lei nº 2.176 de 28/12/1926
Cria o distrito, com a denominação de Antas, no municipio de Duartina.
Lei n 2.229 de 20/12/1927
Cria o municipio com a denominação de Gália.

Garça

Lei nº 2.100 de 29/12/1925
Cria o distrito no municipio de Campos Novos Paulista.
Lei nº 2.330 de 27/12/1928
Cria o municipio.

Gastão Vidigal

Antigo povoado de Brioso.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no municipio de Nhandeara.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio com a denominação de Gastão Vidigal.

General Salgado

Antigo povoado de Sebastianópolis.
Lei nº 2.301 de 05/12/1928
Cria o distrito no município de Monte Aprazível.
Lei nº 2.841 de 07/01/1937
Altera a denominação para General Salgado.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Monte Aprazível e Araçatuba.

Getulina

Lei nº 2.153 de 14/12/1926
Cria o distrito no município de Lins.
Decreto nº 7.028 de 25/03/1935
Cria o município.

Glicério

Lei nº 1.747 de 19/11/1920
Cria o distrito no município de Penápolis.
Lei nº 2.114 de 30/12/1925
Cria o município.

Guaiçara

Lei nº 1.891 de 13/12/1922
Cria o distrito no município de Lins.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Guaimbê

Decreto nº 6.499 de 12/06/1934
Cria o distrito no município de Lins.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o município de Getulina.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Guaira

Antigo povoado de Corredeira.
Lei nº 1.144 de 25/11/1908
Cria o distrito, com a denominação de Guaira, no município de Nuporanga.
Lei nº 1.181 de 25/11/1909
Transfere o distrito para o município de Orlândia.
Lei nº 2.328 de 27/12/1928
Cria o município.

Guapiaçu

Antigo povoado de Ribeirão Claro.
Lei nº 2.215 de 28/11/1927
Cria o distrito no município de São José do Rio Preto.

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Guapiaçu.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Guapiara

Lei nº 15 de 06/04/1878
Cria a freguesia de São José no município de Capão Bonito.
Lei nº 848 de 20/10/1902
Cria o distrito, com a denominação de São José do Guapiara no município de Capão Bonito.
Lei nº 975 de 20/12/1905
Altera a denominação para Guapiara.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Guará

Lei nº 1.431 de 07/12/1914
Cria o distrito no município de Ituverava.
Lei nº 2.088 de 19/12/1925
Cria o município.

Guaraçaí

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito no município de Andradina.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Guaraci

Antigo povoado de Cresciúma.
Lei nº 1.800 de 29/11/1921
Cria o distrito, com a denominação de Guaraci, no município de Olímpia.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município.

Guarani d'Oeste

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no município de Fernandópolis.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Guarantã

Lei nº 2.025 de 27/12/1924
Cria o distrito no município de Pirajuí.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Pirajuí e Garça.

Igreja de Nossa Senhora da Escada – Guararema (Tom Maia -76)
Reprodução do Livro Vale do Paraíba – Velhas Cidades
Acervo da Biblioteca Mário de Andrade

Decreto nº 6.546 de 10/07/1934
Cria o distrito no município de Araçatuba.
Lei nº 2.833 de 05/01/1937
Cria o município.

Antigo povoado de Nossa Senhora da Escada.
Lei nº 9 ou 285 de 19/02/1846
Cria a freguesia no município de Mogi das Cruzes.
Lei nº 6 ou 395 de 23/05/1850
Reconduz a freguesia à categoria de povoado, incorporando-o ao município de Mogi das Cruzes.
Lei nº 1 de 28/02/1872
Cria novamente a freguesia no município de Mogi das Cruzes.
Decreto nº 8 de 08/01/1890
Altera a denominação para Guararema.
Lei nº 528 de 03/06/1898
Cria o município.

Antigo povoado de Santo Antônio de Guaratinguetá.
[ca. 1630]
É criada a freguesia, com a denominação de Guaratinguetá, no município de Taubaté.
Ordem de 13/02/1651
É criada a vila com a denominação de Santo Antônio de Guaratinguetá.
Lei nº 2 ou 219 de 23/01/1844
Recebe foros de cidade, mantendo a denominação de Guaratinguetá.
Obs.: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual, não foi localizado.

Antigo povoado de São João Batista do Guarei.
Lei nº 14 de 09/03/1871
Cria a freguesia no município de Itapetininga.
Lei nº 9 de 16/03/1880
Cria a vila.
Decreto nº 6.530 de 03/07/1934
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de Tatuí, com a denominação de Guarei.
Lei nº 2.695 de 05/11/1936
Cria novamente o município.

Lei nº 917 de 03/08/1904
Cria o distrito no município de Jaboticabal.

Lei nº 1.562 de 06/11/1917
Cria o município.

Guarujá

Lei nº 1.871 de 26/10/1922
Cria o distrito no município de Santos.
Lei nº 2.184 de 30/12/1926
Cria a prefeitura sanitária de Guarujá.
Decreto nº 4.844 de 23/01/1931
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de Santos.
Decreto nº 6.525 de 30/06/1934
Cria a Estância Balneária de Guarujá.

Guarulhos

1685
É criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos no município de São Paulo.
Lei nº 34 de 24/03/1880
Cria a vila com a denominação de Conceição de Guarulhos.
Lei nº 1.021 de 06/11/1906
Altera a denominação para Guarulhos.

Guatapará

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito com território desmembrado do município de Ribeirão Preto.
Lei nº 6.645 de 09/01/1990
Cria o município.

Guzolândia

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito no município de Auriflama.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município com território desmembrado do município de Auriflama e do distrito de Major Prado (atual município de Santo Antônio de Aracanguá), município de Araçatuba.

Herculândia

Antigo povoado de Sant'Anna.
Lei nº 2.425 de 18/09/1930
Cria o distrito, com a denominação de Herculândia no município de Glicério.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Pompéia.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município, com território desmembrado dos municípios de Pompéia e Tupã.

Holambra

Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município, com território desmembrado dos municípios de Jaguariúna, Cosmópolis, Artur Nogueira e Santo Antônio de Posse.

Hortolândia

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de Jacuba, município de Sumaré, e território desmembrado deste município.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Iacanga

Antigo povoado de Ribeirão Claro.
Lei nº 1.200 de 30/12/1909
Cria o distrito, com a denominação de Iacanga, no município de Pederneiras.
Lei nº 2.026 de 27/12/1924
Cria o município.

Iacri

Antigo povoado de Juliana.
Lei nº 2.884 de 12/01/1937
Cria o distrito, com a denominação de Iacri, no município de Birigui.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Tupã.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Iaras

Lei nº 1.855 de 30/12/1921
Cria o distrito de Monção no município de Águas de Santa Bárbara.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Iaras.
Lei nº 6.645 de 09/01/1990
Cria o município.

Ibaté

Lei nº 727 de 24/10/1900
Cria o distrito no município de São Carlos.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Ibirá

Antigo povoado de São Sebastião da Cachoeira.
Lei nº 996 de 14/08/1906

Cria o distrito, com a denominação de Ibirá, no município de São José do Rio Preto.
Lei nº 1.817 de 12/12/1921
Cria o município.

Ibirarema

Lei nº 1.889 de 11/12/1922
Cria o distrito de Pau d'Alho no municipio de Salto Grande.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o municipio, com a denominação de Ibirarema, e território desmembrado dos municipios de Salto Grande, Palmital e Bela Vista (atual municipio de Echaporã).

Ibitinga

Antigo povoado de Senhor Bom Jesus de Ibitinga.
Lei nº 105 de 21/04/1885
Cria a freguesia no municipio de Araraquara.
Decreto nº 66 de 04/07/1890
Cria a vila com a denominação de Ibitinga.

Ibiúna

Antigo povoado de Nossa Senhora das Dores de Una.
Resolução de 09/08/1811 e Alvará de 29/08/1811
Cria a freguesia no municipio de São Roque.
Lei nº 3 ou 279 de 10/02/1846
Transfere a freguesia para o municipio de Sorocaba, com a denominação de Una.
Lei nº 2 ou 391 de 03/05/1850
Transfere a freguesia para o municipio de São Roque.
Lei nº 10 de 561 de 24/03/1857
Cria a vila.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Ibiúna.

Icém

Antigo povoado de Água Doce.
Lei nº 1.449 de 28/12/1914
Cria o distrito, com a denominação de Icém, municipio de Barretos.
Lei nº 1.571 de 07/12/1917
Transfere o distrito para o municipio de Olimpia.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o municipio de Guaraci.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Iepê

Antigo povoado de Liberdade.
Lei nº 2.254 de 29/12/1927

Cria o distrito, com a denominação de Iepê, municipio de Conceição de Monte Alegre (atualmente, distrito).
Decreto nº 7.357 de 05/07/1935
Transfere o distrito para o municipio de Rancharia.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o municipio com território desmembrado dos municipios de Rancharia, Martinópolis e Araguaçu (atual municipio de Paraguaçu Paulista).

Igaraçu do Tietê

Antigo povoado de São Joaquim.
Lei nº 882 de 19/10/1903
Cria o distrito, com a denominação de Igaraçu, no municipio de São Manuel.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Reconduz o distrito à categoria de povoado, incorporando-o ao municipio de Barra Bonita.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito e o municipio com a denominação de Igaraçu do Tietê.

Igarapava

Lei nº 7 ou 422 de 07/04/1851
Cria a freguesia de Santa Rita do Paraiso no municipio de Franca.
Lei nº 51 de 14/04/1873
Cria a vila.
Lei nº 1.097 de 04/11/1907
Altera a denominação para Igarapava.

Igaratá

08/07/1850
É criada a capela curada de Nossa Senhora do Patrocinio do Bairro Alto.
Lei nº 24 ou 740 de 19/04/1864
Cria a freguesia, com a denominação de Nossa Senhora do Patrocinio, no municipio de São José do Paraiba (atual municipio de São José dos Campos).
Lei nº 64 de 09/05/1868
Transfere a freguesia para o municipio de Santa Isabel.
Lei nº80 de 23/04/1873
Cria a vila.
Lei nº 1.042 de 22/12/1906
Altera a denominação para Igaratá
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o municipio à categoria de distrito, incorporando-o ao municipio de Santa Isabel.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Iguape

Antigo povoado de Nossa Senhora das Neves de Iguape.

Séc. XVII
É criada a vila, sendo nesse mesmo século transferida para o local onde até hoje se encontra.
Lei nº 17 ou 378 de 03/04/1849
Recebe foros de cidade com a denominação de Bom Jesus da Ribeira.
Lei nº 3 ou 392 de 03/05/1850
Altera a denominação para Bom Jesus de Iguape.
Obs: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual, não foi localizado.

Ilhabela

Séc. XVIII
É criada a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda e Bom Sucesso no município de São Sebastião.
Portaria de 03/09/1805
Cria a vila com a denominação de Vila Bela da Princesa.
Lei nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de São Sebastião.
Decreto nº 6.844 de 05/12/1934
Cria novamente o município, com a denominação de Vila Bela.
Decreto-Lei Federal nº 2.104 de 02/04/1940
e Decreto Estadual nº 11.069 de 04/05/1940
Altera a denominação para Formosa.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Ilhabela.

Ilha Comprida

Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município, com território desmembrado dos municípios de Cananéia e Iguape.

Ilha Solteira

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito de Bela Floresta, com sede no povoado de mesmo nome, município de Pereira Barreto, e território desmembrado do distrito sede deste município.
Lei Municipal nº 1.633 de 08/05/1989 do município de Pereira Barreto
Transfere a sede do distrito de Bela Floresta para o povoado de Ilha Solteira, mantendo esta denominação.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município com a denominação de Ilha Solteira.

Indaiatuba

Antigo povoado de Nossa Senhora da Candelária de Indaiatuba.
Decreto de 09/12/1830

Cria a freguesia, com a denominação de Indaiatuba, no município de Itu.
Lei nº 12 ou 651 de 24/03/1859
Cria a vila.

Indiana

Decreto nº 6.638 de 31/08/1934
Cria o distrito no município de Presidente Prudente.
Decreto nº 7.262 de 28/06/1935
Transfere o distrito para o município de Regente Feijó.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Indiaporã

Antigo povoado de Indianópolis.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com a denominação de Indiaporã, no município de Fernandópolis, e território desmembrado do distrito sede deste município e do distrito de Pedranópolis.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Inúbia Paulista

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito de Ibirapuera, com sede no povoado de Inúbia, município de Lucélia.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município com a denominação de Inúbia Paulista.

Ipauçu

Antigo povoado de Ilha Grande.
Lei nº 550 de 13/08/1898
Cria o distrito no município de Santa Cruz do Rio Pardo.
Lei nº 1.465 de 20/09/1915
Cria o município com a denominação de Ipauçu.

Iperó

Antigo povoado de Santo Antonio.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Iperó, no município de Boituva.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Transfere o distrito para o município de Porto Feliz.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Ipeúna

Lei nº 262 de 30/04/1894
Cria o distrito de Santa Cruz de Boa Vista no município de Rio Claro.

Lei nº 1.011 de 13/10/1906
Altera a denominação para Ipojuca.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Ipeúna.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Ipiguá

Lei nº 2.218 de 07/12/1927
Cria o distrito com a denominação de Ipiguá, com sede no povoado de Curupá, município de São José do Rio Preto.
Lei nº 8.550 de 30/12/1993
Cria o município.

Iporanga

1755
É fundado o povoado de Iporanga.
Decreto de 09/12/1830
É criada a freguesia no município de Apiaí.
Lei nº 8 ou 213 de 04/03/1843
Transfere a freguesia para o município de Xiririca (atual município de Eldorado).
Lei nº 39 de 03/04/1873
Cria a vila.
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de Apiaí.
Lei nº 2.780 de 23/12/1936
Cria o município.

Ipuã

Lei nº 23 ou 662 de 25/04/1859
Cria a freguesia de Santana dos Olhos d'Água no município de Batatais.
Lei nº 2 de 28/02/1872
Reconduz a freguesia à categoria de povoado, incorporando-o ao município de Batatais.
Lei nº 42 de 11/05/1877
Cria a freguesia, com a denominação de São José do Morro Agudo, no município de Batatais.
Lei nº 37 de 10/03/1885
Transfere a freguesia para o município de Espírito Santo de Batatais (atual município de Nuporanga).
Lei nº 1.181 de 25/11/1909
Transfere o distrito para o município de Orlândia.
Lei nº 2.256 de 31/12/1927
Transfere o distrito para o município de São Joaquim da Barra.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Ipuã.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Iracemápolis

Lei nº 1.931 de 29/10/1923
Cria o distrito no município de Limeira.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Irapuã

Antigo povoado de Cervinho.
Lei nº 1.834 de 26/12/1921
Cria o distrito, com a denominação de Irapuã, no município de Novo Horizonte.
Lei nº 2.194 de 19/08/1927
Reconduz o distrito à categoria de povoado, incorporando-o ao município de Novo Horizonte.
Lei nº 2.427 de 30/09/1930
Cria novamente o distrito no município de Novo Horizonte.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município.

Irapuru

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no município de Pacaembu.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Junqueirópolis e Pacaembu.

Itaberá

Antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição de Lavrinhas.
Lei nº 16 de 09/03/1871
Cria a freguesia no município de São João Batista do Rio Verde (atual município de Itaporanga).
Lei nº 69 de 20/04/1873
Transfere a freguesia para o município de Faxina (atual município de Itapeva).
Decreto nº 152 de 08/04/1891
Cria a vila.
Lei nº 975 de 20/12/1905
Altera a denominação para Itaberá.

Itaí

Antigo povoado de Santo Antônio da Ponta da Serra.
Lei nº 42 de16/04/1874
Cria a freguesia, com a denominação de Santo Antônio da Boa Vista, no município de Itapeva.
Decreto nº 163 de 02/05/1891
Cria a vila.
Lei nº 1.748 de 25/11/1920
Altera a denominação para Itaí.

Vista Geral de Itanhaém – ca. 1920
Reprodução do Livro Comissão Geográphica e Geológica do Estado de São Paulo
Exploração do Litoral
Cidade de Santos à fronteira do Estado do Paraná
Acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico

Itajobi

Antigo povoado de Campo Alegre das Pedras.
Lei nº 993 de 02/08/1906
Cria o distrito, com a denominação de Itajobi, no município de Itápolis.
Lei nº 1.604 de 26/10/1918
Cria o município.

Itaju

Antigo povoado de Buenópolis.
Lei nº 1.380 de 14/08/1913
Cria o distrito no município de Bariri.
Lei nº 1.828 de 21/12/1921
Altera a denominação para Itaju.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Itanhaém

Antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém.
1549
É criada a freguesia no município de São Vicente.
Provisão de abril/1561
Cria a vila.
Lei nº 1.021 de 06/11/1906
Altera a denominação para Itanhaém.

Itaóca

Lei nº 1.151 de 18/12/1908
Cria o distrito, com a denominação de Itaóca, com sede na Capela das Tocas, no município de Apiaí.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Itapecerica da Serra

Século XVI
É fundado o povoado de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapecerica.
Lei nº 12 ou 162 de 20/02/1841
Cria a freguesia, com a denominação de Itapecerica, no município de Santo Amaro (atualmente distrito).
Lei nº 33 de 08/05/1877
Cria a vila.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Itapecerica da Serra.

Itapetininga

1766
É criada a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres no município de Sorocaba.

Portaria de 08/10/1770
Cria a vila com a denominação de Itapetininga.
Lei nº 5 ou 494 de 13/03/1855
Recebe foros de cidade.

Itapeva

Antigo povoado de Santana.
Ordem de 11/06/1766
Cria a freguesia, com a denominação de Faxina, no município de Sorocaba.
Portaria de 27/06/1769
Cria a vila.
Resolução de 118 de 31/03/1838
Altera a denominação para Itapeva da Faxina.
Lei nº 13 ou 682 de 20/07/1861
Recebe foros de cidade.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Itapeva.

Itapevi

Lei nº 1.741 de 19/10/1920
Cria o distrito,com denominação de Itapevi, com sede na estação de Cotia, no município de Cotia.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Itapira

Antigo povoado de Nossa Senhora da Penha de Moji - Mirim.
Lei nº 1 ou 319 de 08/02/1847
Cria a freguesia, com a denominação de Nossa Senhora da Penha, no município de Moji-Mirim.
Lei nº 4 ou 603 de 02/03/1858
Cria a vila.
1875
É alterada a denominação para Penha do Rio do Peixe.
Lei nº 89 de 27/06/1881
Recebe foros de cidade com a denominação de Nossa Senhora da Penha do Rio do Peixe.
Decreto nº 40 de 01/04/1890
Altera a denominação para Itapira.

Itapirapuã Paulista

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Itapirapuã, com sede no povoado de Ribeirãozinho, município de Ribeira, e território desmembrado deste município e do distrito sede do município de Apiaí.
Lei nº 7.664 de 20/12/1991
Cria o município com a denominação de Itapirapuã Paulista.

Itápolis

Provisão de 28/02/1871
Erige a capela de Espírito Santo do Córrego das Pedras.
Lei nº 87 de 05/05/1886
Cria a freguesia no município de Araraquara.
Decreto nº 161 de 24/04/1891
Cria a vila com a denominação de Boa Vista das Pedras.
Lei nº 1.021 de 06/11/1906
Altera a denominação para Pedras.
Lei nº 1.234 de 22/12/1910
Altera a denominação para Itápolis.

Itaporanga

Antigo povoado de São João Batista da Faxina.
Lei nº 1 ou 490 de 05/03/1855
Cria a freguesia no município de Itapeva.
Lei nº 7 de 06/03/1871
Cria a vila com a denominação de São João Batista do Rio Verde.
Lei nº 620 de 21/06/1899
Altera a denominação para Itaporanga.

Itapuí

Antigo povoado de Bica da Pedra
Lei nº 464 de 05/12/1896
Cria o distrito no município de Jaú.
Lei nº 1.383 de 11/09/1913
Cria o município.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Itapuí.

Itapurá

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito no município de Pereira Barreto.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Itaquaquecetuba

Antigo povoado de Nossa Senhora da Ajuda de Itaquaquecetuba.
Lei nº 17 ou 108 de 28/02/1838
Cria a freguesia no município de Mogi das Cruzes.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município com a denominação de Itaquaquecetuba.

Itararé

Antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição de Itararé.

Lei nº 36 de 10/03/1885
Cria a freguesia no municipio de Itapeva.
Lei nº 197 de 28/08/1893
Cria o municipio com a denominação de São Pedro de Itararé.
Lei nº 1.887 de 08/12/1922
Altera a denominação para Itararé.

Itariri

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito no municipio de Itanhaém.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio.

Itatiba

Antigo povoado de Nossa Senhora do Belém de Jundiai.
Decreto de 09/12/1830
Cria a freguesia no municipio de Jundiai.
Lei nº 2 ou 553 de 20/02/1857
Cria a vila com a denominação de Belém de Jundiai.
Lei nº 18 de 16/03/1876
Recebe foros de cidade.
Lei nº 36 de 08/05/1877
Altera a denominação para Itatiba.

Itatinga

Antigo povoado de São João de Itatinga.
Decreto nº 146 de 01/04/1891
Cria o distrito no municipio de Avaré.
Lei nº 415 de 24/07/1896
Cria o municipio
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Itatinga.

Itirapina

Antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição.
Lei nº 5 ou 431 de 05/07/1852
Cria a freguesia no municipio de Rio Claro.
Decreto nº 9 de 08/01/1890
Altera a denominação para Morro Pelado.
Lei nº 719 de 28/09/1900
Altera a denominação para Itirapina.
Decreto nº 7.031 de 25/03/1935
Cria o municipio.

Itirapuã

Lei nº 751 de 14/11/1900
Cria o distrito no municipio de Patrocinio Paulista.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio.

Itobi

Lei nº 568 de 27/08/1898
Cria o distrito no municipio de Casa Branca.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Itu

1610
É criada a capela de Nossa Senhora da Candelária.
1653
É criada a freguesia no municipio de Santana de Parnaiba.
Ordem de 18/04/1654
É criada a vila com a denominação de Nossa Senhora da Candelária de Itu.
Lei nº 5 ou 181 de 05/02/1842
Recebe foros de cidade, mantendo a denominação de Itu.
Obs.: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual, não foi localizado.

Itupeva

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no municipio de Jundiai.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Ituverava

Antigo povoado de Nossa Senhora do Carmo da Franca do Imperador.
Lei nº 9 ou 327 de 18/02/1847
Cria a freguesia, com a denominação de Carmo da Franca, no municipio de Franca.
Lei nº 24 de 10/03/1885
Cria a vila.
Lei nº 664 de 06/09/1899
Altera a denominação para Ituverava.

Jaborandi

Lei nº 2.019 de 26/12/1924
Cria o distrito no municipio de Barretos.
Lei nº 2.096 de 24/12/1925
Transfere o distrito para o municipio de Colina.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio.

Jaboticabal

Antigo povoado de Pontal do Rio Pardo.
Lei nº 43 ou 594 de 30/04/1857

Cria a freguesia, com a denominação de Nossa Senhora do Carmo de Jaboticabal, no municipio de Araraquara.
Lei nº 10 ou 942 de 05/07/1867
Cria a vila com a denominação de Jaboticabal.

Jacareí

Antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição da Paraíba.
1653
É criada a vila.
Carta Régia de 27/10/1700
Altera a denominação para Vila Paraíba.
Lei nº 17 ou 378 de 03/04/1849
Recebe foros de cidade, mantendo a denominação de Jacareí.
Obs.: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual, não foi localizado.

Jaci

Lei nº 2.112 de 30/12/1925
Cria o distrito de Yaci, no municipio de Mirassol.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Jaci.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio com território desmembrado dos municipios de Mirassol e Neves Paulista.

Jacupiranga

Lei nº 56 de 05/04/1870
Cria a freguesia no municipio de Iguape.
Lei nº 2.253 de 29/12/1927
Cria o municipio.

Jaguariúna

Antigo povoado de Jaguari.
Lei nº 433 de 05/08/1896
Cria o distrito no municipio de Moji-Mirim.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Jaguariúna.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Jales

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no municipio de Fernandópolis.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio.

Jambeiro

Provisão de 03/03/1871
Cria a capela de Nossa Senhora das Dores de Capivari.

Lei nº 52 de 10/04/1872
Cria a freguesia de Capivari no municipio de Caçapava.
Lei nº 56 de 30/03/1876
Cria a vila.
Lei nº 36 de 08/05/1877
Altera a denominação para Jambeiro.

Jandira

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no municipio de Cotia.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Jardinópolis

Antigo povoado de Ilha Grande.
Lei nº 115 de 01/10/1892
Cria o distrito no municipio de Batatais.
Lei nº 484 de 24/12/1896
Altera a denominação para Jardinópolis.
Lei nº 544 de 27/07/1898
Cria o municipio.

Jarinu

Lei nº 3 ou 179 de 05/02/1842
Cria a freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Campo Largo no municipio de Atibaia.
Lei nº 34 ou 251 de 15/03/1844
Transfere a freguesia para o municipio de Jundiaí.
Lei nº 6 ou 282 de 19/02/1846
Transfere a freguesia para o municipio de Atibaia.
Lei nº 1.257 de 29/09/1911
Altera a denominação para Jarinu.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio.

Jaú

Antigo povoado de Nossa Senhora do Patrocínio de Jaú.
Lei nº 11 ou 650 de 24/03/1859
Cria a freguesia, com a denominação de Jaú, no municipio de Brotas.
Lei nº 60 ou 917 de 23/04/1866
Cria a vila.
Lei nº 6 de 06/02/1889
Recebe foros de cidade.

Jeriquara

Antigo povoado de São Sebastião da Ponte Nova.
Lei nº 30 de 10/03/1885
Cria a freguesia no municipio de Franca.
Lei nº 408 de 08/07/1896

Cria o distrito.
Lei nº 1.218 de 24/11/1910
Reconduz o distrito à categoria de povoado, incorporando-o ao município de Franca.
Lei nº 1.652 de 08/10/1919
Cria o distrito, com a denominação de Ponte Nova, no município de Franca.
Lei nº 2.148 de 26/11/1926
Altera a denominação para Jeriquara.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Joanópolis

Antigo povoado de São João do Curralinho.
Decreto nº 135 de 13/03/1891
Cria o distrito no município de Piracaia.
Lei nº 54 de 09/08/1892
Reconduz o distrito à categoria de povoado, incorporando-o ao município de Piracaia.
Lei nº 207 de 30/08/1893
Cria novamente o distrito no município de Piracaia.
Lei nº 348 de 17/08/1895
Cria o município.
Lei nº 1.578 de 18/12/1917
Altera a denominação para Joanópolis.

João Ramalho

Decreto nº 7.058 de 05/04/1935
Cria o distrito no município de Quatá.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

José Bonifácio

Antigo povoado de Cerradão.
Lei nº 1.415 de 07/07/1914
Cria o distrito no município de São José do Rio Preto.
Lei nº 1.982 de 22/10/1924
Altera a denominação para José Bonifácio.
Lei nº 2.007 de 23/12/1924
Transfere o distrito para o município de Mirassol.
Lei nº 2.177 de 28/12/1926
Cria o município.

Júlio Mesquita

Antigo povoado de Mesquita.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito no município de Cafelândia.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Inhema.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município com a denominação de Júlio Mesquita.

Jundiaí

Antigo povoado de Nossa Senhora do Desterro de Jundiaí.
1651
É ereta a capela no município de Santana de Parnaíba.
Provisão de 14/12/1655
Cria a vila.
Lei nº 24 ou 771 de 28/03/1865
Recebe foros de cidade com a denominação de Jundiaí.

Junqueirópolis

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito e o município com território desmembrado do município de Lucélia.

Juquiá

Antigo povoado de Santo Antônio de Juquiá.
Lei nº11 ou 451 de 16/04/1853
Cria a freguesia no município de Iguape.
Lei nº 9.073 de 31/03/1938
Altera a denominação para Juquiá.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Prainha (atual município de Miracatu).
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Juquitiba

Lei nº 1.117 de 27/12/1907
Cria o distrito, com sede no povoado de Bela Vista do Juquiá, município de Itapecerica da Serra.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Lagoinha

20/07/1803
É fundado o povoado de Nossa Senhora da Conceição da Lagoinha.
Lei nº 22 ou 879 de 26/03/1866
Cria a freguesia no município de São Luiz de Paraitinga.
Lei nº 128 de 25/04/1880
Cria a vila com a denominação de Lagoinha.
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o município à categoria de distrito , incorporando-o ao município de Cunha.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o município de São Luiz do Paraitinga.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria novamente o município.

Igreja Nossa Sra. da Aparecida, em Lavínia – ca. 1950
Acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico

Laranjal Paulista

Antigo povoado de Laranjal.
Lei nº 460 de 30/11/1896
Cria o distrito no município de Tietê.
Lei nº 1.555 de 08/10/1917
Cria o município.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Laranjal Paulista.

Lavínia

Lei nº 7.792 de 14/08/1936
Cria o distrito policial de Perobal
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito, com a denominação de Lavinia, no município de Valparaiso.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município, com território desmembrado dos municípios de Valparaiso e Araçatuba.

Lavrinhas

Lei nº 1.592 de 28/12/1917
Cria o distrito no município de Pinheiros (atualmente, distrito).
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Transfere o distrito para o município de Queluz.
Lei nº 3.041 de 04/09/1937
Transfere o distrito para o município de Pinheiros.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município.

Leme

Antigo povoado de Estação de Leme.
Decreto nº 124 de 20/01/1891
Cria o distrito, com a denominação de Leme, no município de Pirassununga.
Lei nº358 de 29/08/1895
Cria o município.

Lençóis Paulista

Antigo povoado de Lençóis.
Lei nº 36 ou 635 de 28/04/1858
Cria a freguesia no município de Botucatu.
Lei nº 90 ou 837 de 25/04/1865
Cria a vila.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Ubirama.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Lençóis Paulista.

Limeira

Antigo povoado de Nossa Senhora das Dores de Tatuibi.
Decreto de 09/12/1830
Cria a freguesia no município de Nova Constituição (atual município de Piracicaba).
Lei nº 25 ou 201 de 08/03/1842
Cria a vila com a denominação de Limeira.
Lei nº 13 ou 708 de 18/04/1863
Recebe foros de cidade.

Lindóia

Antigo povoado de Brotas.
Lei nº 638 de 28/07/1899
Cria o distrito, com a denominação de Lindóia, no município de Serra Negra.
Decreto nº 9.731 de 16/11/1938
Cria o município.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de Águas de Lindóia.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria novamente o município.

Lins

1911
É fundado o povoado de Albuquerque Lins.
Lei nº 1.408 de 30/12/1913
Cria o distrito no município de Bauru.
Lei nº 1.428 de 03/12/1914
Transfere o distrito para o município de Pirajui.
Lei nº 1.708 de 27/12/1919
Cria o município.
Lei nº 2.182-A de 29/12/1926
Altera a denominação para Lins.

Lorena

Fins do século XVII
É fundado o povoado de Hepacaré ou Nossa Senhora da Piedade.
Provisão de 1718
Cria a freguesia, com a denominação de Nossa Senhora da Piedade, no município de Guaratinguetá.
Portaria de 06/07/1788
É criada a vila com a denominação de Lorena.
Decreto nº 180 de 18/06/1842
Anexa o município à Província do Rio de Janeiro.
Decreto nº 216 de 29/08/1842
Anexa o município à Província de São Paulo.
Lei nº 21 ou 541 de 24/04/1856
Recebe foros de cidade.

Lourdes

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Turiúba, e território desmembrado deste município.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Louveira

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no município de Vinhedo.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Lucélia

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito e o município com território desmembrado dos municípios de Andradina, Valparaíso, Guararapes, Martinópolis, Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Santo Anastácio e Presidente Venceslau.

Lucianópolis

Antigo povoado de Gralha.
Lei nº 1.970 de 24/09/1924
Cria o distrito, com a denominação de Gralha, no município de Piratininga.
Lei nº 2.151 de 11/12/1926
Transfere o distrito para o município de Duartina.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município com a denominação de Lucianópolis.

Luís Antônio

Lei nº 3.102 de 08/10/1937
Cria o distrito no município de São Simão.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Luiziânia

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no município de Glicério.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Transfere o distrito para o município de Braúna.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Lupércio

Antigo povoado de Santo Inácio
Lei nº 2.645 de 16/01/1936
Cria o distrito no município de Garça.

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Lupércio.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município

Lutécia

Antigo povoado de Boa Esperança.
Lei nº 2.380 de 11/12/1929
Cria o distrito, com a denominação de Lutécia, no município de Campos Novos.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Bela Vista (atual município de Echaporã).
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município, com território desmembrado dos municípios de Echaporã e Araguaçú (atual município de Paraguaçu Paulista).

Macatuba

Antigo povoado de Santo Antônio do Tanquinho.
Lei nº 1.337 de 07/12/1912
Cria o distrito, com a denominação de Bocaiúva, no município de Lençóis (atual município de Lençóis Paulista).
Lei nº 1.975 de 01/10/1924
Cria o município.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Macatuba.

Macaubal

Antigo povoado de Vila Progresso.
Lei nº 2.338 de 28/12/1928
Cria o distrito, com a denominação de Macaúbas, no município de Monte Aprazível.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Macaubal.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Macedônia

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no município de Fernandópolis.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Magda

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no município de Nhandeara, com sede no povoado de mesmo nome, e território desmembrado dos municípios de Nhandeara e General Salgado.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Mairinque

Lei nº 1.131 de 24/09/1908
Cria o distrito no município de São Roque.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Mairiporã

[ca. 1600]
É fundado o povoado de Nossa Senhora do Desterro no município de São Paulo.
Lei nº 34 de 24/03/1880
Transfere a freguesia para o município de Guarulhos, com a denominação de Juqueri.
Lei nº 67 de 27/03/1889
Cria a vila.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Mairiporã.
Obs.: a data de criação da freguesia, segundo E. Egas, é ignorada.

Manduri

Lei nº 1.115 de 26/12/1907
Cria o distrito no município de Piraju.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Piraju, Santa Bárbara do Rio Pardo e Óleo.

Marabá Paulista

Antigo povoado de Marabá.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Areia Dourada, no município de Presidente Venceslau.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município com a denominação de Marabá Paulista.

Maracaí

Antigo povoado de Patrocínio de Pitangueiras.
Lei nº 1.650 de 11/09/1919
Cria o distrito, com a denominação de Maracaí, no município de Conceição de Monte Alegre (atualmente, distrito).
Lei nº 2.000 de 19/12/1924
Cria o município.

Marapoama

Lei nº 2.569 de 13/01/1936
Cria o distrito no município de Itajobi.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Mariápolis

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no município de Adamantina.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Marília

Lei nº 2.161 de 22/12/1926
Cria o distrito no município de Cafelândia,
Lei nº 2.320 de 24/12/1928
Cria o município.

Marinópolis

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito no município de Pereira Barreto.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Martinópolis

Antigo povoado de José Teodoro.
Lei nº 2.392 de 20/12/1929
Cria o distrito no município de Presidente Prudente.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o município com a denominação de Martinópolis.

Matão

Ato de 19/09/1895
Cria o distrito policial de Bom Jesus das Palmeiras.
Lei nº 499 de 07/05/1897
Cria o distrito, com a denominação de Matão, no município de Araraquara.
Lei nº 567 de 27/08/1898
Cria o município.

Mauá

Decreto nº 6.780 de 18/10/1934
Cria o distrito no município de São Bernardo (atual município de São Bernardo do Campo).
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Santo André.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Mendonça

Lei nº 2.624 de 14/01/1936
Cria o distrito de Vila Mendonça, no município de São José do Rio Preto.
Decreto-Lei Federal nº 2.104 de 02/04/1940
Decreto Estadual nº 11.069 de 04/05/1940
Altera a denominação para Mendonça.

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o município de Nova Aliança.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Meridiano

Antigo povoado de Maravilha.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com a denominação de Meridiano, no município de Fernandópolis.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Mesópolis

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Paranapuã, e território desmembrado deste município.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Miguelópolis

Lei nº 2.204 de 24/10/1927
Cria o distrito no município de Ituverava.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município.

Mineiros do Tietê

Antigo povoado de Mineiros.
Decreto nº 121 de 17/01/1891
Cria o distrito, com a denominação de Mineiros, no município de Dois Córregos.
Lei nº 581 de 29/08/1898
Cria o município.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Mineiros do Tietê.

Miracatu

Antigo povoado de Prainha.
Lei nº 35 de 06/04/1872
Cria a freguesia no município de Iguape.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o município.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Miracatu.

Mira Estrela

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito no município de Cardoso.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Mirandópolis

Antigo povoado de Estação de Mirandópolis.
Lei nº 2.922 de 20/03/1937
Cria o distrito, com a denominação de Comandante Árbues, com sede no povoado de São João, no município de Valparaíso.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município, com a denominação de Mirandópolis, e território desmembrado dos municípios de Valparaíso, Andradina, Pereira Barreto e Araçatuba.

Mirante do Paranapanema

Antigo povoado de Palmital.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito e o município, com a denominação de Mirante do Paranapanema e território desmembrado dos distritos de Costa Machado, Areia Dourada (atual município de Marabá Paulista) e município de Santo Anastácio, no município de Presidente Venceslau.

Mirassol

Lei nº 1.667 de 27/11/1919
Cria o distrito no município de Rio Preto (atual município de São José do Rio Preto).
Lei nº 2.007 de 23/12/1924
Cria o município.

Mirassolândia

Decreto nº 7.198 de 10/06/1935
Cria o distrito no município de Mirassol.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Mococa

15/12/1847
É fundado o povoado de São Sebastião da Boa Vista.
Lei nº 15 ou 535 de 05/04/1856
Cria a freguesia no município de Casa Branca.
Lei nº 55 de 15/04/1868
Transfere a freguesia para o município de Caconde.
Lei nº 25 de 17/03/1871
Transfere a freguesia para o município de Casa Branca.
Lei nº 29 de 24/03/1871
Cria a vila.
Lei nº 20 de 08/04/1875
Recebe foros de cidade com a denominação de Mococa.

Mogi das Cruzes

Antigo povoado de Boigy.
Provisão de 18/08/1611
Cria a vila com a denominação de Vila de Sant'Ana de Moji- Mirim.
Lei nº 5 ou 497 de 13/03/1855
Recebe foros de cidade com a denominação de Mogi das Cruzes.

Mogi- Guaçu

1740
É criada a freguesia de Mogi-Guaçu, no município de Jundiaí.
1769
É transferida a freguesia para o município de Moji-Mirim.
Lei nº 16 de 09/04/1877
Cria a vila.
Lei nº 2.722 de 20/03/1991
Altera a grafia para Mogi-Guaçu.

Moji-Mirim

Antigo povoado de Moji dos Campos.
Provisão de 01/11/1751
Cria a freguesia, com a denominação de São José de Moji-Mirim, no município de Jundiaí.
Ordem de 22/10/1769 ou 27/06/1769
Cria a vila.
Lei nº 17 ou 378 de 03/04/1849
Recebe foros de cidade com a denominação de Moji-Mirim.

Mombuca

Decreto nº 6.881 de 24/12/1934
Cria o distrito no município de Capivari.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Monções

Antigo povoado de Paraúna.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com a denominação de Monções, no município de Macaubal.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Mongaguá

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no município de Itanhaém.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Monte Alegre do Sul

Antigo povoado de Bom Jesus de Monte Alegre.
Lei nº 15 de 05/03/1887
Cria a freguesia no município de Amparo.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Ibiti.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município com a denominação de Monte Alegre do Sul.

Monte Alto

15/05/1881
É fundado o povoado de Senhor Bom Jesus, município de Jaboticabal.
Lei nº 363 de 31/08/1895
Cria o município, com a denominação de Monte Alto, e território desmembrado do município de Jaboticabal.
Obs.: o diploma legal que cria o distrito de Monte Alto não foi localizado. Também não foi encontrado o diploma legal referente à alteração de sua denominação.

Monte Aprazível

Lei nº 1.438 de 18/12/1914
Cria o distrito no município de São José do Rio Preto.
Lei nº 2.008 de 23/12/1924
Cria o município.

Monte Azul Paulista

29/07/1897
É fundado o povoado de Monte Azul, no município de Bebedouro.
1901
É criado o distrito policial de Monte Azul, no município de Bebedouro.
Lei nº 898 de 30/11/1903
Cria o distrito, com a denominação de Monte Azul, no município de Bebedouro.
Lei nº 1.443 de 22/12/1914
Cria o município.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Monte Azul do Turvo.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Monte Azul Paulista.

Monte Castelo

Antigo povoado de Galante.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com a denominação de Monte Castelo, no município de Tupi Paulista.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Monteiro Lobato

Lei nº 40 ou 591 de 25/04/1857
Cria a freguesia de Buquira no município de Taubaté.
Lei nº 46 ou 903 de 17/04/1866
Transfere a freguesia para o município de Caçapava.
Lei nº 11 ou 493 de 08/07/1867
Transfere a freguesia para o município de São José dos Campos.
Lei nº 149 de 26/04/1880
Cria a vila.
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de São José dos Campos.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município com a denominação de Monteiro Lobato.

Monte Mor

Antigo povoado de Nossa Senhora do Patrocínio do Capivari de Cima.
Decreto nº 33 de 16/08/1832
Cria a freguesia, com a denominação de Nossa Senhora do Patrocínio de Água Choca, no município de Itu.
Lei nº 29 de 24/03/1871
Cria a vila com a denominação de Monte Mor.

Morro Agudo

Lei nº 2 de 28/02/1872
Cria a freguesia de São José do Morro Agudo, no município de Batatais.
Lei nº 42 de 09/05/1877
Reconduz a freguesia à categoria de povoado, incorporando-o ao município de Batatais.
Lei nº 28 de 10/03/1885
Cria novamente a freguesia, com a denominação de São José do Morro Agudo, no município de Batatais .
Lei nº 37 de 10/03/1885
Transfere a freguesia para o município de Nuporanga.
Lei nº 302 de 24/07/1894
Cria o distrito no município de Nuporanga.
Lei nº 1.181 de 25/11/1909
Transfere o distrito para o município de Orlândia.
Decreto nº 6.638 de 31/08/1934
Cria o município com a denominação de Morro Agudo.

Morungaba

Decreto nº 160 de 24/04/1891
Cria o distrito de Conceição da Barra Mansa, no município de Itatiba.
Lei nº 1.653 de 24/10/1919
Altera a denominação para Morungaba.

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Motuca

Lei nº 2.126 de 31/12/1925
Cria o distrito no município de Araraquara.
Lei nº 6.645 de 09/01/1990
Cria o município.

Murutinga do Sul

Antigo povoado de Murutinga.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Algodoal, no município de Andradina.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município com a denominação de Murutinga do Sul.

Marandiba

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito de Narandiba, com sede no povoado de São Francisco de Paula, no município de Presidente Prudente.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Transfere o distrito para o município de Pirapozinho.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Natividade da Serra

Antigo povoado de Divino Espírito Santo e Nossa Senhora da Natividade do Rio do Peixe.
1853
É fundada a capela do Rio do Peixe.
Lei nº 33 ou 632 de 24/04/1858
Cria a freguesia, com a denominação de Natividade de Nossa Senhora do Rio do Peixe, no município de Paraibuna.
Lei nº 15 ou 710 de 18/04/1863
Cria a vila com a denominação de Vila da Natividade.
Decreto nº 6.530 de 03/07/1934
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de Paraibuna.
Decreto nº 7.353 de 05/07/1935
Cria novamente o município.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Natividade da Serra.

Nazaré Paulista

Antigo povoado de Nossa Senhora de Nazaré.
Séc. XVII
É criada a freguesia no município de São Paulo.

27/06/1769
É transferida a freguesia para o município de Atibaia.
Lei nº 15 ou 404 de 10/06/1850
Cria a vila com a denominação de Nazaré.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Nazaré Paulista.

Neves Paulista

Antigo povoado de Nossa Senhora Aparecida.
Lei nº 2.232 de 22/12/1927
Cria o distrito, com a denominação de Neves, no município de Monte Aprazível.
Lei nº 3.112 de 26/10/1937
Transfere o distrito para o município de Mirassol.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município, com a denominação de Iboti, e território desmembrado dos municípios de Mirassol e Monte Aprazível.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Neves Paulista.

Nhandeara

Antigo povoado de São João do Paraíso.
Decreto nº 7.032 de 25/03/1935
Cria o distrito, com a denominação de Nhandeara, no município de Monte Aprazível.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município.

Nipoã

Lei nº 1.944 de 18/12/1923
Cria o distrito no município de São José do Rio Preto.
Lei nº 2.007 de 23/12/1924
Transfere o distrito para o município de Mirassol.
Lei nº 3.112 de 26/10/1937
Transfere o distrito para o município de Monte Aprazível.
Lei nº 2.456 de 30/12/1937
Cria o município.

Nova Aliança

Lei nº 2.174 de 28/12/1926
Cria o distrito no município de Rio Preto (atual município de São José do Rio Preto).
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município.

Nova Campina

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Campina do Veado, com sede no povoado de mesmo nome, no município de Itapeva, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município, com a denominação de Nova Campina.

Nova Canaã Paulista

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com a denominação de Nova Canaã, município de Três Fronteiras, e território desmembrado deste município e do município de Santa Fé do Sul.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município, com a denominação de Nova Canaã Paulista.

Nova Europa

Lei nº 1.409 de 30/12/1913
Cria o distrito no município de Ibitinga.
Lei nº 2.085 de 18/12/1925
Transfere o distrito para o município de Tabatinga.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Nova Granada

Antigo povoado de Pitangueiras.
Lei nº 1.561 de 30/10/1917
Cria o distrito, com a denominação de Nova Granada, no município de São José do Rio Preto.
Lei nº 2.090 de 19/12/1925
Cria o município.

Nova Guataporanga

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no município de Tupi Paulista.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município, com território desmembrado dos municípios de Monte Castelo e Tupi Paulista.

Nova Independência

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no município de Andradina.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Novais

Lei nº 1.997 de 18/12/1924
Cria o distrito, com a denominação de Vila Novais, no município de Jaboticabal.
Lei nº 6.997 de 07/03/1935
Transfere o distrito para o município de Catanduva.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938

Transfere o distrito, com a denominação de Novais, para o município de Tabapuã.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Nova Luzitânia

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no município de Gastão Vidigal.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município com território desmembrado do município de Gastão Vidigal e do distrito de Major Prado (atual município de Santo Antônio do Aracanguá), no município de Araçatuba.

Nova Odessa

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito no município de Americana.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Novo Horizonte

Lei nº 993 de 02/08/1906
Cria o distrito no município de Itápolis.
Lei nº 1.530 de 28/12/1916
Cria o município.

Nuporanga

Antigo povoado de Divino Espirito Santo de Batatais.
Lei nº 50 de 14/04/1873
Cria a freguesia no município de Batatais.
Lei nº 37 de 10/03/1885
Cria a vila.
Lei nº 483 de 24/12/1896
Altera a denominação para Nuporanga.
Lei nº 1.181 de 25/11/1909
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de Orlândia.
Lei nº 2.173 de 28/12/1926
Cria novamente o município.

Ocaucú

Decreto nº 6.617 de 21/08/1934
Cria o distrito de Casa Grande no município de Campos Novos.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Bela Vista (atual município de Echaporã).
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o município de Marília, com a denominação de Ocauçu.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Óleo

Decreto nº 205 de 06/06/1891
Cria o distrito no município de Santa Cruz do Rio Pardo.
Lei nº 1.576 de 14/12/1917
Cria o município.

Olímpia

Antigo povoado de Vila Olímpia.
Lei nº 1.035 de 18/12/1906
Cria o distrito no município de Barretos.
Lei nº 1.571 de 07/12/1917
Cria o município com a denominação de Olímpia.

Onda Verde

Decreto nº 6.765 de 11/10/1934
Cria o distrito no município de Nova Granada.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Oriente

Decreto nº 6.721 de 02/10/1934
Cria o distrito no município de Marília.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Marília e Pompéia.

Orindiúva

Decreto nº 7.009 de 12/03/1935
Cria o distrito no município de Olímpia.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Paulo de Faria.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Orlândia

Antigo povoado de Vila Orlando .
Lei nº 1.181 de 25/11/1909
Cria o distrito e o município, com a denominação de Orlândia, território desmembrado de município de Nuporanga.

Osasco

Lei nº 1.634 de 31/12/1918
Cria o distrito no município de São Paulo.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Oscar Bressane

Antigo povoado de São João do Mirante.
Lei nº 1.823 de 17/12/1921
Cria o distrito, com a denominação de Tabajara, no município de Campos Novos do Paranapanema.
Decreto nº 6.154 de 13/11/1933
Transfere o distrito para o povoado de Vila Fortuna, assumindo esta denominação.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Echaporã, com a denominação de Fortuna.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o município de Lutécia, com a denominação de Amarílis.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município com a denominação de Oscar Bressane.

Osvaldo Cruz

Antigo povoado de Nova Califórnia, município de Martinópolis.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito e o município, com a denominação de Osvaldo Cruz, e território desmembrado dos municípios de Guararapes e Tupã.
Obs: Não há referências no texto do Decreto-Lei quanto a Osvaldo Cruz ter recebido território do município de Martinópolis.

Ourinhos

Lei nº 1.484 de 13/12/1915
Cria o distrito no município de Salto Grande.
Lei nº 1.618 de 13/12/1918
Cria o município.

Ouro Verde

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no município de Dracena.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Pacaembu

Antigo povoado de Iracema.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Guaraniúva, no município de Lucélia.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município com a denominação de Pacaembu.

Palestina

Lei nº 2.236 de 22/12/1927
Cria o distrito no município de Nova Granada.

Lei nº 2.782 de 23/12/1936
Cria o municipio.

Palmares Paulista

Lei nº 1.107 de 05/12/1907
Cria o distrito de Palmares no municipio de Monte Alto.
Decreto nº 7.029 de 25/03/1935
Transfere o distrito para o municipio de Catanduva.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o municipio de Ariranha, com a denominação de Jaguatei.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Altera a denominação para Palmares Paulista.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Palmeira d'Oeste

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no municipio de Jales.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Palmital

Lei nº 1.526 de 27/12/1916
Cria o distrito no municipio de Campos Novos do Paranapanema.
Lei nº 1.693 de 18/12/1919
Cria o municipio.

Panorama

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no municipio de Paulicéia.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio com território desmembrado do distrito de Ouro Verde, municipio de Dracena e do municipio de Paulicéia.

Paraguaçu Paulista

Antigo povoado de Paraguaçu.
Lei nº 1.943 de 18/12/1923
Cria o distrito no municipio de Conceição de Monte Alegre (atualmente, distrito).
Lei nº 2032 de 30/12/1924
Cria o municipio.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Araguaçu.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Paraguaçu Paulista.

Paraibuna

23/06/1773
É fundado o povoado de Santo Antônio da Barra da Paraibuna.

Alvará de 07/12/1812 e Resolução de 20/08/1812
Cria a freguesia, com a denominação de Santo Antônio da Paraibuna, municipio de Jacarei.
Decreto de 10/07/1832
Cria a vila.
Decreto nº 44 ou 595 de 30/04/1857
Recebe foros de cidade.
Obs.: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual, não foi localizado.

Paraíso

Antigo povoado de São Sebastião do Turvo.
Lei nº 663 de 06/09/1899
Cria o distrito no municipio de Jaboticabal.
Lei nº 1.493 de 29/12/1915
Altera a denominação para Irupi.
Decreto nº 6.034 de 17/08/1933
Transfere o distrito para o povoado de Vila Paraiso, assumindo esta denominação.
Decreto nº 6.997 de 07/03/1935
Transfere o distrito para o municipio de Pirangi.
Decreto-Lei Federal nº 2.104 de 02/04/1940
Decreto Estadual nº 11.069 de 04/05/1940
Altera a denominação para Paraiso.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Paranapanema

Antigo povoado de Nosso Senhor do Bom Sucesso.
Lei nº 20 ou 659 de 20/04/1859
Cria a freguesia, com a denominação de Bom Sucesso, municipio de Itapeva.
Lei nº 33 de 10/03/1885
Cria a vila.
Decreto nº 6.530 de 03/07/1934
Reconduz o municipio à categoria de distrito, incorporando-o ao municipio de Itai.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria novamente o municipio, com a denominação de Paranapanema.

Paranapuã

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito no municipio de Dolcinópolis.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Parapuã

Antigo povoado de Canaã.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito e o municipio, com a denominação de Parapuã e território desmembrado do municipio de Tupã.

Lei nº 2.782 de 23/12/1936
Cria o município.

Palmares Paulista

Lei nº 1.107 de 05/12/1907
Cria o distrito de Palmares no município de Monte Alto.
Decreto nº 7.029 de 25/03/1935
Transfere o distrito para o município de Catanduva.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o município de Ariranha, com a denominação de Jaguatei.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Altera a denominação para Palmares Paulista.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Palmeira d'Oeste

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no município de Jales.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Palmital

Lei nº 1.526 de 27/12/1916
Cria o distrito no município de Campos Novos do Paranapanema.
Lei nº 1.693 de 18/12/1919
Cria o município.

Panorama

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no município de Paulicéia.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município com território desmembrado do distrito de Ouro Verde, município de Dracena e do município de Paulicéia.

Paraguaçu Paulista

Antigo povoado de Paraguaçu.
Lei nº 1.943 de 18/12/1923
Cria o distrito no município de Conceição de Monte Alegre (atualmente, distrito).
Lei nº 2032 de 30/12/1924
Cria o município.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Araguaçu.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Paraguaçu Paulista.

Paraibuna

23/06/1773
É fundado o povoado de Santo Antônio da Barra da Paraibuna.

Alvará de 07/12/1812 e Resolução de 20/08/1812
Cria a freguesia, com a denominação de Santo Antônio da Paraibuna, município de Jacarei.
Decreto de 10/07/1832
Cria a vila.
Decreto nº 44 ou 595 de 30/04/1857
Recebe foros de cidade.
Obs.: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual, não foi localizado.

Paraíso

Antigo povoado de São Sebastião do Turvo.
Lei nº 663 de 06/09/1899
Cria o distrito no município de Jaboticabal.
Lei nº 1.493 de 29/12/1915
Altera a denominação para Irupi.
Decreto nº 6.034 de 17/08/1933
Transfere o distrito para o povoado de Vila Paraíso, assumindo esta denominação.
Decreto nº 6.997 de 07/03/1935
Transfere o distrito para o município de Pirangi.
Decreto-Lei Federal nº 2.104 de 02/04/1940
Decreto Estadual nº 11.069 de 04/05/1940
Altera a denominação para Paraíso.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Paranapanema

Antigo povoado de Nosso Senhor do Bom Sucesso.
Lei nº 20 ou 659 de 20/04/1859
Cria a freguesia, com a denominação de Bom Sucesso, município de Itapeva.
Lei nº 33 de 10/03/1885
Cria a vila.
Decreto nº 6.530 de 03/07/1934
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de Itai.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria novamente o município, com a denominação de Paranapanema.

Paranapuã

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito no município de Dolcinópolis.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Parapuã

Antigo povoado de Canaã.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito e o município, com a denominação de Parapuã e território desmembrado do município de Tupã.

Pardinho

Decreto nº 159 de 16/04/1891
Cria o distrito de Espirito Santo do Rio Pardo, no município de Botucatu.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Pardinho.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Pariquera-Açu

Decreto nº 6.959 de 11/02/1935
Cria o distrito no municipio de Jacupiranga.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio com território desmembrado dos municípios de Jacupiranga, Iguape e Registro.

Parisi

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Votuporanga, e território desmembrado do distrito de Álvares Florence, deste municipio.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o municipio.

Patrocinio Paulista

Antigo povoado de Patrocinio do Sapucaí.
Lei nº 17 de 30/03/1874
Cria a freguesia, com a denominação de Nossa Senhora do Patrocínio do Sapucaí, no municipio de Franca.
Lei nº 23 de 10/03/1885
Cria a vila.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Patrocinio Paulista.

Paulicéia

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito e o municipio, com território desmembrado do municipio de Gracianópolis (atual Tupi Paulista).

Paulínia

Antigo povoado de José Paulino.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Paulínia no municipio de Campinas
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Paulo de Faria

Antigo povoado de Patos.
Lei nº 1.801 de 29/11/1921
Cria o distrito no municipio de Olimpia.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o municipio com a denominação de Paulo de Faria.

Pederneiras

Lei nº 22 de 28/02//1889
Cria a freguesia de Pederneiras no municipio de Lençóis Paulista.
Decreto nº 174 de 22/05/1891
Cria a vila com a denominação de São Sebastião da Alegria.
Lei nº 316 de 22/05/1895
Altera a denominação para Pederneiras.

Pedra Bela

Lei nº 2.369 de 30/11/1929
Cria o distrito de Pedra Grande no municipio de Bragança Paulista.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Pedra Bela.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Pedranópolis

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no municipio de Fernandópolis.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Pedregulho

Lei nº 838 de 01/10/1902
Cria o distrito no municipio de Santa Rita do Paraíso (atual municipio de Igarapava).
Lei nº 1.829 de 21/12/1921
Cria o municipio.

Pedreira

Ato de 0/08/1889
É criado o distrito policial.
Provisão de 17/06/1890
Cria a capela de Santana das Pedreias.
Decreto nº 110 de 22/12/1890
Cria o distrito, com a denominação de Pedreiras, no municipio de Amparo.
Lei nº 450 de 31/10/1896
Cria o municipio com a denominação de Pedreira.

Pedro de Toledo

Antigo povoado de Alecrim.
Lei nº 2.384 de 13/12/1929
Cria o distrito no municipio de Iguape.
Lei nº 3.066 de 20/09/1937
Altera a denominação para Pedro de Toledo.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o municipio de Prainha (atual municipio de Miracatu).
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio.

Pedrinhas Paulista

Lei nº 2.343 de 14/05/1980
Cria o distrito, com sede no povoado de Pedrinhas, municipio de Cruzália, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o municipio.

Penápolis

Antigo povoado de Santa Cruz do Avanhandava.
Lei nº 1.177 de 17/11/1909
Cria o distrito, com a denominação de Penápolis, no municipio de São José do Rio Preto.
Lei nº 1.225 de 16/12/1910
Transfere o distrito para o municipio de Bauru.
Lei nº 1.397 de 22/12/1913
Cria o municipio.

Pereira Barreto

Antigo povoado de Itapura.
Lei nº 1.174 de 29/10/1909
Cria o distrito no municipio de São José do Rio Preto.
Lei nº 1.225 de 16/10/1910
Transfere o distrito para o municipio de Penápolis.
Lei nº 2.008 de 23/12/1924
Transfere o distrito para o municipio de Monte Aprazivel.
Decretos nº 6.711 e 6.712 de 29/09/1934
Altera a denominação para Novo Oriente.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o municipio, com a denominação de Pereira Barreto, e território desmembrado dos municipios de Araçatuba, Monte Aprazivel e Tanabi.

Pereiras

Antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição dos Pereiras.
Lei nº 51 de 30/03/1876

Cria a freguesia, com a denominação de Pereiras, municipio de Tatui.
Lei nº 93 de 04/04/1889
Cria a vila.

Peruíbe

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito e o municipio com território desmembrado do municipio de Itanhaém.

Piacatu

Antigo povoado de Bela Vista.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Piacatu, no municipio de Bilac.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Piedade

Lei nº 16 ou 334 de 03/03/1847
Cria a freguesia, com a denominação de Nossa Senhora da Piedade, no municipio de Sorocaba.
Lei nº 8 ou 559 de 24/03/1857
Cria a vila.
Obs.: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual, não foi localizado.

Pilar do Sul

Antigo povoado de Pilar.
Lei nº 57 de 11/05/1877
Cria a freguesia, com a denominação de Nossa Senhora do Pilar, no municipio de Sarapui.
Decreto nº 168 de 12/05/1891
Cria a vila.
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o municipio à categoria de distrito, incorporando-o ao municipio de Piedade.
Lei nº 2.695 de 05/11/1936
Cria novamente o municipio..
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Pilar do Sul.

Pindamonhangaba

1690
É fundado o povoado de São José de Pindamonhangaba.
1690 - 1705
É criada a freguesia no municipio de Taubaté.
10/07/1705
É criada a vila com a denominação de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba.

Igreja de São José e Antiga Câmara de Pindamonhangaba (Tom Maia - 1976)
Reprodução do livro – Vale do Paraíba – Velhas Cidades
Acervo da Biblioteca Mário de Andrade

Lei nº 17 ou 378 de 03/04/1849
Recebe foros de cidade com a denominação de Pindamonhangaba.

Pindorama

Lei nº 1.594 de 29/12/1917
Cria o distrito no município de Santa Adélia.
Lei nº 2.125 de 31/12/1925
Cria o município.

Pinhalzinho

Lei nº 2.784 de 23/12/1936
Cria o distrito de Pinhal no município de Bragança Paulista.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Pinhalzinho.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Piquerobi

Lei nº 2.294 de 08/11/1928
Cria o distrito no município de Santo Anastácio.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Piquete

Antigo povoado de São Miguel do Piquete.
Lei nº 10 de 22/03/1875
Cria a freguesia no município de Lorena.
Decreto nº 166 de 07/05/1891
Cria a vila com a denominação de Vieira do Piquete.
Lei nº 1.470 de 29/10/1915
Altera a denominação para Piquete.

Piracaia

1817
É fundado o povoado de Santo Antônio da Cachoeira no município de Atibaia.
Lei nº 44 de 05/03/1836
Cria a freguesia no município de Atibaia.
Lei nº15 ou 404 de 10/06/1850
Transfere a freguesia para o município de Nazaré Paulista.
Lei nº 12 ou 651 de 24/03/1859
Cria a vila.
Lei nº 62 de 21/03/1885
Recebe foros de cidade.
Lei nº 997 de 20/08/1906
Altera a denominação para Piracaia.

Piracicaba

01/08/1767
É fundado o povoado de Piracicaba.
21/06/1774
É criada a freguesia no município de Itu.
21/12/1776
É extinta a freguesia no município de Itu.
07/04/1784
É criada novamente a freguesia.
07/07/1784
A freguesia é transferida para o local onde posteriormente foi criada a vila.
Portaria de 31/10/1821
Cria a vila com a denominação de Nova Constituição.
Lei nº 21 ou 541 de 24/04/1856
Recebe foros de cidade com a denominação de Constituição.
Lei nº 21 de 13/04/1877
Altera a denominação para Piracicaba.

Piraju

Antigo povoado de São Sebastião do Tijuco Preto.
Lei nº 23 de 16/03/1871
Cria a freguesia no município de São João Batista do Rio Verde (atual município de Itaporanga).
Lei nº 111 de 25/04/1880
Cria a vila.
Decreto nº 200 de 06/06/1891
Altera a denominação para Piraju.

Pirajuí

Lei nº 1.105 de 02/12/1907
Cria o distrito no município de Bauru.
Lei nº 1.428 de 03/12/1914
Cria o município.

Pirangi

Lei nº 1.402 de 23/12/1913
Cria o distrito, com sede no povoado de Santo Antonio da Bela Vista, no município de Jaboticabal.
Decreto nº 6.997 de 07/03/1935
Cria o município.

Pirapora do Bom Jesus

Lei nº 66 de 17/08/1892
Cria o distrito de Pirapora no município de Santana de Parnaíba.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Pirapora do Bom Jesus.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município

Pirapozinho

Lei nº 2.794 de 26/12/1936
Cria o distrito no município de Presidente Prudente.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Pirassununga

Provisão Eclesiástica de 21/11/1828
Eleva a capela de Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Pirassununga à curada.
Lei nº 13 ou 189 de 04/03/1842
Cria a freguesia, com a denominação de Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Pirassununga, no município de Moji-Mirim.
Lei nº 201 de 08/03/1842
Transfere a freguesia para o município de Limeira.
Lei nº 76 ou 823 de 22/04/1865
Cria a vila, mantendo a denominação de Pirassununga.
Lei nº 20 de 31/03/1879
Recebe foros de cidade.
Obs.: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual, não foi localizado.

Piratininga

Lei nº 1.122 de 30/12/1907
Cria o distrito no município de Bauru.
Lei nº 1.225 de 16/12/1910
Transfere o distrito para o município de Agudos.
Lei nº 1.395 de 17/12/1913
Cria o município.

Pitangueiras

1880
É ereta uma capela sob invocação de São Sebastião.
Lei nº 138 de 17/07/1881
Cria a freguesia, com a denominação de Pitangueiras, no município de Jaboticabal.
Lei nº 65 de 17/08/1892
Cria o distrito no município de Jaboticabal.
Lei nº 152 de 06/07/1893
Cria o município.

Planalto

Lei nº 1.072 de 21/08/1907
Cria o distrito de Avanhandava no município de São José do Rio Preto.
Lei nº 1.446 de 28/12/1914
Transfere a sede do distrito para o povoado de São Jerônimo.
Lei nº 2.102 de 29/12/1925
Altera a denominação para São Jerônimo.

Lei nº 2.280 de 13/09/1928
Transfere o distrito para o municipio de Monte Aprazivel.
Decreto nº 6.355 de 22/03/1934
Transfere a sede do distrito para o povoado de Planalto, assumindo esta denominação.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio.

Platina

Antigo povoado de Saltinho do Paranapanema.
Lei nº 309 de 26/07/1894
Cria o distrito, com a denominação de Platina, no municipio de Campos Novos Paulista.
Lei nº 1.478 de 24/11/1915
Cria o municipio.
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o municipio à categoria de distrito, incorporando-o ao municipio de Palmital.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria novamente o municipio.

Poá

Lei nº 1.674 de 03/12/1919
Cria o distrito no municipio de Mogi das Cruzes.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio.

Poloni

Antigo povoado de Vila Colombo.
Lei nº 2.337 de 27/12/1928
Cria o distrito, com a denominação de Colombo, no municipio de Mirassol.
Decreto nº 6.205 de 11/12/1933
Transfere o distrito para o povoado de Vila Poloni, assumindo esta denominação.
Lei nº 3.112 de 26/10/1937
Transfere o distrito para o municipio de Monte Aprazivel.
Decreto-Lei Federal nº 2.104 de 02/04/1940 e
Decreto Estadual nº 11.069 de 04/05/1940
Altera a denominação para Poloni.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Pompéia

Lei nº 2.282 de 17/09/1928
Cria o distrito no municipio de Campos Novos .
Lei nº 2.320 de 24/12/1928
Transfere o distrito para o municipio de Marília.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938

Cria o municipio, com território desmembrado dos municipios de Marília e Glicério.

Pongaí

Antigo povoado de Saltinho
Lei nº 2.227 de 19/12/1927
Cria o distrito, com a denominação de Pongaí, no municipio de Pirajuí.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio.

Pontal

Lei nº 1.093 de 18/10/1907
Cria o distrito no municipio de Sertãozinho.
Decreto nº 6.915 de 23/01/1935
Cria o municipio.

Pontalinda

Lei nº 2.456 de 20/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Jales, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o municipio.

Pontes Gestal

Antigo povoado de Gestal.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com a denominação de Pontes Gestal, no municipio de Américo de Campos.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Populina

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no municipio de Estrela d' Oeste.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Porangaba

Antigo povoado de Santo Antonio do Rio Feio.
Lei nº 2 de 06/02/1885
Cria a freguesia, com a denominação de Bela Vista, municipio de Tatuí.
Dedreto nº 148 de 06/04/1891
Cria o distrito no municipio de Tatuí.
Lei nº 1.658 de 04/11/1919
Altera a denominação para Porangaba.
Lei nº 2.244 de 26/12/1927
Cria o municipio.

Porto Feliz

1721
É fundado o povoado de Araritaguaba.
1728
É criada a freguesia, com a denominação de Nossa Senhora da Penha de Araritaguaba, no municipio de Itu.
Provisão de 27/11/1744
Altera a denominação para Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araritaguaba.
Ordem de 13/10/1797
Cria a vila com a denominação de Porto Feliz.
Lei nº 24 ou 623 de 16/04/1858
Recebe foros de cidade.

Porto Ferreira

Antigo povoado de Porto João Ferreira.
Lei nº 3 de 09/02/1888
Cria a freguesia, com a denominação de São Sebastião do Porto Ferreira, no municipio de Descalvado.
Lei nº 110 de 01/10/1892
Transfere o distrito para o municipio de Pirassununga.
Lei nº 424 de 29/07/1896
Cria o municipio, com a denominação de Porto Ferreira.

Potim

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, municipio de Guaratinguetá, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o municipio.

Potirendaba

Antigo povoado de Três Córregos.
Lei nº 1.676 de 10/12/1919
Cria o distrito, com a denominação de Potirendaba, no municipio de São José do Rio Preto.
Lei nº 2.098 de 26/12/1925
Cria o municipio.

Pracinha

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Maripá, municipio de Lucélia, e território desmembrado deste municipio.
Lei nº 8.550 de 30/12/1993
Cria o municipio.

Pradópolis

Lei nº 1.500 de 26/09/1916
Cria o distrito, com sede no povoado de Vila Nova, no municipio de Sertãozinho.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o municipio de Guariba.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Praia Grande

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o 2º subdistrito (Boqueirão) do distrito sede do municipio de São Vicente, com sede no bairro de mesmo nome, e território desmembrado daquele distrito e do distrito de Solemar do municipio de São Vicente.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito e o municipio com a denominação de Praia Grande, com sede no 2º subdistrito de São Vicente (Boqueirão) e território desmembrado do Municipio de São Vicente, compreendendo o distrito de Solemar.

Pratânia

Lei nº 639 de 29/07/1899
Cria o distrito de Prata, com sede no bairro de Bom Jesus da Prata, no municipio de Botucatu.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o municipio de São Manuel.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Pratânia.
Lei nº 8.550 de 30/12/1993
Cria o municipio.

Presidente Alves

Lei nº 1.428 de 03/12/1914
Cria o distrito no municipio de Bauru.
Lei nº 1.672 de 02/12/1919
Transfere o distrito para o municipio de Avaí.
Lei nº 2.216 de 02/12/1927
Cria o municipio.

Presidente Bernardes

Lei nº 2.084 de 15/12/1925
Cria o distrito no municipio de Presidente Prudente.
Decreto nº 6.914 de 23/01/1935
Cria o municipio.

Presidente Epitácio

Lei nº 2.571 de 13/01/1936
Cria o distrito no municipio de Presidente Venceslau.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio.

Presidente Prudente

Lei nº 1.798 de 28/11/1921
Cria o distrito e o municipio com território desmembrado do município de Campos Novos Conceição de Monte Alegre (atualmente, distrito).

Presidente Venceslau

Lei nº 2.083-A de 12/12/1925
Cria o distrito no municipio de Presidente Prudente.
Lei nº 2.133 de 02/09/1926
Cria o municipio.

Promissão

Antigo povoado de Hector Legru.
Lei nº 1.668 de 27/11/1919
Cria o distrito no municipio de Penápolis.
Lei nº 1.787-A de 30/09/1921
Altera a denominação para Promissão.
Lei nº 1.934 de 29/11/1923
Cria o municipio.

Quadra

Lei nº 1.346 de 18/12/1912
Cria o distrito, no municipio de Tatui.
Lei nº 8.550 de 30/12/1993
Cria o municipio.

Quatá

Lei nº 1.998 de 18/12/1924
Cria o distrito no municipio de Conceição de Monte Alegre (atualmente distrito).
Lei nº 2.073 de 04/11/1925
Cria o municipio.

Queiroz

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no municipio de Pompéia.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Queluz

Antigo povoado de Purus.
Provisão de 02/03/1803
Cria a freguesia, com a denominação de São João Batista de Queluz, no municipio de Lorena.
Alvará de 28/11/1816
Transfere a freguesia para o municipio de Areias.
Lei nº 15 ou 191 de 04/03/1842
Cria a vila com a denominação de Queluz.
Lei nº 15 de 10/03/1876
Recebe foros de cidade.

Quintana

Lei nº 2.642 de 15/01/1936
Cria o distrito no municipio de Glicério.
Lei nº 2.981 de 04/06/1937
Transfere o distrito para o municipio de Marília.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o municipio de Pompéia.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o municipio com território desmembrado dos municípios de Pompéia e Tupã.

Rafard

Lei nº 2.368 de 22/11/1929
Cria o distrito no municipio de Capivari.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Rancharia

Decreto nº 6.470 de 28/05/1934
Cria o distrito no municipio de Quatá.
Decreto nº 7.357 de 05/07/1935
Cria o municipio.

Redenção da Serra

Antigo povoado de Paiolinho.
Lei nº 3 ou 669 de 24/03/1860
Cria a freguesia no municipio de Taubaté.
Lei nº 33 de 08/05/1877
Cria a vila com a denominação de Redenção.
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o municipio à categoria de distrito, incorporando-o ao municipio de Jambeiro.
Decretro nº 7.353 de 05/07/1935
Cria novamente o municipio.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Redenção da Serra.

Regente Feijó

Lei nº 2.077 de 19/11/1925
Cria o distrito no municipio de Presidente Prudente.
Decreto nº 7.262 de 28/06/1935
Cria o municipio.

Reginópolis

Antigo povoado de Batalha.
Lei nº 1.890 de 13/12/1922
Cria o distrito no municipio de Pederneiras.
Lei nº 2.026 de 27/12/1924
Transfere o distrito para o municipio de Iacanga.
Decreto nº 6.468 de 28/05/1934

Transfere o distrito para o município de Pirajuí.
Lei nº 3.125 de 10/11/1937
Altera a denominação para Reginópolis.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Batalha.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Reginópolis.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Registro

Decreto nº 6.665 de 17/09/1934
Cria o distrito no município de Iguape.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município, com território desmembrado dos municípios de Iguape, Xiririca (atual município de Eldorado) e Miracatu.

Restinga

Lei nº 1.266 de 28/10/1911
Cria o distrito no município de Franca.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Ribeira

Antigo povoado de Senhor Bom Jesus da Cana Verde.
Lei nº 35 de 06/04/1872
Cria a freguesia, com a denominação de Ribeira, município de Apiaí.
Lei nº 1.212 de 20/10/1910
Cria o município.
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de Apiaí.
Lei nº 2.563 de 03/01/1936
Cria novamente o município,

Ribeirão Bonito

1872
É fundado o povoado de Senhor Bom Jesus do Ribeirão Bonito.
Lei nº 16 de 08/03/1882
Cria a freguesia, com a denominação de Ribeirão Bonito, no município de Brotas.
Decreto nº 24 de 05/03/1890
Cria a vila.

Ribeirão Branco

Antigo povoado de Senhor Bom Jesus do Ribeirão Preto.
Lei nº 28 de 29/03/1883

Cria a freguesia no município de Itapeva.
Lei nº 83 de 06/09/1892
Cria a vila com a denominação de Ribeirão Branco.
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de Itapeva.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria novamente o município.

Ribeirão Corrente

Lei nº 1.218 de 24/11/1910
Cria o distrito de Ribeirão Corrente no município de Franca.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Ribeirão do Sul

Lei nº 2.627 de 14/01/1936
Cria o distrito de Ribeirão dos Pintos no município de Salto Grande.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município com a denominação de Ribeirão do Sul.

Ribeirão Grande

Lei nº 65 de 27/03/1889
Cria a freguesia de Bom Jesus do Ribeirão Grande no município de Botucatu.
Lei nº 1.203 de 05/08/1910
Extingue o distrito, incorporando-o ao distrito de Espírito Santo do Rio Pardo, no município de Botucatu.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria novamente o distrito, com a denominação de Ribeirão Grande, com sede no povoado de mesmo nome, município de Capão Bonito, e território desmembrado deste município.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Ribeirão Pires

Lei nº 401 de 22/06/1896
Cria o distrito no município de São Bernardo.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Santo André.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Ribeirão Preto

Antigo povoado de Ribeirão Bonito.
09/01/1868
É ereta a capela sob invocação de São Sebastião de Ribeirão Preto.

Lei nº 51 de 02/04/1870
Cria a freguesia, com a denominação de Ribeirão Preto, no município de São Simão.
Lei nº 67 de 12/04/1871
Cria a vila.
Lei nº 34 de 07/04/1879
Altera a denominação para Entre Rios.
Lei nº 99 de 30/06/1881
Altera a denominação para Ribeirão Preto.
Lei nº 88 de 01/04/1889
Recebe foros de cidade.

Rifaina

Antigo povoado de Arraial do Cervo.
Lei nº 58 de 15/04/1873
Cria a freguesia, com a denominação de Santo Antônio da Rifaina, no município de Franca.
Lei nº 1.829 de 21/12/1921
Transfere o distrito para o município de Pedregulho.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município com a denominação de Rifaina.

Rincão

Lei nº 1.194 de 24/12/1909
Cria o distrito no município de Araraquara.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Rinópolis

Lei nº 3.024 de 04/08/1937
Cria o distrito no município de Araçatuba.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Tupã.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município.

Rio Claro

Antigo povoado de São João Batista de Rio Claro.
10/06/1827
É criada a capela curada de São João Batista de Rio Claro.
Decreto Imperial de 09/12/1830
Cria a freguesia no município de Piracicaba.
Lei nº 25 ou 201 de 08/03/1842
Transfere a freguesia para o município de Limeira.
Lei nº 13 ou 273 de 07/03/1845
Cria a vila.
Lei nº 44 ou 595 de 30/04/1857
Recebe foros de cidade.
Lei nº 975 de 20/12/1905
Altera a denominação para Rio Claro.

Observação: Entre as páginas 128 e 129 há um caderno de 14 páginas não numeradas, devido a falha de paginação.

Rio das Pedras

17/05/1888
É ereta a capela de Bom Jesus do Rio das Pedras.
Lei nº 95 de 04/04/1889
Cria a freguesia no município de Piracicaba.
Lei nº 291 de 10/07/1894
Cria o município com a denominação de Rio das Pedras.

Rio Grande da Serra

Antigo povoado de Rio Grande.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com a denominação de Icatuaçú no município de Ribeirão Pires.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município com a denominação de Rio Grande da Serra.

Riolândia

Antigo povoado de Veadinho
Decreto nº 7.010 de 12/03/1935
Cria o distrito no município de Olímpia.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Paulo de Faria.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Veadinho do Porto.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município com a denominação de Riolândia.

Riversul

Lei nº 288 de 07/07/1894
Cria o distrito de Ribeirão Vermelho no município de Itaporanga.
Lei nº 1.984 de 12/11/1924
Cria o município.
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de Itaporanga.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Ribeirão Vermelho do Sul.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria novamente o município.
Lei nº 2.334 de 16/04/1980
Altera a denominação para Riversul.

Rosana

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito no município de Teodoro Sampaio.
Lei nº 6.645 de 09/01/1990
Cria o município.

Roseira

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no município de Aparecida.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Rubiácea

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito no município de Guararapes.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Rubinéia

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no município de Santa Fé do Sul.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Sabino

Decreto nº 6.556 de 13/07/1934
Cria o distrito de Vila Sabino no município de Lins.
Decreto Federal nº 2.104 de 02/04/1940
Decreto Estadual nº 11.069 de 04/05/1940
Altera a denominação para Sabino.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Sagres

Antigo povoado de Drumond.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com a denominação de Sagres no município de Osvaldo Cruz.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Sales

Lei nº 2.194 de 19/08/1927
Transfere a sede do distrito de Irapuã para o povoado de Vila Sales, município de Novo Horizonte, assumindo esta denominação.
Decreto-Lei Federal nº 3.104 de 02/04/1940
Decreto Estadual nº 11.069 de 04/05/1940
Altera a denominação para Sales.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o município de Irapuã.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Transfere o distrito para o município de Novo Horizonte.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Sales Oliveira

Lei nº 1.031 de 14/12/1906
Cria o distrito no município de Nuporanga.
Lei nº 1.181 de 25/11/1909
Transfere o distrito para o município de Orlândia.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Orlândia e Jardinópolis.

Salesópolis

Antigo povoado de São José do Paraitinga.
Lei nº 17 ou 108 de 28/02/1838
Cria a freguesia no município de Mogi das Cruzes.
Lei nº 9 ou 560 de 24/03/1857
Cria a vila.
Lei nº 965 de 16/11/1905
Altera a denominação para Salesópolis.

Salmourão

Antigo povoado de Massapé.
Lei nº 23 de 24/12/1948
Cria o distrito, com a denominação de Salmourão no município de Osvaldo Cruz.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Saltinho

Lei nº 1.886 de 08/12/1922
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Piracicaba.
Lei nº 2.385 de 13/12/1929
Transfere o distrito para o município de Rio das Pedras.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Piracicaba.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Salto

Antigo povoado de Salto.
Lei nº 123 de 22/04/1885
Cria a freguesia, com a denominação de Salto de Itu, município de Itu.
Lei nº 68 de 27/03/1889
Cria a vila.
Lei nº 1.593 de 29/12/1917
Altera a denominação para Salto.

Salto Grande

Decreto nº 155 de 14/04/1891
Cria o distrito de Salto Grande do Paranapanema no município de Santa Cruz do Rio Pardo.
Lei nº 1.294 de 27/12/1911
Cria o município.
Lei nº 1.887 de 08/12/1922
Altera a denominação para Salto Grande.

Salto de Pirapora

Lei nº 1.250 de 18/08/1911
Cria o distrito no municipio de Sorocaba.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Sandovalina

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no municipio de Presidente Prudente.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Santa Adélia

Lei nº 1.240 de 23/12/1910
Cria o distrito no municipio de Taquaritinga.
Lei nº 1.499 de 22/03/1916
Cria o município.

Santa Albertina

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no municipio de Jales.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Santa Bárbara d'Oeste

1818
É fundado o povoado de Santa Bárbara.
Lei nº 9 ou 185 de 18/02/1842
Cria a freguesia no município de Nova Constituição (atual município de Piracicaba.)
Lei nº 1 ou 218 de 23/01/1844
Transfere a freguesia para o municipio de Campinas.
Lei nº 12 ou 288 de 02/03/1846
Transfere a freguesia para o municipio de Nova Constituição (atual municipio de Piracicaba).
Lei nº 2 de 08/06/1869
Cria a vila.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Santa Bárbara d'Oeste.

Santa Branca

22/05/1832
É criada a capela de Santa Branca.
Lei nº 11 ou 161 de 20/02/1841
Cria a freguesia, no municipio de Jacarei.
Lei nº 1 ou 521 de 05/03/1856
Cria a vila.

Santa Clara d'Oeste

Antigo povoado de Santa Clara.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com a denominação de Santa Clara d'Oeste no municipio de Santa Fé do Sul.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Santa Cruz da Conceição

Antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição de Santa Cruz.
Lei nº 4 de 23/01/1881
Cria a freguesia no municipio de Araras.
Lei nº 79 de 06/04/1885
Transfere a freguesia para o municipio de Pirassununga.
Lei nº 533 de 04/07/1898
Cria o municipio com a denominação de Santa Cruz da Conceição.
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o municipio à categoria de distrito, incorporando-o ao municipio de Leme.
Decreto nº 6.526 de 30/06/1934
Transfere o distrito para o municipio de Pirassununga.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria novamente o municipio.

Santa Cruz da Esperança

Lei nº 1.945 de 19/12/1923
Cria o distrito no municipio de Cajuru.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Cruz da Esperança.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Altera a denominação para Santa Cruz da Esperança.
Lei nº 8.550 de 30/12/1993
Cria o municipio.

Santa Cruz das Palmeiras

1876
É fundado o povoado de Santa Cruz das Palmeiras.
Lei nº 146 de 10/08/1881
Cria a freguesia no municipio de Casa Branca.
Lei nº 48 de 20/03/1885
Cria a vila.
Lei nº 975 de 20/12/1905

Altera a denominação para Palmeiras.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Santa Cruz das Palmeiras.

Santa Cruz do Rio Pardo

Antigo povoado de São Pedro.
Lei nº 71 de 20/04/1872
Cria a freguesia, com a denominação de Santa Cruz do Rio Pardo, município de Lençóis Paulista.
Lei nº 6 de 24/02/1876
Cria a vila.

Santa Ernestina

Lei nº 1.441 de 19/12/1914
Cria o distrito no município de Taquaritinga.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Santa Fé do Sul

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito e o município com território desmembrado do distrito de Três Fronteiras (atual município) e dos municípios de Jales e Pereira Barreto.

Santa Gertrudes

Lei nº 1.527 de 27/12/1916
Cria o distrito no município de Rio Claro.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Santa Isabel

Resolução de 25/06/1812
Cria a freguesia no município de Mogi das Cruzes.
Decreto de 10/07/1832
Cria a vila.
Lei nº 135 de 30/05/1893
Recebe foros de cidade.

Santa Lúcia

Lei nº 1.227 de 19/12/1910
Cria o distrito no município de Araraquara.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Santa Maria da Serra

Lei nº 42 de 22/02/1881
Cria a freguesia de Santa Maria no município de São Pedro.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Tupananci.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Santa Maria da Serra.

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Santa Mercedes

Antigo povoado de Maripã.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com a denominação de Santa Mercedes no município de Paulicéia.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Santa Rita d'Oeste

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no município de Santa Fé do Sul.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Santa Rita do Passa Quatro

1860
É fundado o povoado de Santa Rita do Passa Quatro.
Lei nº 36 ou 893 de 10/04/1866
Cria a freguesia no município de Descalvado.
Lei nº 65 de 10/04/1870
Transfere a freguesia para o município de Casa Branca.
Lei nº 3 de 05/07/1875
Transfere a freguesia para o município de Pirassununga.
Lei nº 34 de 10/03/1885
Cria a vila.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Santa Rita.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Santa Rita do Passa Quatro.

Santa Rosa do Viterbo

Antigo povoado de Santa Rosa do Viterbo.
Lei nº 434 de 05/08/1896
Cria o distrito, com a denominação de Santa Rosa, município de São Simão.
Lei nº 1.231 de 21/12/1910
Cria o município, com a denominação de Ibiquara, com sede no povoado de Santa Rosa.
Lei nº 1.314 de 30/07/1912
Altera a denominação para Santa Rosa.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Icaturama.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Santa Rosa do Viterbo

Santa Salete

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Urânia, e território desmembrado deste município.

Lei nº 8.550 de 30/12/1993
Cria o município.

Santana da Ponte Pensa

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no município de Santa Fé do Sul.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Santana de Parnaíba

1580
É fundada a capela de Sant'Anna.
Provisão de 14/11/1625
Cria a vila, com a denominação de Santana de Parnaíba.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Santana de Parnaíba.
Obs.: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual não foi localizado.

Santo Anastácio

Lei nº 1.798 de 28/11/1921
Cria o distrito no município de Presidente Prudente.
Lei nº 2.076 de 19/11/1925
Cria o município.

Santo André

Antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem.
Lei nº 1.222-A de 14/12/1910
Cria o distrito, com a denominação de Santo André, com sede no povoado de São Bernardo, município de São Bernardo do Campo.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o município.

Santo Antônio da Alegria

Antigo povoado de Cuscuzeiro.
Lei nº 7 de 28/02/1866
Cria a freguesia, com a denominação de Santo Antônio da Alegria, município de Batatais.
Lei nº 41 de 03/04/1873
Transfere a freguesia para o município de Cajuru.
Lei nº 21 de 10/03/1885
Cria a vila.

Santo Antônio do Aracanguá

Decreto nº 6.638 de 31/08/1934
Cria o distrito, com a denominação de Major Prado, com sede no povoado de Vila Dulce, município de Monte Aprazível, e território desmembrado do distrito sede deste município.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Araçatuba.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Transfere a sede do distrito para o povoado de Patrocínio da Mata,com a denominação de Santo Antônio de Aracanguá.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Santo Antônio de Posse

Antigo povoado de Posse.
Lei nº 179 de 16/08/1893
Cria o distrito no município de Moji-Mirim.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Posse de Ressaca.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município com a denominação de Santo Antônio de Posse.

Santo Antônio do Jardim

Lei nº 1.473 de 08/11/1915
Cria o distrito de Santo Antônio do Jardim, no município de Espírito Santo do Pinhal.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Jardim.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Santo Antônio do Jardim.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Santo Antônio do Pinhal

Lei nº 2 ou 671 de 23/03/1861
Cria a freguesia, no município de São Bento do Sapucaí.
Lei nº 9 de 04/03/1876
Reconduz a freguesia à categoria de povoado, incorporando-o ao município de São Bento do Sapucaí.
Lei nº 1895 de 16/03/1880
Cria novamente a freguesia.
Lei nº 6.867 de 14/12/1934
Transfere o distrito para o município de Campos do Jordão.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o município de São Bento do Sapucaí.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Santo Expedito

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no município de Alfredo Marcondes.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Santópolis do Aguapei

Antigo povoado de Santópolis.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com a denominação de Santópolis do Aguapei no município de Clementina.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Santos

1532
É fundado o povoado de Enguaguaçú no município de São Vicente.
[ca. 1540]
É alterada a denominação para Porto de São Vicente.
[ca. 1543]
É alterada a denominação para Porto de Santos.
Foral de 19/01/1545
Cria a vila com a denominação de Vila Porto de Santos.
Lei nº 1 ou 122 de 26/01/1839
Recebe foros de cidade, mantendo a denominação de Santos.

São Bento do Sapucaí

Antigo povoado de São Bento do Sapucaí-Mirim.
Decreto de 16/08/1832
Cria a freguesia no município de Pindamonhangaba.
Lei nº 23 ou 622 de 16/04/1858
Cria a vila.
Lei nº 49 de 30/03/1876
Recebe foros de cidade com a denominação de São Bento do Sapucaí.

São Bernardo do Campo

02/12/1735
É fundado o povoado de Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem.
01/12/1805
É elevada a capela à curada.
Resolução de 21/10/1812
Cria a freguesia, com a denominação de São Bernardo, município de São Paulo.
Lei nº 38 de 12/03/1889
Cria a vila.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de Santo André.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município com a denominação de São Bernardo do Campo.

São Caetano do Sul

Lei nº 1.512 de 04/12/1916
Cria o distrito de São Caetano no município de São Bernardo do Campo.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Reconduz o distrito à categoria de povoado, incorporando-o ao município de Santo André.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito e o município com sede no subdistrito de São Caetano, com a denominação de São Caetano do Sul, e território desmembrado do município de Santo André.

São Carlos

1857
É fundado o povoado de São Carlos do Pinhal.
Lei nº 33 ou 632 de 24/04/1858
Cria a freguesia no município de Araraquara.
Lei nº 15 de 18/03/1865
Cria a vila.
Lei nº 76 de 21/04/1880
Recebe foros de cidade.
Lei nº 1.158 de 26/12/1908
Altera a denominação para São Carlos.

São Francisco

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito no município de Jales.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

São João da Boa Vista

25/04/1832
É elevada a capela à curada.
Lei nº 17 ou 108 de 28/02/1838
Cria a freguesia de São João da Boa Vista no município de Moji-Mirim.
Lei nº 12 ou 651 de 24/03/1859
Cria a vila.
Lei nº 81 de 21/04/1880
Recebe foros de cidade.

São João das Duas Pontes

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito no município de Estrela d'Oeste.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

São João de Iracema

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de General Salgado, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

São João do Pau d'Alho

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no município de Tupi Paulista.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

São Joaquim da Barra

Antigo povoado de São Joaquim.
Lei nº 859 de 06/12/1902
Cria o distrito no município de Nuporanga.
Lei nº 1.181 de 25/11/1909
Transfere o distrito para o município de Orlândia.
Lei nº 1.588 de 26/12/1917
Cria o município.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para São Joaquim da Barra.

São José da Bela Vista

Lei nº 496 de 05/05/1897
Cria o distrito no município de Franca.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

São José do Barreiro

1820
É fundado o povoado de São José do Barreiro.
02/08/1833
É elevada a capela à curada.
Lei nº 17 ou 193 de 04/03/1842
Cria a freguesia no município de Areias.
Lei nº 6 ou 645 de 09/03/1859
Cria a vila.
Lei nº 35 de 10/03/1885
Recebe foros de cidade.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Barreiro.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Altera a denominação para São José do Barreiro.

São José do Rio Pardo

1867
É fundado o povoado.
Lei nº 43 de 16/04/1874
Cria a freguesia de São José do Rio Pardo no município de Casa Branca.
Lei nº 40 de 08/05/1877
Reconduz a freguesia à categoria de povoado, incorporando-o ao município de Caconde.
Lei nº 70 de 14/04/1880
Cria novamente a freguesia no município de Casa Branca.
Lei nº 49 de 20/03/1885
Cria a vila.
Decreto nº 179 de 29/05/1891
Recebe foros de cidade com a denominação de Cidade Livre do Rio Pardo.
Decreto nº 207 de 06/06/1891
Recebe foros de cidade com a denominação de São José do Rio Pardo.

São José do Rio Preto

Lei nº 4 de 21/03/1879
Cria a freguesia de São José do Rio Preto no município de Jaboticabal.
Lei nº 294 de 19/07/1894
Cria o município.
Lei nº 1.021 de 06/11/1906
Altera a denominação para Rio Preto.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para São José do Rio Preto.

São José dos Campos

27/07/1767
É criada a vila com a denominação de Vila Nova São José.
Ordem de 03/11/1768
Cria a freguesia de Nova São José no município de Jacarei.
Lei nº 27 de 22/04/1864
Recebe foros de cidade, mantendo a denominação de São José do Paraíba.
Lei nº 47 de 02/04/1871
Altera a denominação para São José dos Campos.

São Lourenço da Serra

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de São Lourenço, município de Itapecerica da Serra, e território desmembrado do distrito sede e dos distritos de Embu-Guaçu e Juquitiba, deste município.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

São Luís do Paraitinga

Ordem de 02/05/1769
É criada a freguesia de São Luis do Paraitinga no município de Taubaté.
09/01/1773
É criada a vila.
Lei nº 44 ou 595 de 30/04/1857
Recebe foros de cidade.

São Manuel

1872
É ereta a capela sob a invocação de São Manuel.
Lei nº 51 de 07/04/1880
Cria a freguesia, com a denominação de São Manuel, município de Botucatu.
Lei nº 26 de 10/03/1885
Cria a vila com a denominação de São Manuel do Paraiso.
Obs.: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual não foi localizado.

São Miguel Arcanjo

Antigo povoado de Fazenda Velha.
Lei nº 58 de 12/05/1877
Cria a freguesia, com a denominação de São Miguel Arcanjo, município de Itapetininga.
Lei nº 86 de 01/04/1889
Cria a vila.

São Paulo

1554
É fundado o povoado, com a denominação de São Paulo de Piratininga.
1560
É criada a vila.
22/03/1681
É elevada à categoria de sede de Capitania.
Carta Régia de 11/06/1711
Recebe foros de cidade.
16/12/1815
É elevada à categoria de capital de Província.

São Pedro

Lei nº 12 ou 728 de 12/04/1864
Cria a freguesia no município de Piracicaba.
Lei nº 42 de 22/02/1881
Cria a vila.

São Pedro do Turvo

11/02/1776
É ereta a capela.
Lei nº 4 de 05/07/1875
Cria a freguesia, com a denominação de São Pedro de Campos Novos do Turvo, município de Lençóis Paulista.
Lei nº 6 de 24/02/1876
Transfere a freguesia para o município de Santa Cruz do Rio Pardo, com a denominação de São Pedro do Turvo.
Decreto nº 181 de 29/05/1891
Cria o município.

São Roque

/08/1768
É criada a freguesia no município de Santana de Parnaíba.
Decreto de 10/07/1832
Cria a vila.
Lei nº 26 ou 742 de 22/04/1864
Recebe foros de cidade.

São Sebastião

Séc. XVII
É criada a freguesia no município de Santos.
Provisão de 16/03/1636
Cria a vila.
Lei nº 20 de 08/04/1875
Recebe foros de cidade.

São Sebastião da Grama

Antigo povoado de São Sebastião da Grama.
Lei nº 452 de 12/11/1896
Cria o distrito, com a denominação de Grama, no município de Caconde.
Lei nº 558 de 20/08/1898
Transfere o distrito para o município de São José do Rio Pardo.
Lei nº 2.072 de 04/11/1925
Cria o município.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para São Sebastião da Grama.

São Simão

Provisão de 14/05/1835
Erige a capela.
Lei nº 26 ou 202 de 08/03/1842
Cria a freguesia, com a denominação de São Simão, no município de Casa Branca.
Lei nº 75 ou 822 de 22/04/1865
Cria a vila.

São Vicente

22/01/1532
É criada a vila.
29/10/1700
É criado o município.

Sarapuí

Antigo povoado de Nossa Senhora das Dores da Fazendinha.
Lei nº 22 ou 239 de 28/02/1844
Cria a freguesia, com a denominação de Sarapuí, no município de Itapetininga.

Brasão de Martim Affonso de Souza
Reprodução do livro História da Colonização Portuguesa no Brasil
Volume III
Acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico

Lei nº 11 de 13/03/1872
Cria a vila.
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o município à categoria de distrito, incorporando-o ao município de Itapetininga.
Lei nº 3.100 de 07/10/1937
Cria o município.

Sarutaiá

Lei nº 1.040-C de 20/12/1906
Cria o distrito no município de Piraju.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Sebastianópolis do Sul

Antigo povoado de Sebastianópolis.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com a denominação de Sebastianópolis do Sul, no município de Monte Aprazível.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Serrana

Lei nº 1.316 de 28/08/1912
Cria o distrito de Serrinha no município de Cravinhos.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Serrana.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Serra Azul

Lei nº 29 de 10/03/1885
Cria a freguesia no município de São Simão.
Lei nº 161 de 21/07/1893
Cria o distrito.
Lei nº 2.206 de 14/11/1927
Cria o município.

Serra Negra

Antigo povoado de Nossa Senhora do Rosário de Serra Negra.
23/11/1828
É elevada a capela à curada.
Lei nº 23 ou 173 de 12/03/1841
Cria a freguesia, com a denominação de Serra Negra, no município de Moji Mirim.
Lei nº 12 ou 651 de 24/03/1859
Cria a vila.
Lei nº 113 de 21/04/1885
Recebe foros de cidade.

Sertãozinho

Antigo povoado de Nossa Senhora Aparecida do Sertãozinho.
Lei nº 31 de 10/03/1885
Cria a freguesia no município de Ribeirão Preto.
Lei nº 463 de 05/12/1896
Cria a vila.
Lei nº 1.018 de 26/10/1906
Altera a denominação para Sertãozinho.

Sete Barras

Lei nº 58 de 21/03/1885
Cria a freguesia no município de Iguape.
Lei nº 66 de 02/04/1887
Transfere a freguesia para o município de Eldorado.
Decreto nº 144 de 30/03/1891
Cria o distrito no município de Iguape.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o município de Registro.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Severínia

Antigo povoado de Luís Barreto.
Lei nº 1.806 de 01/12/1921
Cria o distrito, com a denominação de Severínia, com sede no povoado de Luís Barreto, no município de Olímpia.
Decreto nº 4.891-B de 14/02/1931
Altera a denominação para Luís Barreto.
Decreto nº 9.532 de 20/09/1938
Altera a denominação para Severínia.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Silveiras

Decreto de 09/12/1830
Cria a freguesia no município de Lorena.
Lei nº 12 ou 188 de 28/02/1842
Cria a vila.
Lei nº 34 ou 251 de 15/03/1844
Transfere a freguesia para o município de Areias.
Lei nº 1 ou 717 de 22/02/1864
Recebe foros de cidade.
Obs.: a instalação da vila de Silveiras somente se deu aos 06/01/1845, tendo ocorrido neste intervalo de tempo a transferência da freguesia.

Socorro

1828
É fundado o povoado de Nossa Senhora da Conceição do Socorro do Rio do Peixe.

19/03/1829
É elevada a capela à curada.
Lei nº 17 ou 108 de 28/02/1838
Cria a freguesia, com a denominação de Nossa Senhora do Socorro, no município de Bragança Paulista.
Lei nº 29 de 24/03/1871
Cria a vila com a denominação de Socorro.
Lei nº 20 de 17/03/1883
Recebe foros de cidade.

Sorocaba

1654
É fundado o povoado de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, no município de Santana de Parnaíba.
Provisão de 03/03/1661
Cria a vila.
Lei nº 5 ou 181 de 05/02/1842
Recebe foros de cidade, mantendo a denominação de Sorocaba.
Obs.: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual não foi localizado.

Sud Mennucci

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Bacuri, no município de Pereira Barreto.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Sumaré

Antigo povoado de Rebouças.
Lei nº 1.187 de 16/12/1909
Cria o distrito no município de Campinas.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Sumaré.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Suzanápolis

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de Santo Antônio d'Oeste, município de Pereira Barreto, e território desmembrado do distrito sede deste município.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Suzano

Lei nº 1.705 de 27/12/1919
Cria o distrito no município de Mogi das Cruzes.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Sorocaba (J. B. Debret) – 1827
Reprodução do Livro Aquarela – Exposição Comemorativa dos 150 anos de lançamento da primeira edição da "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil" – 1834/1984
Acervo da Biblioteca do MASP

Tabapuã

Lei nº 1.075 de 22/08/1907
Cria o distrito no municipio de Monte Alto.
Lei nº 1.662 de 27/11/1919
Cria o municipio.

Tabatinga

Antigo povoado de São João das Três Barras.
Lei nº 1.267 de 04/11/1911
Cria o distrito, com a denominação de Tabatinga, no municipio de Ibitinga.
Lei nº 2.085 de 18/12/1925
Cria o municipio.

Taboão da Serra

Antigo povoado de Taboão.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com a denominação de Taboão da Serra, no municipio de Itapecerica da Serra.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Taciba

Decreto nº 6.771 de 12/10/1934
Cria o distrito de Formiga, no municipio de Presidente Prudente.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o municipio de Regente Feijó.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Taciba.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Taguaí

Antigo povoado de Concórdia.
Lei nº 1.278 de 19/12/1911
Cria o distrito, com a denominação de Ribeirópolis, no municipio de Fartura.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Taguaí.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Taiaçú

Antigo povoado de São José do Paraiso.
Lei nº 873 de 09/09/1903
Cria o distrito, com a denominação de Taiaçu, no municipio de Jaboticabal.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Taiúva

Lei nº 1.143 de 25/11/1908
Cria o distrito no município de Jaboticabal.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Tambaú

27/07/1886
É fundado o povoado.
Lei nº 79 de 25/08/1892
Cria o distrito no município de Casa Branca.
Lei nº 559 de 20/08/1898
Cria o município.

Tanabi

Lei nº 992 de 01/08/1906
Cria o distrito no município de São José do Rio Preto.
Lei nº 2.009 de 23/12/1924
Cria o município.

Tapirai

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito de Santa Catarina, no município de Piedade.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Tapirai.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município, com território desmembrado dos municípios de Juquiá, Piedade e São Miguel Arcanjo.

Tapiratiba

Antigo povoado de Soledade.
Lei nº 1.028 de 06/12/1906
Cria o distrito, com a denominação de Tapiratiba, no município de Caconde.
Lei nº 2.329 de 27/12/1928
Cria o município.

Taquaral

Lei nº 1.677 de 11/12/1919
Cria o distrito no município de Pitangueiras.
Lei nº 8.550 de 30/12/1993
Cria o município.

Taquaritinga

Antigo povoado de Ribeirãozinho.
Lei nº 9 de 16/03/1880
Cria a freguesia no município de Jaboticabal.
Lei nº 60 de 16/08/1892
Cria a vila.

Lei nº 1.102-A de 25/11/1907
Altera a denominação para Taquaritinga.

Taquarituba

Lei nº 461 de 01/12/1896
Cria o distrito de São Roque do Taquari, no município de Itaporanga.
Lei nº 975 de 20/12/1905
Altera a denominação para Taquari.
Lei nº 2.097 de 24/12/1925
Cria o município.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Taquarituba.

Taquarivaí

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, no município de Itapeva, e território desmembrado do distrito sede deste município.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Tarabai

Antigo povoado de Nova América.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com a denominação de Tarabai, no município de Pirapozinho.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Tarumã

Lei nº 2.203 de 20/10/1927
Cria o distrito, no município de Assis.
Lei nº 6.645 de 09/01/1990
Cria o município.

Tatuí

Antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição de Tatuí.
Alvará de 05/03/1822
Cria a freguesia, com a denominação de Tatuí, no município de Itapetininga.
Lei nº 12 ou 229 de 13/02/1844
Cria a vila.
Lei nº 13 ou 682 de 20/07/1861
Recebe foros de cidade.

Taubaté

Provisão de 05/12/1645
Cria a vila com a denominação de São Francisco das Chagas de Taubaté.

Lei nº 5 de 05/02/1842
Recebe foros de cidade, mantendo a denominação de Taubaté.
Obs.: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual não foi localizado.

Tejupá

Lei nº 614 de 06/06/1899
Cria o distrito de Belo Monte no município de Piraju.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Tejupá.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Teodoro Sampaio

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito no município de Marabá Paulista.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Marabá Paulista e Presidente Epitácio.

Terra Roxa

Lei nº 2.099 de 26/12/1925
Cria o distrito no município de Viradouro.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Tietê

Antigo povoado de Pirapora do Curuçá.
Alvará de 03/08/1811
Cria a freguesia, com a denominação de Santíssima Trindade de Pirapora, no município de Porto Feliz.
Lei nº 24 ou 200 de 08/03/1842
Cria a vila com a denominação de Pirapora de Curuçá.
Lei nº 33 ou 965 de 19/07/1867
Recebe foros de cidade com a denominação de Tietê.

Timburi

Lei nº 869 de 21/08/1903
Cria o distrito de Santa Cruz do Palmital no município de Pirajú.
Lei nº 1.503 de 05/10/1916
Altera a denominação para Timburi.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Torre de Pedra

Lei nº 1.896 de 20/12/1922
Cria o distrito no município de Tatuí.
Lei nº 2.244 de 26/12/1927
Transfere o distrito para o município de Porangaba.

Lei nº 7.664 de 30/12/1991.
Cria o município.

Torrinha

Lei nº 468 de 14/12/1896
Cria o distrito no município de Brotas.
Lei nº 1.883 de 30/11/1922
Cria o município.

Tremembé

20/04/1672
É fundado o povoado de Senhor Bom Jesus de Tremembé.
Lei nº 1 de 20/02/1866
Cria a freguesia no município de Taubaté.
Lei nº 21 de 11/03/1868
Reconduz a freguesia à categoria de povoado, incorporando-o ao município de Taubaté.
Decreto nº 132 de 03/03/1891
Cria o distrito, com a denominação de Tremembé, no município de Taubaté.
Lei nº 458 de 26/11/1896
Cria o município.

Três Fronteiras

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Marcondes Filho, no município de Jales.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Transfere o distrito para o município de Santa Fé do Sul.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Tuiuti

Lei nº 858 de 05/12/1902
Cria o distrito no município de Bragança (atual Bragança Paulista).
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Tupã

Decreto nº 6.720 de 02/10/1934
Cria o distrito no município de Glicério.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Araçatuba, Birigui, Glicério e Marília.

Tupi Paulista

Antigo povoado de Tupi.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944

Cria o distrito, com a denominação de Gracianópolis, no município de Lucélia.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Altera a denominação para Tupi Paulista.

Turiúba

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de Vila Gonçalves, no município de Monte Aprazível.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Transfere o distrito para o município de Buritama.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município com território desmembrado dos municípios de Buritama e Macaubal.

Turmalina

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito,no município de Estrela d'Oeste.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.

Ubarana

Lei nº 2.115 de 30/12/1925
Cria o distrito no município de Mirassol.
Lei nº 2.177 de 28/12/1926
Transfere o distrito para o município de José Bonifácio.Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Ubatuba

Provisão de 28/10/1637
Cria a vila com a denominação de Vila Nova da Exaltação da Santa Cruz do Salvador de Ubatuba.
Lei nº 5 ou 494 de 13/03/1855
Recebe foros de cidade, mantendo a denominação de Ubatuba.
Obs.: o diploma legal que altera a denominação anterior para a atual não foi localizado.

Ubirajara

Antigo povoado de São João do Turvo.
Lei nº 2.298 de 26/11/1928
Cria o distrito, com a denominação de Caçador, no município de São Pedro do Turvo.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Ubirajara.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o município.

Uchôa

Antigo povoado de Inácio Uchôa.
Lei nº 1.405 de 26/12/1913
Cria o distrito no município de São José do Rio Preto.
Lei nº 2.117 de 30/12/1925
Cria o município.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Uchôa.

União Paulista

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito de Vila União no município de Monte Aprazível.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Altera a denominação para União.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município com denominação de União Paulista.

Urânia

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no município de Jales.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o município.

Uru

Decreto nº 6.466 de 26/05/1934
Cria o distrito de Santo Antônio de Uru no município de Pirajuí.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Uru.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o município.

Urupês

Lei nº 1.787-B de 30/09/1921
Cria o distrito de Mundo Novo no município de Itajobi.
Lei nº 2.286 de 24/09/1928
Cria o município.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Urupês.

Valentim Gentil

Antigo povoado de Jacilândia.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito e o município, com a denominação de Valentim Gentil, no município de Votuporanga.

Valinhos

Lei nº 383 de 28/05/1896
Cria o distrito no município de Campinas.

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o municipio.

Valparaíso

Decreto nº 6.546 de 10/07/1934
Cria o distrito no municipio de Araçatuba.
Lei nº 2.859 de 08/01/1937
Cria o municipio.

Vargem

Lei nº 2.369 de 30/11/1929
Cria o distrito no municipio de Bragança (atual Bragança Paulista).
Lei nº 8.092 de 28/12/1964
Cria o municipio.
Decreto-Lei nº 225 de 17/04/1970
Reconduz o municipio à condição de distrito, anexando-o ao municipio de Bragança Paulista.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria novamente o municipio.

Vargem Grande do Sul

Lei nº 14 de 18/02/1888
Cria a freguesia de Sant'Anna da Vargem Grande no municipio de São João da Boa Vista.
Decreto nº 125 de 23/01/1891
Cria o distrito, com a denominação de Vargem Grande, no municipio de São João da Boa Vista.
Lei nº 1.804 de 01/12/1921
Cria o municipio.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Vargem Grande do Sul.

Vargem Grande Paulista

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito de Raposo Tavares no municipio de Cotia.
Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o municipio com a denominação de Vargem Grande Paulista.

Várzea Paulista

Antigo povoado de Várzea.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com a denominação de Secundino Veiga, no municipio de Jundiai.
Lei nº 5.285 de4 18/02/1959
Altera a denominação para Várzea Paulista.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Vera Cruz

Lei nº 2.388 de 13/12/1929
Cria o distrito no municipio de Marilia.
Decreto nº 6.855 de 10/12/1934
Cria o municipio.

Vinhedo

Lei nº 1.138 de 31/10/1908
Cria o distrito de Rocinha no municipio de Jundiai.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o municipio com a denominação de Vinhedo.

Viradouro

Decreto de 21/03/1906
Cria o distrito policial.
Lei nº 1.004 de 03/09/1906
Cria o distrito no municipio de Pitangueiras.
Lei nº 1.522 de 26/12/1916
Cria o municipio.

Vista Alegre do Alto

Lei nº 2.147 de 26/11/1926
Cria o distrito de Vista Alegre no municipio de Monte Alto.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Vista Alegre do Alto.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o municipio.

Vitória Brasil

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Jales, e territorio desmembrado deste municipio.
Lei nº 8.550 de 30/12/1993
Cria o municipio.

Votorantim

Lei nº 1.250 de 18/08/1911
Cria o distrito no municipio de Sorocaba.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o municipio.

Votuporanga

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito e o municipio com territorio desmembrado do municipio de Tanabi.

Zacarias

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Planalto, e território desmembrado deste município.
Lei nº 7.664 de 30/12/1991
Cria o município.

Prainha, hoje Miracatu
Acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico

DISTRITOS

A organização territorial e administrativa interna de todo município apresenta duas possibilidades: 1) O município é constituído por apenas um distrito (o distrito-sede) cujo território corresponde à configuração territorial do município a que pertence; 2) O município possui dois ou mais distritos sendo um deles, necessariamente, o distrito-sede, isto é, aquele onde se encontra o núcleo urbano definido por lei como sendo a sede do município, designada por cidade.

De 1967 até 1989, todas as alterações do quadro administrativo e territorial realizavam-se conforme a Lei Complementar Federal nº 01 de 09/11/67 e Decreto-Lei Complementar nº 9 de 31/12/69 (Lei Orgânica dos Municípios), com modificações que regulamentavam esse processo.

Com a promulgação da Constituição Federal, a partir de 1988, a criação, organização e supressão de distritos passou a ser responsabilidade do município, observada a legislação estadual. Apesar da Constituição estabelecer que as alterações de divisas distritais deveriam ser submetidas ao órgão estadual competente, muitos municípios interpretaram aquela responsabilidade como desobrigação de manter o referido órgão informado das alterações que realizaram.

Isto acarretou e vem acarretando efetivo prejuízo na atualização e totalização das informações relativas aos distritos do Estado. Apesar de alguns municípios consultarem ou informarem o IGC sobre as alterações, este procedimento tem sido exceção. Considerando, assim, que uma relação completa e atualizada dos distritos seria inviável, optou-se por incluir nesta publicação todos os distritos existentes no Estado de São Paulo em 1988.

Como nessa data existiam 924 distritos - 572 correspondentes aos distritos-sede de municípios, já relacionados, a cuja listagem foram acrescidos os 64 municípios criados entre 1990 e 1993 - a listagem a seguir abrange apenas os distritos não sede.

Para cada distrito encontra-se indicado, entre parênteses, o município ao qual pertence.

Os critérios utilizados na formatação das informações para os distritos são os mesmos aplicados aos municípios.

Agissê (Rancharia)

Lei nº 11.284-D de 05/08/1940
Cria a 2ª zona distrital de Alegria no distrito de Iepê, município de Paraguaçu (atual Paraguaçu Paulista).
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Agissê no município de Iepê, e território desmembrado do distrito sede deste município e do distrito de Conceição do Monte Alegre, município de Paraguaçu Paulista.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Transfere o distrito para o município de Rancharia.

Água Vermelha (São Carlos)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de São Carlos, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Agulha (Fernando Prestes)

Lei nº 7.354 de 05/07/1935
Cria o distrito policial no município de Fernando Prestes.
Lei nº 2.625 de 14/01/1936
Cria o distrito, com a denominação de Vila Camargo, município de Fernando Prestes.
Decreto-Lei Federal nº 3.104 de 02/04/1940
Decreto Estadual nº 11.069 de 04/05/1940
Altera a denominação para Camargo
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Agulha.

Ajapi (Rio Claro)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Morro Grande, município de Rio Claro, e território desmembrado do distrito sede do município de Corumbataí.

Alberto Moreira (Barretos)

Lei nº 8.568 de 20/09/1937
Cria o distrito policial no município de Barretos.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Amoreira, município de Barretos, com território desmembrado do extinto distrito de Laranjeiras, deste município.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Alberto Moreira.

Aldeia (Barueri)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Barueri, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Aldeia de Carapicuiba (Carapicuiba)

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito no município de Carapicuiba, com território desmembrado do distrito sede deste município.

Alfredo Guedes (Lençóis Paulista)

Decreto nº 6.753 de 06/10/1934
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Lençóis (atual Lençóis Paulista), e território desmembrado do distrito sede deste município.

Alto Porã (Pedregulho)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Alto da Serra, município de Pedregulho, e território desmembrado do distrito de Igaçaba, deste município.

Amadeu Amaral (Marília)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de Santa Isabel, município de Marília, e território desmembrado dos distritos sedes deste município e do município de Lutécia, e dos distritos de Ocauçú, deste município, e Nuretama, município de Ibirarema.

Amandaba (Mirandópolis)

Decreto nº 12.803 de 13/07/1942
Cria a 2ª zona distrital do distrito de Comandante Arbues, com sede no povoado de Machado de Melo, município de Valparaíso.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito com a denominação de Amandaba no município de Mirandópolis, com território desmembrado dos distritos sedes deste município e do município de Pereira Barreto, e do distrito de Guaraçai, município de Andradina.

Ameliópolis (Presidente Prudente)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito no município de Presidente Prudente, com território desmembrado do distrito de Eneida, deste município.

Ana Dias (Itariri)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito no município de Itariri, com território desmembrado do distrito sede deste município.

Anápolis (Iacri)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito no município de Iacri.

Aparecida de Monte Alto (Monte Alto)

Lei nº 2.158 de 18/12/1926
Cria o distrito, com sede na vila de Aparecida de Monte Alto, município de Monte Alto.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Extingue o distrito.
Decreto nº 10.072 de 24/03/1939
Cria a 1ª zona distrital, com a denominação de Monte Alto, e a 2ª zona distrital, com a denominação de Aparecida de Monte Alto, município de Monte Alto.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria novamente o distrito, com a denominação de Montesina, com sede na vila de Aparecida de Monte Alto, município de Monte Alto, e território desmembrado do distrito sede deste município.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Aparecida de Monte Alto.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Extingue novamente o distrito.
Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria novamente o distrito no município de Monte Alto.

Aparecida de São Manuel (São Manuel)

Lei nº 43 de 02/04/1882
Cria a freguesia de Aparecida da Água da Rosa no município de Botucatu.
Data ignorada.
É transferida a freguesia para o município de São Manuel.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Água da Rosa.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Altera a denominação para Aparecida de São Manuel.

Aparecida do Bonito (Santa Rita d'Oeste)

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito no municipio de Santa Rita d'Oeste, com território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Arabela (Ouro Verde)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de Virgínia, municipio de Ouro Verde, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Aracaçú (Buri)

Lei nº 2.130 de 05/08/1926
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Buri.

Araçaiba (Apiai)

Lei nº 1.514 de 05/12/1916
Cria o distrito de Capoeiras, no municipoio de Apiai.
Lei nº 2.033 de 30/12/1924
Cria o municipio.
Decreto nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o municipio à condição de distrito, reincorporando-o ao municipio de Apiai.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Araçaiba.

Araxás (Presidente Bernardes)

Lei nº 2.797 de 26/12/1936
Cria o distrito de Santa Luzia no municipio de Presidente Bernardes.
Decreto-lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Araxás.

Arcadas (Amparo)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Coqueiros, municipio de Amparo, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Ariri (Cananéia)

Lei nº 1.073 de 21/08/1907
Cria o distrito de Ararapira no municipio de Cananéia.
Lei nº 1.757 de 27/12/1920
Altera a denominação para Ariri.

Artêmis (Piracicaba)

Lei nº 2.641 de 15/01/1936
Cria o distrito de João Alfredo no municipio de Piracicaba.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Artêmis.

Assistência (Rio Claro)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Rio Claro, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Atlântida (Flórida Paulista)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Arco-Íris, municipio de Flórida Paulista, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Avencas (Marilia)

Decreto-Lei nº 6.669 de 17/09/1934
Cria o distrito policial no municipio de Marilia.
Decreto nº 6.722 de 02/10/1934
Cria o distrito no municipio de Marilia, com as mesmas divisas de distrito policial.

Bacaetava (Iperó)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito de Varnhagem, com sede no povoado de Ipanema, municipio de Araçoiaba da Serra, e território desmembrado dos distritos sede deste municipio e do municipio de Sorocaba.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Transfere a sede do distrito de Varnhagem para o povoado de Bacaetava, assumindo esta denominação.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Transfere o distrito para o municipio de Iperó.

Bacuriti (Cafelândia)

Decreto nº 7.419-D de 11/10/1935
Suprime o distrito policial de Vila Bacuriti.
Decreto nº 8.597 de 27/09/1937
Restabelece o distrito policial de Vila Bacuriti.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Bacuriti, com sede no povoado de Bacuri, municipio de Cafelândia, e território desmembrado dos distritos de Simões, deste municipio, e de Sabino, municipio de Lins.

Baguaçu (Olimpia)

Lei nº 2.101 de 29/12/1925
Cria o distrito no municipio de Olimpia.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Extingue o distrito.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria novamente o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Olimpia, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

BairroAlto (Natividade da Serra)

Antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição de Aparecida do Bairro Alto.
Lei nº 16 ou 192 de 04/03/1842
Cria a freguesia, com a denominação de Bairro Alto, municipio de São Luiz do Paraitinga.
Lei nº 10 ou 399 de 10/06/1850
Transfere o distrito para o municipio de Santo Antônio de Paraibuna (atual Paraibuna).
Lei nº 15 ou 710 de 18/04/1863
Transfere o distrito para o municipio de Natividade (atual Natividade da Serra).
Decreto nº 6.530 de 03/06/1934
Transfere o distrito para o municipio de Paraibuna.
Decreto nº 7.353 de 05/07/1935
Transfere o distrito para o municipio de Natividade da Serra.

Barão Ataliba Nogueira (Itapira)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Itapira, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Barão de Geraldo (Campinas)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953

Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Campinas, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Paulínia, deste municipio.

Barra Dourada (Neves Paulista)

Lei nº 84 de 24/02/1923
Cria o distrito policial.
Lei nº 2.086 de 18/12/1925
Cria o distrito, com sede no distrito policial, municipio de Mirassol.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o municipio de Iboti (atual Neves Paulista).

Barrânia (Caconde)

Lei nº 2.694 de 30/11/1936
Cria o distrito de Santo Antônio da Barra no municipio de Caconde.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Barra.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Barrânia.

Batatuba (Piracaia)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Piracaia, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Batista Botelho (Óleo)

Lei nº 942 de10/08/1905
Cria o distrito de Mandaguai, no municipio de Santa Cruz do Rio Pardo.
Lei nº 1.114 de 24/12/1907
Extingue o distrito.
Lei nº 1.657 de 04/11/1919
Cria novamente o distrito de Mandaguai no municipio de Óleo.
Lei nº 2.119 de 30/12/1925
Transfere a sede do distrito para a estação de Batista Botelho, assumindo esta denominação.

Bela Floresta (Pereira Barreto)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Pereira Barreto, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Bela Vista São Carlense (São Carlos)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito com sede no bairro de Bela Vista, município de São Carlos, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Biritiba-Ussu (Mogi das Cruzes)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito no município de Mogi das Cruzes, com sede no bairro de mesmo nome, e território desmembrado do distrito de Taiaçupeba, deste município.

Boa Vista dos Andradas (Álvares Florence)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de Álvares Florence, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Boa Vista Paulista (Suzano)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito no conjunto formado pelos bairros SESC e Boa Vista, município de Suzano, com território desmembrado do distrito sede deste município.

Bom Retiro da Esperança (Angatuba)

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito, com sede no bairro de Bom Retiro, município de Angatuba, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Bonfim do Bom Jesus (Cabreúva)

Lei nº 8.092 de 18/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de Bonfim, município de Cabreúva, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Bonfim Paulista (Ribeirão Preto)

Lei nº 840 de 03/10/1902
Cria o distrito de Vila Bonfim no município de Ribeirão Preto, com as mesmas divisas do distrito policial de mesmo nome.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Gaturano.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Altera a denominação para Bonfim Paulista.

Botafogo (Bebedouro)

Lei nº 1.865 de 31/08/1922
Cria o distrito no município de Bebedouro.

Botelho (Santa Adélia)

Lei nº 2.786 de 24/12/1936
Cria o distrito de Vila Botelho, com sede no povoado de mesmo nome, município de Santa Adélia.
Decreto-Lei Federal nº 2.104 de 02/04/1940
Decreto Estadual nº 11.069 de 04/05/1940
Altera a denominação para Botelho.

Botujuru (Campo Limpo Paulista)

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de Campo Limpo Paulista, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Braço (Eldorado)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Eldorado, e território desmembrado do distrito de Itapeúna, deste município.

Brás Cubas (Mogi das Cruzes)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Mogi das Cruzes, e território desmembrado do distrito sede deste município.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o município.
Decreto-Lei nº 226 de 17/04/1970
Reconduz o município à condição de distrito, incorporando-o ao município de Mogi das Cruzes, com território desmembrado do distrito sede e dos distritos de Taiaçupeba e Jundiapeba, deste município.

Brasitânia (Fernandópolis)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Fernandópolis, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Macedônia, deste município.

Brigadeiro Tobias (Sorocaba)

Decreto nº 6.770 de 12/10/1934
Cria o distrito no município de Sorocaba.

Bueno de Andrade (Araraquara)

Lei nº 2.024 de 27/12/1924
Cria o distrito de Itaquerê no município de Araraquara.
Lei nº 2.974 de 29/05/1937
Decreto nº 8.393 de 02/07/1937
Altera a denominação para Bueno de Andrade.

Cachoeira das Emas (Pirassununga)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Pirassununga, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Cafesópolis (Cafelândia)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Cafelândia, e território desmembrado do distrito de Inhema, deste município.

Cajuru do Sul (Sorocaba)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de Cajuru, município de Sorocaba, e território desmembrado do distrito de Brigadeiro Tobias, deste município.

Cambaratiba (Ibitinga)

Decreto nº 5.953 de 22/06/1933
Cria o distrito policial de São João do Cambará no município de Ibitinga.
Decreto nº 6.510 de 22/06/1934
Cria o distrito, com a denominação de Cambará, município de Ibitinga.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Cambaratiba.

Cambaquara (Ilhabela)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Ilhabela, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Campestrinho (Divinolândia)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Divinolândia, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Campinal (Presidente Epitácio)

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de Presidente Epitácio, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Campos de Cunha (Cunha)

Decreto nº 5 de 08/03/1872
Cria a freguesia de Campos Novos de Cunha no município de Cunha.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Campos de Cunha.

Cândia (Pontal)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Pontal, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Canguera (São Roque)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de Júlio Prestes, município de São Roque, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Mairinque, deste município.

Capivari da Mata (Ituverava)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Ituverava, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Caporanga (Santa Cruz do Rio Pardo)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de Monte Belo, município de Santa Cruz do Rio Pardo, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Rio Turvo, deste município.

Capuava (Santo André)

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de Santo André, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Cardeal (Elias Fausto)

Lei nº 7.040 de 28/03/1935
Cria o distrito policial no municipio de Monte Mor.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Elias Fausto, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Catuçaba (São Luiz do Paraitinga)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de São Pedro, municipio de São Luiz do Paraitinga, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Caucaia do Alto (Cotia)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito com a denominação de Caucaia do Alto, com sede no povoado de Caucaia, municipio de Cotia, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Cezar de Souza (Mogi das Cruzes)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, municipio de Mogi das Cruzes, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Cidade Kemel (Poá)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, municipio de Poá, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Clarinia (Santa Cruz do Rio Pardo)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de Santa Clara, municipio de Santa Cruz do Rio Pardo, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Rio Turvo, deste municipio.

Conceição do Monte Alegre (Paraguaçu Paulista)

Decreto nº 142 de 24/03/1891
Cria o distrito no municipio de Campos Novos de Paranapanema (atual Campos Novos Paulista).
Lei nº 400 de 22/06/1896
Cria o municipio.

Lei nº 1.939 de 11/12/1923
Cria o distrito de Sapezal no municipio de Conceição do Monte Alegre.
Decreto nº 6.059 de 19/08/1933
Transfere a sede no municipio de Conceição do Monte Alegre para o distrito de Sapezal, passando este à condição de municipio, com a denominação de Conceição do Monte Alegre.
Decreto nº 6.873 de 17/12/1934
Altera a denominação para Sapezal.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Reconduz o municipio à condição de distrito, alterando sua denominação para Conceição do Monte Alegre, e incorporando-o ao municipio de Paraguaçu (atual Paraguaçu Paulista).

Coronel Goulart (Álvares Machado)

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito, com sede no povoado de Pirapozinho, municipio de Presidente Prudente, e território desmembrado do distrito de Pirapozinho.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o municipio de Álvares Machado.

Corredeira (Pirajui)

Decreto nº 1.892 de 13/12/1922
Cria o distrito no municipio de Pirajui.
Decreto nº 6719 de 02/10/1934
Extingue o distrito, incorporando-o ao distrito de Ibéria, municipio de Pirajui.
Decreto nº 6.769 de 10/10/1934
Cria novamente o distrito.

Córrego Rico (Jaboticabal)

Lei nº 1.575 de 14/12/1917
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Jaboticabal.

Costa Machado (Mirante do Paranapanema)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Santo Anastácio, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Transfere o distrito para o municipio de Mirante do Paranapanema.

Antiga Câmara Municipal de Silveiras (Tom Maia – 76)
Reprodução do livro Vale do Paraíba – Velhas Cidades
Acervo da Biblioteca Mario de Andrade

Cruz das Posses (Sertãozinho)

Lei nº 569 de 27/08/1898
Cria o distrito de Santa Cruz das Posses no município de Nossa Senhora Aparecida do Sertãozinho (atual Sertãozinho).
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Cruz das Posses.

Cuiabá Paulista (Mirante do Paranapanema)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de Cuiabá, município de Mirante do Paranapanema, e território desmembrado dos distritos de Costa Machado, deste município, e Maraba Paulista, município de Presidente Venceslau.

Curupa (Tabatinga)

Decreto nº6.757 de 06/10/1934
Cria o distrito policial no município de Tabatinga.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Tabatinga, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Dalas (Palmeira d'Oeste)

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Palmeira d'Oeste, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Dirceu (Marília)

Lei nº 2.622 de 14/01/1936
Cria o distrito no município de Marília.

Domélia (Agudos)

Decreto nº 6.789 de 23/10/1934
Cria o distrito de Santa Cruz da Boa Vista no município de Agudos.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Dona Amélia.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Domélia.

Duplo Céu (Palestina)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944

Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Palestina, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Éden (Sorocaba)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Pirajibu do Meio, municipio de Sorocaba, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Eleutério (Itapira)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Itapira, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Eneida (Presidente Prudente)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de Santa Helena, municipio de Presidente Prudente, e território desmembrado dos distritos de Montalvão, deste municipio, e Alfredo Marcondes, municipio de Álvares Machado.

Engenheiro Balduino (Monte Aprazivel)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Monte Aprazível, e território desmembrado dos distritos sedes dos municipios de Monte Aprazível e Tanabi.

Engenheiro Schmidt (São José do Rio Preto)

Lei nº 2.214 de 28/11/1927
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de São José do Rio Preto.

Ermelino Matarazzo (São Paulo)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de São Paulo, e território desmembrado do distrito de São Miguel Paulista, deste municipio.

Esmeralda (Rubinéia)

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Rubinéia, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Esperança d'Oeste (Caiabu)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de Boa Esperança, municipio de Caiabu e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Espigão (Regente Feijó)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Mandaguari, municipio de Regente Feijó, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Eugênio de Melo (São José dos Campos)

Decreto nº 6.638 de 31/08/1934
Cria o distrito, com sede no distrito policial de mesmo nome, municipio de São José dos Campos.

Fátima (Guaimbê)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Guaimbê, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Fátima Paulista (Turmalina)

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de Vila Custódio, municipio de Turmalina, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Fernão (Gália)

Lei nº 2.311 de 15/12/1928
Cria o distrito de Fernão Dias, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Gália.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Fernão.

Floresta do Sul (Presidente Prudente)

Lei nº 7.682 de 19/05/1936
Cria o distrito policial de Floresta no municipio de Presidente Prudente.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com a denominação de Floresta do Sul, com sede no povoado de Floresta, municipio de Presidente Prudente, e território desmembrado do distrito de Eneida, deste municipio.

Frutal do Campo (Cândido Mota)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de Frutal, município de Cândido Mota, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Gardênia (Rancharia)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Novo Capivari, município de Rancharia, e território desmembrado do distrito de Agissê, deste município.

Gavião Peixoto (Araraquara)

Lei nº 1.328 de 31/10/1912
Cria o distrito de Nova Paulicéia, com sede no núcleo colonial de mesmo nome, município de Araraquara.
Lei nº 1.993 de 05/12/1924
Transfere a sede do distrito para o povoado de Gavião Peixoto, assumindo o distrito esta denominação.

Gramadinho (Itapetininga)

Lei nº 1.410 de 30/12/1913
Cria o distrito no município de Itapetininga.

Guachos (Martinópolis)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de Vila Escócia, município de Martinópolis, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Teçaindá, deste município.

Guaianás (Pederneiras)

Decreto nº 309 de 28/06/1919
Cria o distrito policial no município de Pederneiras.
Decreto nº 6.716 de 01/10/1934
Cria o distrito no município de Pederneiras.

Guaianazes (São Paulo)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de Lageado, município de São Paulo, e território desmembrado das 9ª, 21ª e 27ª zonas distritais do distrito sede deste município.

Guamium (Piracicaba)

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de Tanquinho, município de Piracicaba, e território desmembrado do distrito sede e do 3º subdistrito (Vila Resende), deste município.

Guapiranga (Lins)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Paraíso, município de Lins, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Guaraciaba d'Oeste (Tupi Paulista)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Tupi Paulista, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Guarapiranga (Ribeirão Bonito)

Lei nº 1.032 de 14/12/1906
Cria o distrito no município de Ribeirão Bonito, com as mesmas divisas do distrito policial de Palmeiras, deste município.

Guarapuã (Dois Córregos)

Lei nº 621 de 21/06/1899
Cria o distrito de Figueira no município de Dois Córregos.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Guarapuã.

Guaricanga (Presidente Alves)

Lei nº 2.175 de 28/12/1926
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Avaí.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o município de Presidente Alves.

Guariroba (Taquaritinga)

Lei nº 1.606 de 31/10/1918
Cria o distrito no município de Taquaritinga.

Guarizinho (Itapeva)

Lei nº 1.156 de 26/12/1908
Cria o distrito de Caputera no municipio de Santo Antônio da Boa Vista (atual municipio de Itai), com as mesmas divisas do distrito policial de Sant'Ana do Guarei, deste municipio.
Lei nº 1.345 de 18/12/1912
Transfere a sede do distrito para o povoado de Água Larga, mantendo a antiga denominação.
Lei nº 2.308 de 13/12/1928
Transfere o distrito para o municipio de Faxina (atual municipio de Itapeva).
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Guarizinho.

Ibiporanga (Tanabi)

Decreto nº 13.010 de 24/10/1942
Cria a 2ª zona distrital, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Tanabi.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Tanabi, e territorio desmembrado do distrito sede deste municipio.

Ibitiruna (Piracicaba)

Lei nº 1.877 de 17/11/1922
Cria o distrito, com sede no povoado de Serra Negra, municipio de Piracicaba.

Ibitiúva (Pitangueiras)

Lei nº 1.666 de 27/11/1919
Cria o distrito no municipio de Pitangueiras.

Ibitu (Barretos)

Lei nº 1.141 de 16/11/1908
Cria o distrito de Itambé, com sede no povoado de Passa Tempo, municipio de Barretos.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Ibitu.

Ida Iolanda (Nhandeara)

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Nhandeara, e territorio desmembrado do distrito sede deste municipio.

Igaçaba (Pedregulho)

Decreto nº 7.355 de 05/07/1935
Cria o distrito no municipio de Pedregulho.

Igarai (Mococa)

Lei nº 918 de 03/08/1904
Cria o distrito, com sede no povoado de Nossa Senhora da Luz das Canoas, municipio de Mococa.

Indaiá do Aguapei (Flórida Paulista)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de Indaiá, municipio de Flórida Paulista, e territorio desmembrado do distrito sede deste municipio.

Ingás (Nova Granada)

Lei nº 2.248 de 27/12/1927
Cria o distrito de Ingai, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Nova Granada.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Ingás.

Irapé (Chavantes)

Decreto nº 7.064 de 06/04/1935
Cria o distrito no municipio de Chavantes.

Itaim Paulista (São Paulo)

Lei nº 2.343 de 14/05/1980
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, municipio de São Paulo, e territorio desmembrado do distrito de São Miguel Paulista, deste municipio.

Itaiúbá (Monte Aprazivel)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Monte Douro, municipio de Monte Aprazivel,e territorio desmembrado do distrito de Poloni, deste municipio.

Itapeúna (Eldorado)

Lei nº 752 de 14/11/1900
Cria o distrito de Jaguari no municipio de Xiririca (atual Eldorado).
Lei nº 924 de 12/08/1904
Altera a denominação para Itaúna.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Itapeúna.

Itaquera (São Paulo)

Lei nº 1.756 de 27/12/1920
Cria o distrito no municipio de São Paulo e consolida a legislação relativa às divisas das zonas distritais deste municipio.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Extingue o distrito.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria novamente o distrito, com sede no povoado de Itaquera, e território desmembrado das 21ª e 27ª zonas distritais.

Itaqueri da Serra (Itirapina)

Lei nº 884 de 31/10/1903
Cria o distrito no municipio de Rio Claro.
Decreto nº 7.031 de 25/03/1935
Transfere o distrito para o municipio de Itirapina.

Itororó do Paranapanema (Pirapozinho)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de Itororó, municipio de Pirapozinho, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Narandiba, deste municipio.

Iubatinga (Caiabu)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de Ouro Branco, municipio de Caiabu, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Jacaré (Cabreúva)

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, municipio de Cabreúva, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Bonfim do Bom Jesus, deste municipio.

Jaciporã (Dracena)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Dracena, e território desmembrado do distrito de Gracianópolis, municipio de Lucélia.

Jacuba (Arealva)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944

Cria o distrito, com sede no povoado de São Francisco, municipio de Iacanga, e território desmembrado do distrito de Soturna, municipio de Pederneiras.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Transfere o distrito para o municipio de Arealva.

Jafa (Garça)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Garça, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Jamaica (Dracena)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Dracena, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Ouro Verde, deste municipio.

Jaraguá (São Paulo)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Tapinas, municipio de São Paulo, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Perús, deste municipio.

Jardim Belval (Barueri)

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Barueri, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Jardim Presidente Dutra (Guarulhos)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, municipio de Guarulhos, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Jardim Santa Luzia (Ribeirão Pires)

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito, com sede no bairro de Santa Luzia, municipio de Ribeirão Pires, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Jardim Silveira (Barueri)

Lei nº 8.092 de 28/02/1964

Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Barueri, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Jatobá (Alto Alegre)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Alto Alegre, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de São Martinho d'Oeste, deste municipio.

Joaquim Egidio (Campinas)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Campinas, e território desmembrado do distrito de Souzas, deste municipio.

Jordanésia (Cajamar)

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de Santa Cruz dos Tabuões, municipio de Cajamar, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Juliania (Herculândia)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Herculândia, e território desmembrado do distrito sede deste municipio e do distrito de Parnaso, municipio de Tupã.

Jumirim (Tietê)

Decreto nº 13.709 de 07/12/1943
Cria o distrito policial no municipio de Tietê.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de Jumirim, municipio de Tietê, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Jundiapeba (Mogi das Cruzes)

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito de Santo Angelo no municipio de Mogi das Cruzes, com território desmembrado do distrito sede deste municipio.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Jundiapeba.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Transfere o distrito para o municipio de Brás Cubas.

Decreto-Lei nº 226 de 17/04/1970
Transfere o distrito para o municipio de Mogi das Cruzes.

Junqueira (Monte Aprazivel)

Lei nº 2.424 de 10/09/1930
Cria o distrito, com sede no distrito policial de Montevidéo, municipio de Monte Aprazivel.

Juquiratiba (Conchas)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de Salgado, municipio de Conchas, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Juritis (Glicério)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de Macuco, municipio de Glicério e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Jurucê (Jardinópolis)

Lei nº 1.632 de 27/12/1918
Cria o distrito de Sarandi, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Jardinópolis.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Jurucê.

Jurupeba (Palestina)

Decreto nº 11.582 de 18/11/1940
Cria o distrito policial de Guarda-Mór no municipio de Palestina, e estabelece suas divisas.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de Guarda-Mor, municipio de Palestina e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Jurupema (Taquaritinga)

Lei nº 1.315 de 03/08/1912
Cria o distrito de Jurema no municipio de Taquatiringa.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Jurupema.

Lácio (Marília)

Lei nº 2.795 de 26/12/1936
Cria o distrito no municipio de Marília.

Lagoa Azul (Osvaldo Cruz)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de Lagoa, município de Osvaldo Cruz, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Salmorão, deste município.

Lagoa Branca (Casa Branca)

Decreto nº 6.764 de 11/10/1934
Cria o distrito de Lagoa no município de Casa Branca.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Ipacolé.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para Lagoa Branca.

Laras (Laranjal Paulista)

Lei nº 1.671 de 02/12/1919
Cria o distrito, com sede no povoado de São Sebastião, município de Tietê.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Laranjal (atual Laranjal Paulista).

Lauro Penteado (Clementina)

Lei nº 3.124 de 10/11/1937
Cria o distrito no município de Coroados.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Extingue o distrito de Lauro Penteado e cria o distrito de Clementina, com sede no povoado de mesmo nome, e território desmembrado do extinto distrito de Lauro Penteado, município de Coroados.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria novamente o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Clementina e território desmembrado do distrito sede deste município.

Lobo (Itatinga)

Lei nº 2.066 de 15/10/1925
Cria o distrito no município de Itatinga.

Lusitânia (Jaboticabal)

Decreto nº 6.609 de 16/08/1934
Cria o distrito no município de Jaboticabal.

Macucos (Getulina)

Decreto nº 7.381 de 16/08/1935
Cria o distrito policial no município de Getulina.

Lei nº 2.646 de 16/01/1936
Cria o distrito no município de Getulina.

Mailasqui (São Roque)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de São Roque, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Mangaratú (Nova Granada)

Lei nº 2.407 de 30/12/1929
Cria o distrito, com sede no distrito policial de Tejo Grande, município de Nova Granada.
Lei nº 12.173 de 16/09/1941
Fixa a vila de Mangaratú para sede do distrito de mesmo nome, município de Nova Granada.

Marcondésia (Monte Azul Paulista)

Lei nº 2.091 de 19/12/1925
Cria o distrito no município de Olímpia.
Lei nº 2.189 de 30/12/1926
Transfere o distrito para o município de Cajobi.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Monte Azul (atual Monte Azul Paulista).

Maresias (São Sebastião)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de São Sebastião, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Maristela (Laranjal Paulista)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Laranjal Paulista, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Martim Francisco (Moji-Mirim)

Decreto nº 7.470 de 13/12/1935
Cria o distrito policial.
Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de Moji-Mirim, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Martinho Prado Júnior (Mogi Guaçú)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de Mogi Guaçú, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Miraluz (Neves Paulista)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Vila Costa, município de Neves Paulista, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Montalvão (Presidente Prudente)

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito no município de Presidente Prudente, com território desmembrado do distrito sede e do distrito de Álvares Machado, deste município.

Monte Verde Paulista (Cajobi)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de Monte Verde, município de Cajobi, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Moreira Cézar (Pindamonhangaba)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Pindamonhangaba, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Morro Alto (Itapetininga)

Lei nº 1.384 de 11/10/1913
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Itapetininga.

Mostardas (Monte Alegre do Sul)

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Monte Alegre do Sul, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Mourão (Mariápolis)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959

Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Mariápolis, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Nantes (Iepê)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de Coroados, município de Iepê, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Nogueira (Avaí)

Lei nº 2.225 de 15/12/1927
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Bauru.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o município de Avaí.

Nossa Senhora do Remédio (Salesópolis)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Salesópolis, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Nova Alexandria (Cândido Mota)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de Patrocínio de Alexandria, município de Cândido Mota, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Nova América (Itápolis)

Lei nº 1.222-B de 14/12/1910
Cria o distrito, com sede no povoado de Lageadinho, município de Itápolis, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Nova Aparecida (Campinas)

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de Aparecida, município de Campinas, e território desmembrado do distrito sede e do 2º subdistrito (Santa Cruz), deste município.

Nova Castilho (General Salgado)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito de Japiúba, com sede no povoado de São Luiz, município de General Salgado, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Lei nº 6.142 de 27/06/1961
Transfere a sede do distrito para o povoado de Vila Castilho, mantendo a antiga denominação.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Altera a denominação para Nova Castilho.

Nova Itapirema (Nova Aliança)

Lei nº 1.135 de 19/10/1908
Cria o distrito de Itapirema no município de Rio Preto (atual São José do Rio Preto), com as mesmas divisas do distrito policial de São Sebastião da Fartura, deste município.
Lei nº 1.936 de 29/11/1923
Transfere a sede do distrito para o povoado de Monte Belo, mantendo a antiga denominação.
Decreto-Lei nº 7.199 de 10/06/1935
Transfere a sede do distrito para o povoado de Nova Itapirema, mantendo a antiga denominação.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o município de Nova Aliança e transfere o distrito de Nova Itapirema para este município.

Nova Pátria (Presidente Bernardes)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito de Dumontina, com sede no povoado de Santos Dumont, município de Presidente Bernardes, e território desmembrado do distrito de Pirapozinho, município de Presidente Prudente, e do distrito sede do município de Santo Anastácio.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Transfere a sede do distrito para o povoado de Nova Pátria, município de Presidente Bernardes, assumindo o distrito esta denominação.

Nova Veneza (Sumaré)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Sumaré, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Hortolândia, deste município.

Novo Cravinhos (Pompéia)

Decreto nº 6.747 de 05/10/1934
Cria o distrito policial de Novo Cravinhos no município de Marília.
Lei nº 2.621 de 14/01/1936
Cria o distrito, com a denominação de Novo Cravinhos, município de Marília.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Pompéia.

Oásis (Tupi Paulista)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Tabajara Paulista, município de Gracianópolis (atual Tupi Paulista), e território desmembrado do distrito sede deste município.

Oliveira Barros (Miracatú)

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de Miracatú, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Onda Branca (Nova Granada)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Nova Granada, e território desmembrado dos distritos de Ingás e Mangaratú, deste município.

Ouro Fino Paulista (Ribeirão Pires)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito de Tupeba, com sede no povoado de Ouro Fino, município de Ribeirão Pires.
Lei nº 9.887 de 31/10/1967
Altera a denominação para Ouro Fino Paulista.

Padre Nóbrega (Marília)

Lei nº 2.643 de 15/01/1936
Cria o distrito no município de Marília.

Palmeiras de São Paulo (Suzano)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro das Palmeiras, município de Suzano, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Paraisolândia (Charqueada)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de Paraíso, município de Charqueada, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Paranabi (Ilhabela)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944

Brasão de Parnahyba (J.W. Rodrigues) Composição de Affonso A. Taunay. A divisão da superfície do Brasil simboliza o Brasil português e o Brasil adquirido no coração do continente pela ação das Bandeiras. A divisa é alusiva ao papel dos grandes Bandeirantes Parnahybanos na obra da dilação do Brasil.
Reprodução do livro Brazões e Bandeiras do Brasil, de Clovis Ribeiro, 1933
Acervo da Biblioteca Mário de Andrade

Brasão de Conceição de Itanhaém (J.W. Rodrigues) Composição de Benedito Calixto. O cavalo branco é o timbre dos condes de Vimieiro, Donatários da Capitania de Conceição de que Itanhaém era a capital.
Reprodução do livro Brazões e Bandeiras do Brasil, de Clovis Ribeiro, 1933
Acervo da Biblioteca Mário de Andrade

Cria o distrito, com sede no povoado de Sombrio, município de Ilhabela, e território desmembrado do distrito sede deste município e compreendendo o arquipélago de Búsios e Vitória.

Paranapiacaba (Santo André)

Lei nº 1.098 de 05/11/1907
Cria o distrito no município de São Bernardo (atual São Bernardo do Campo).
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Santo André.

Parelheiros (São Paulo)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de São Paulo, e território desmembrado da 37ª zona distrital (Capela do Socorro) do distrito sede deste município, e do distrito de São Bernardo (atual São Bernardo do Campo).

Parnaso (Tupã)

Lei nº 3.077 de 29/09/1937
Cria o distrito no município de Glicério.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Tupã.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Extingue o distrito.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria novamente o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Tupã, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Parque Meia-lua (Jacarei)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de Jacarei, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Paruru (Ibiúna)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Ibiúna, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Paulistânia (Agudos)

Decreto nº 6.790 de 23/10/1934
Cria o distrito de Bandeirantes no município de Agudos.

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Paulistânia.

Paulópolis (Pompéia)

Lei nº 2.999 de 24/06/1937
Cria o distrito no município de Marília.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Pompéia.

Pedra Branca de Itararé (Itararé)

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Itararé, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Pedro Barros (Miracatú)

Decreto nº 6.774 de 15/10/1934
Cria o distrito policial.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito de Tupiniquins, com sede no povoado de Pedro Barros, município de Miracatú, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Pedro de Toledo, deste município.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Altera a denominação para Pedro Barros.

Perus (São Paulo)

Decreto nº 6.693 de 21/09/1934
Cria o distrito, com sede na estação de mesmo nome, município de São Paulo.
Lei nº 9.775 de 30/11/1938
Extingue o distrito.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria novamente o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de São Paulo, e território desmembrado do distrito sede e da 31ª zona distrital, deste município.

Picinguaba (Ubatuba)

Decrreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Ubatuba, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Pinheiros (Lavrinhas)

Lei nº 308 de 13/03/1846
Cria a freguesia de São Francisco de Paula dos Pinheiros no município de Queluz.

Lei nº 87 de 27/06/1881
Cria a vila.
Lei nº 1.021 de 06/11/1906
Altera a denominação para Pinheiros.
Lei nº 6.448 de 21/05/1934
Reconduz o município à condição de distrito, reincorporando-o ao município de Queluz.
Lei nº 3.041 de 04/09/1937
Cria novamente o município.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Extingue o município de Pinheiros e cria o município de Lavrinhas, com sede na vila de mesmo nome, e território desmembrado do extinto município.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria novamente o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Lavrinhas, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Pioneiros (Guará)

Lei nº 7.575 de 22/02/1936
Cria o distrito policial de Bacuri no município de Guará.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Bacuri, município de Guará, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Pirambóia (Anhembi)

Ato de 06/02/1895
Cria o distrito policial.
Lei nº 596 de 25/04/1899
Cria o distrito, com sede no bairro de Recomboio, município de Rio Bonito, atual município de Bofete, com as mesmas divisas do distrito policial.
Decreto nº 6.450 de 21/05/1934
Transfere o distrito para o município de Anhembi.
Decreto nº 6.494 de 12/06/1934
Transfere o distrito sede do município de Anhembi para o distrito de Pirambóia, assumindo o município esta denominação.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Reconduz o município à condição de distrito, reincorporando-o ao município de Anhembi.

Pirapitingui (Itu)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Itu, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Planalto do Sul (Teodoro Sampaio)

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de Teodoro Sampaio, e território demembrado do distrito sede deste município.

Polvilho (Cajamar)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de Cajamar, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Porto Novo (Caraguatatuba)

Lei nº 7.922 de 17/10/1936
Cria o distrito policial no município de São Sebastião.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Caraguatatuba, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Potunduva (Jaú)

Lei nº 2.297 de 13/11/1928
Cria o distrito no município de Jaú.

Pradinia (Pirajuí)

Decreto nº 10.118 de 14/04/1929
Cria a 2ª zona distrital, com a denominação de João de Castro Prado, distrito de Uru, município de Pirajuí.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de João de Castro Prado, município de Pirajuí, e território desmembrado do distrito de Uru, deste município.

Prudêncio de Moraes (General Salgado)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de General Salgado, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de São João de Iracema, deste município.

Quiririm (Taubaté)

Lei nº 2.087 de 19/12/1925
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Taubaté.

Rechan (Itapetininga)

Lei nº 2.343 de 14/05/1980
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de Itapetininga, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Riacho Grande (São Bernardo do Campo)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de Rio Grande, município de São Bernardo do Campo, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Ribeirão dos Índios (Santo Anastácio)

Antigo distrito policial de Ribeirão dos Índios.
Lei nº 2.793 de 26/12/1936
Cria o distrito, com a denominação de Ribeirão dos Índios, com sede no povoado de mesmo nome, município de Santo Anastácio.

Ribeiro dos Santos (Olímpia)

Lei nº 2.101 de 29/12/1925
Cria o distrito de Baguaçu no município de Olímpia.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere a sede do distrito para o povoado de Ribeiro dos Santos, município de Olímpia, assumindo o distrito esta denominação.

Ribeiro do Vale (Guararapes)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Guararapes, e território desmembrado dos distritos sedes deste município e dos municípios de Valparaíso e Araçatuba.

Roberto (Pindorama)

Antigo distrito policial.
Decreto nº 6.638 de 31/08/1934
Cria o distrito de Villa Robert no município de Itajobi.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Vila Roberto.
Decreto-Lei Federal nº 2.107 de 02/04/1940
Decreto Estadual nº 11.069 de 04/05/1940
Altera a denominação para Roberto.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o município de Pindorama.

Rosália (Marília)

Lei nº 3.127 de 10/11/1937
Cria o distrito de Primavera no município de Marília.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Rosália.

Rubião Júnior (Botucatu)

Decreto nº 7.089 de 10/04/1935
Cria o distrito policial no município de Botucatu.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Botucatu, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Ruilândia (Mirassol)

Lei nº 2.120 de 30/12/1925
Cria o distrito de Rui Barbosa no município de Mirassol.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Extingue o distrito, anexando seu território aos distritos de Jaci e José Bonifácio, município de Mirassol.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria novamente o distrito, com a denominação de Ruilândia, município de Mirassol, e território desmembrado do distrito de Jaci, deste município.

Sabaúna (Mogi das Cruzes)

Lei nº 1.758 de 27/12/1920
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Mogi das Cruzes.

Salto de Avanhandava (José Bonifácio)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de José Bonifácio, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Santa América (Getulina)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Getulina, e território desmembrado do distrito de Macucos, deste município.

Santa Cruz da Estrela (Santa Rita do Passa Quatro)

Lei nº 493 de 28/04/1897
Cria o distrito no município de Santa Rita do Passa Quatro.

Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Estrela.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Jacirendi.
Lei nº 8 de 31/08/1972
Altera a denominação para Santa Cruz da Estrela.

Santa Cruz dos Lopes (Itararé)

Lei nº 4.954 de 27/12/1895
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Itararé, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Santa Eudóxia (São Carlos)

Lei nº 1.331 de 22/11/1912
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de São Carlos.

Santa Isabel do Marinheiro (Pedranópolis)

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de Santa Isabel, município de Pedranópolis, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Santa Margarida Paulista (Ferraz de Vasconcelos)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de Santa Margarida, município de Ferraz de Vasconcelos, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Santa Maria do Gurupá (Promissão)

Lei nº 3.009 de 30/06/1937
Cria o distrito de Gurupá no município de Avanhandava.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Promissão.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Ipês.
Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Altera a denominação para Santa Maria do Gurupá.

Santa Rita do Ribeira (Miracatu)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de Santa Rita de Cássia, município de Miracatu, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Santa Terezinha de Piracicaba (Piracicaba)

Lei nº 8.533 de 09/09/1937
Cria o distrito policial de Santa Terezinha, com sede na estação de Ipiranga, município de Araçatuba.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com a denominação de Santa Terezinha de Piracicaba, com sede no povoado de Santa Terezinha, município de Piracicaba, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Santelmo (Pederneiras)

Lei nº 9.775 de 30/11/1938
Cria o distrito de Água Limpa no município de Pederneiras, com território desmembrado do distrito de Floresta, deste município.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Santelmo.

Santo Antônio da Estiva (Pirajui)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Pirajui, e território desmembrado do distrito sede e dos distritos de Balbinos e Uru, deste município.

Santo Antônio do Paranapanema (Cândido Mota)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de Patrimônio de Santo Antônio do Paranapanema, município de Cândido Mota e território desmembrado do distrito sede deste município.

Santo Antônio Paulista (Ferraz de Vasconcelos)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de Santo Antônio, município de Ferraz de Vasconcelos, e território desmembrado do distrito sede deste município.

São Benedito da Cachoeirinha (Ituverava)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Ituverava, e território desmembrado do distrito sede deste município.

São Benedito das Areias (Mococa)

Antigo povoado de São João Batista do Rio Pardo.

Lei nº 711 de 30/08/1900
Cria o distrito, com a denominação de Pitumbi, com sede no povoado de São João Batista do Rio Pardo, município de Mococa.
Decreto nº 6.724 de 02/10/1934
Cria o distrito de São Benedito no município de Mococa.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para São Benedito das Areias.

São Berto (Manduri)

Lei nº 2.092 de 19/12/1925
Cria o distrito de São Bartolomeu, com sede no distrito policial de mesmo nome, município de Piraju.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Extingue o distrito.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com a denominação de São Berto, com sede no povoado de São Bartolomeu, município de Manduri.

São Francisco da Praia (São Sebastião)

Lei nº 533 de 02/04/1856
Cria a freguesia.
Lei nº 55 de 05/04/1870
Extingue a freguesia.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria novamente o distrito, com sede no povoado de São Francisco, município de São Sebastião, e território desmembrado do distrito sede deste município.

São Francisco Xavier (São José dos Campos)

Lei nº 59 de 19/08/1892
Cria o distrito, com sede no bairro de São Francisco Xavier, município de São José dos Campos, e define suas divisas.

São João de Itaguaçu (Urupês)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Urupês, e território desmembrado do distrito sede deste município.

São João do Marinheiro (Mira Estrela)

Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Mira Estrela, e território desmembrado do distrito sede deste município.

São João Novo (São Roque)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito de Taxaquara, com sede no povoado de São João, municipio de São Roque, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Araçariguama, deste municipio.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para São João Novo.

São José das Laranjeiras (Maracaí)

Lei nº 5.285 de 28/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de Laranjeiras, municipio de Maracai, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Cruzália, deste muinicipio.

São Lourenço do Turvo (Matão)

Lei nº 1.299 de 22/12/1911
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Matão.

São Martinho d'Oeste (Alto Alegre)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de São Martinho, municipio de Alto Alegre, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

São Mateus (São Paulo)

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, municipio de São Paulo, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

São Miguel Paulista (São Paulo)

Lei nº 01 de 11/02/1871
Eleva à categoria de freguesia a aldeia de São Miguel, municipio de São Paulo.
Lei nº 41 de 30/03/1871
Extingue o distrito.
Decreto nº 170 de 16/05/1891
Cria novamente o distrito no municipio de São Paulo.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Extingue novamente o distrito.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com a denominação de Baquirivu, com sede no povoado de São Miguel, municipio de São Paulo, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Lei nº 233 de 24/12/1948
Altera a denominação para São MIguel Paulista.

São Roque da Fartura (Águas da Prata)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Águas da Prata, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

São Sebastião da Serra (Brotas)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito de Vargão, com sede no povoado de São Sebastião, municipio de Brotas, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Extingue o distrito.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria novamente o distrito, com a denominação de São Sebastião da Serra, municipio de Brotas.

São Silvestre de Jacarei (Jacarei)

Lei nº 2.343 de 14/05/1980
Cria o distrito, com sede no bairro de São Silvestre, municipio de Jacarei, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Sapezal (Paraguaçu Paulista)

Lei nº 1.939 de 11/12/1923
Cria o distrito no municipio de Conceição do Monte Alegre.
Decreto nº 6.059 de 19/08/1933
Transfere a sede do municipio de Conceição de Monte Alegre para o distrito de Sapezal, passando este à condição de municipio, com a denominação de Conceição do Monte Alegre.
Decreto nº 6.873 de 17/12/1934
Altera a denominação para Sapezal.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Reconduz o municipio à condição de distrito, incorporando-o ao municipio de Paraguaçu Paulista.

Sapopemba (São Paulo)

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, municipio de São Paulo, e territòrio desmembrado do distrito sede deste municipio.

Simões (Cafelândia)

Decreto nº 2.650 de 17/01/1936
Cria o distrito de Vila Simões no município de Cafelândia.
Decreto-Lei Federal nº 2.104 de 02/04/1940
Decreto Estadual nº 11.069 de 04/05/1940
Altera a denominação para Simões.

Simonsem (Votuporanga)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado da Parada e da Estrada de Ferro de Araraquara, município de Votuporanga, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Sodrélia (Santa Cruz do Rio Pardo)

Antigo distrito policial do município de Santa Cruz do Rio Pardo.
Lei nº 2.366 de 07/11/1929
Cria o distrito no município de Santa Cruz do Rio Pardo.

Solemar (Praia Grande)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de São Vicente, e território desmembrado do distrito sede deste município.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Transfere o distrito para o município de Praia Grande.

Sousas (Campinas)

Ato de 02/09/1890
Cria o distrito policial de Arraial dos Sousas no município de Campinas.
Lei nº 416 de 24/07/1896
Cria o distrito de Arraial dos Sousas no município de Campinas, com as mesmas divisas do distrito policial.
Lei nº 9.775 de 30/11/1938
Altera a denominação para Sousas.

Sussuí (Palmital)

Antigo povoado do município de Cândido Mota.
Lei nº 2.230 de 20/12/1927
Cria o distrito no município de Cândido Mota.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o município de Palmital.

Tabajara (Lavínia)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Lavínia, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Taiaçupeba (Mogi das Cruzes)

Lei nº 2.257 de 31/12/1927
Cria o distrito, com sede no bairro da Capela do Ribeirão, município de Mogi das Cruzes.

Talhado (São José do Rio Preto)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de São José do Rio Preto, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Tapinas (Itápolis)

Lei nº 2.213 de 28/11/1927
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Itápolis.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Extingue o distrito, sendo parte de seu território anexado ao distrito sede do município de Itápolis e parte anexado ao distrito de Nova América, deste município.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria novamente o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Itápolis, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Teçaindá (Martinópolis)

Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria o distrito, com sede no povoado de São Pedro, município de Martinópolis, e território desmembrado dos distritos de Lavínia, município de Valparaíso, e Alfredo Marcondes, município de Álvares Machado.

Terra Nova d'Oeste (Nova Guataporanga)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de Terra Nova, município e Santa Mercedes, e território desmembrado dos distritos sedes deste município e do município de Tupi Paulista.
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Transfere o distrito para o município de Nova Guataporanga.

Tibiriçá (Bauru)

Lei nº 1.675 de 09/12/1919
Cria o distrito de Presidente Tibiriçá no município de Bauru, com território desmembrado do distrito de Jacutinga, deste município.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1939
Altera a denominação para Tibiriçá.

Tibiriçá do Paranapanema (Piraju)

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito, com sede na Vila Tibiriçá, município de Pirajú, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Trabiju (Boa Esperança do Sul)

Decreto nº 6.509 de 22/06/1934
Cria o distrito no município de Boa Esperança (atual Boa Esperança do Sul).

Três Alianças (Mirandópolis)

Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito de Roteiro, com sede no povoado de Segunda Aliança, município de Mirandópolis, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Amandaba, deste município.
Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Altera a denominação para Três Alianças.

Três Pontes (Amparo)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de Amparo, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Tujuguaba (Conchal)

Lei nº 7.553 de 07/02/1936
Cria o distrito policial no município de Moji-Mirim.
Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, município de Conchal, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Tupi (Piracicaba)

Lei nº 2.783 de 23/12/1936
Cria o distrito, com sede no distrito policial de mesmo nome, município de Piracicaba.

Turiba do Sul (Itaberá)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito com sede no povoado de mesmo nome, município de Itaberá, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Turvinia (Bebedouro)

Lei nº 1.864 de 31/08/1922
Cria o distrito no município de Bebedouro.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Extingue o distrito.
Lei nº 10.532 de 02/10/1939
Cria a 2ª zona distrital (Turvinia) no distrito de Botafogo, município de Bebedouro.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Cria novamente o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Bebedouro, e território desmembrado do distrito de Botafogo, deste município.

Universo (Tupã)

Lei nº 5.285 de 18/02/1959
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Tupã, e território desmembrado do distrito sede e do distrito de Iacri, deste município.

Ururai (Santa Adélia)

Lei nº 1.665 de 27/11/1919
Cria o distrito no município de Santa Adélia.

Vale Formoso (Novo Horizonte)

Lei nº 7.598 de 14/03/1936
Cria o distrito policial no município de Novo Horizonte.
Lei nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Novo Horizonte, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Vanglória (Pederneiras)

Decreto nº 11.822 de 27/01/1941
Cria o distrito policial no município de Pederneiras.
Decreto nº 233 de 24/12/1948
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, município de Pederneiras, e território desmembrado do distrito sede deste município.

Varpa (Tupã)

Lei nº 2.237 de 23/12/1927
Cria o distrito, com sede no povoado de mesmo nome, municipio de Campos Novos (atual Campos Novos Paulista).
Lei nº 6.204 de 11/12/1933
Transfere o distrito para o municipio de Marília.
Decreto nº 9.775 de 30/11/1938
Transfere o distrito para o municipio de Pompéia.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Transfere o distrito para o municipio de Tupã.

Venda Branca (Casa Branca)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, municipio de Casa Branca, e território desmembrado do distrito de Lagoa Branca, deste municipio.

Vicente de Carvalho (Guarujá)

Lei nº 2.456 de 30/12/1953
Cria o distrito, com sede no povoado de Itapema, municipio de Guarujá, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Vila Dirce (Carapicuiba)

Lei nº 4.954 de 27/12/1985
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, municipio de Carapicuiba, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Vila Nery (São Carlos)

Lei nº 3.198 de 23/12/1981
Cria o distrito, com sede no bairro de mesmo nome, municipio de São Carlos, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

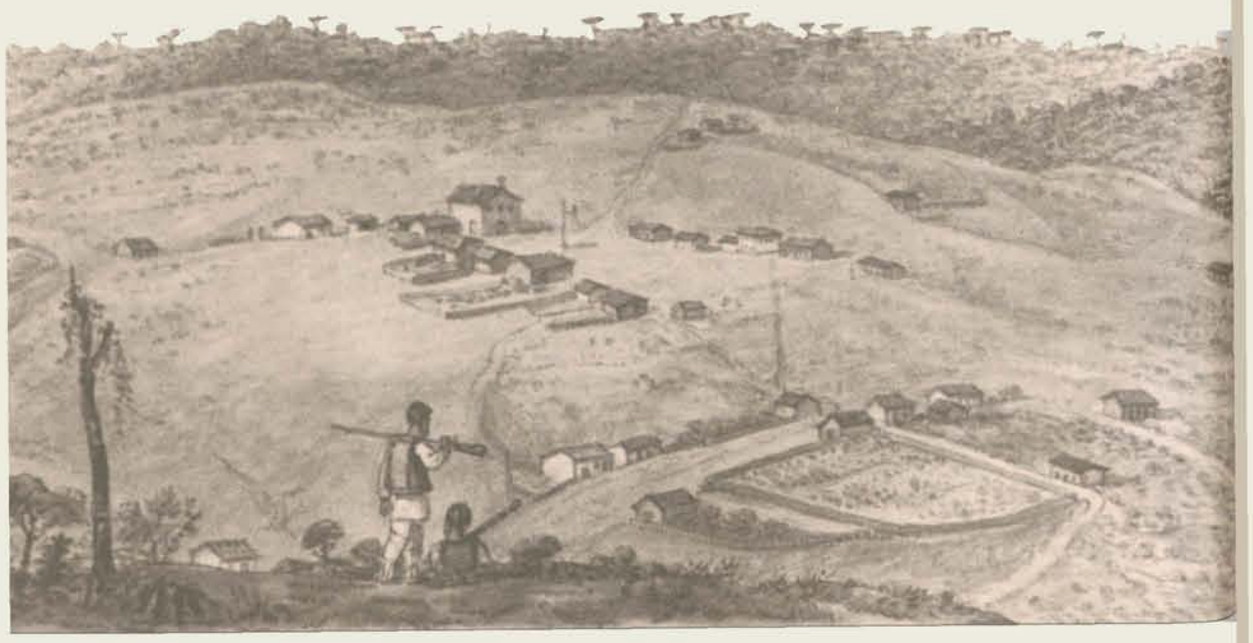
Vila Xavier (Araraquara)

Lei nº 8.050 de 31/12/1963
Lei nº 8.092 de 28/02/1964
Cria o 2º subdistrito (Vila Xavier), municipio de Araraquara, com território desmembrado do distrito sede deste municipio.
Lei nº 2.343 de 14/05/1980
Cria o distrito, com a denominação de Vila Xavier, com sede no bairro de mesmo nome, municipio de Araraquara, e território desmembrado do distrito sede deste municipio.

Vitoriana (Botucatu)

Lei nº 2.302 de 05/12/1928
Cria o distrito de Victória, com sede no distrito policial de mesmo nome, municipio de Botucatu.
Decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944
Altera a denominação para Vitoriana.

Itapeva (Itapevas de Faxina) – 1827 (J.B. Debret)
Reprodução do livro Quarenta paisagens inéditas do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina
Acervo da Biblioteca Mário de Andrade



ANEXO 1 – GLOSSÁRIO JURÍDICO

Assim como a terminologia aplicada ao quadro territorial e administrativo, o Glossário Jurídico tem por finalidade o esclarecimento da terminologia ora empregada, considerando a diversidade dos diplomas legais envolvidos neste trabalho, bem como suas atribuições sobre o processo de configuração do quadro territorial e administrativo do Estado.

Ato

Não foram localizadas definições para este termo, bem como referências a seu eventual período de vigência; a partir de fontes secundárias se colige corresponder a documento ou declaração de caráter oficial, expedido sem regularidade.

Alvará

Lei geral que tinha por objeto fazer modificações ou impor declarações sobre questões já estabelecidas (no que se diferia da carta de lei que vinha impor novas regras ou estabelecimentos e que tinha valor permanente), tendo vigência anual, se outra condição não lhe fosse imposta; como não existia no Direito antigo a divisão de poderes, considerava-se lei toda manifestação de vontade do Rei, destinada a introduzir qualquer alteração na ordem jurídica. Entre várias espécies de leis, figuravam os alvarás, que se contrapunham às leis propriamente ditas, cartas de lei ou cartas patentes, quer na duração, visto que, segundo a Ordenação, eram leis as providências cujo efeito deveria durar mais de um ano, ao passo que as disposições do alvará, em regra, deveriam se efetuar dentro do ano. Mas, tanto as diferenças de forma como as relativas à vigência sofriam, na prática, exceções frequentes; com o tempo, acabou adquirindo força de lei; atualmente não tem sentido de lei transitória ou anual; ordem escrita, emanada de uma autoridade judicial ou administrativa, para que se possa praticar determinado ato.

Carta-Régia

Determinação imediata do soberano dirigida sobre algum direito singular à pessoa.

Decreto

Ato administrativo privativo do chefe do Executivo (atual); ordem, decisão que emana da autoridade soberana; diplomas emanados do Poder Executivo ou governo.

Decreto-Lei

Ato emanado do Poder Executivo quando, no seu fundo e na sua forma, se equipara as proprias leis, emanadas do Poder Legislativo; figura juridica que aparece no Brasil pela primeira vez na Constituição Federal de 1937; deixa de existir em 1946 e volta na Constituicão de 1967; de 1937 a 1946 tinha equivalencia completa de lei; hoje corresponde a um ato com força de lei editado pelo Presidente da Republica e homologado pelo Congresso Nacional, somente em casos de urgencia ou de interesse publico relevante.

Lei

Norma votada pelo Legislativo, tendo na maior parte das vezes um carater geral; norma juridica escrita que revista os caracteres da realidade; preceito juridico escrito, emanado do poder estatal, abrangendo leis em sentido estrito, decretos, regulamentos, resolucões, portarias, etc.; todo o conjunto de regras instituidas regularmente, sem distincões quanto a autoridade que as elabora e promulga.

Ordem

Não foram localizadas definições para este termo, bem como referencias a seu eventual periodo de vigência; a partir de fontes secundarias se colige corresponder a uma especie de lei, de determinacão, de carater generico.

Portaria

Atualmente, documento ou diploma oficial, assinado por um ministro ou chefe de Estado.

Provisão

Decreto ou licença que o poder eclesiastico passava a alguem para erecão de capela ou outros fins; prescrição, ordem, decreto, disposição; providencia para a realização de ato - notadamente no campo do direito administrativo (seja praticado na esfera do executivo, do judiciario ou do legislativo).

Resolução

Deliberação ou determinação; ato pelo qual a autoridade publica ou o poder público toma uma decisão, impõe uma ordem ou estabelece uma medida; tem significação generica, pois que atinge especie de deliberacão ou de determinação, baixada para ser obrigatoriamente cumprida ou geralmente acatada.

ANEXO 2 – GLOSSÁRIO TERRITORIAL E ADMINISTRATIVO

Este glossario foi elaborado a partir de informacões coletadas na bibliografia utilizada no decorrer da pesquisa em função de entrevistas realizadas.

Considerando a especificidade da terminologia aplicada ao quadro territorial e administrativo e a importancia de sua compreensão para o correto entendimento deste trabalho, são apresentados aqui alguns conceitos.

Aldeia

Pequena povoacão que não dispõe de jurisdição, dependendo administrativamente da vila ou da cidade, a cujo termo ou comarca pertence; povoação constituida exclusivamente de indios; local em que se agrupavam indios domesticados dos sertões. Os portugueses chamavam de aldeias as tabas dos indios, as povoacões indigenas e aquelas que os missionarios organizavam ou iam convertendo.

Arraial

Povoação de carater temporario, geralmente formada em função de certas atividades extrativas, como a lavra de minerios ou metais raros, pesca; lugarejo provisório; aldeola de pescadores.

Bairro

Parte ou circunscrição em que se divide a cidade; forma, em regra, um distrito que dispõe, por vezes, não somente de autoridades policiais, como tambem municipais; divisão antiga que pode ter surgido naturalmente, a medida que, com a Divisão Internacional do Trabalho, as pessoas que militavam no mesmo oficio congregavam-se num so local.

Capela

Pequena igreja de um so altar, sem pastor proprio; pequeno templo erigido ou fundado pelos nobres ou senhores nas terras de sua propriedade, muitas das quais se converteram depois em paroquias e igrejas principais, podendo ser publica ou privada.

Capela curada

Capelas ministradas, em caráter permanente, por um pároco ou cura; são igualadas às paróquias.

Capitania hereditária

Regime de divisão territorial aplicado por Portugal nas ilhas dos Açores e da Madeira, antes de ser aplicado no Brasil; era definida segundo uma certa extensão de costas, com profundidade que se estendia até o limite de direito de propriedade da Coroa portuguesa - Linha de Tordesilhas; doada pelo Rei de Portugal através de cartas de doação e forais àquele que se tornava, assim, donatário da capitania. O donatário não recebia exatamente a terra, mas sim o usufruto desta; não podia ser alienada, mas transmitida por herança, ao filho varão mais velho, não podendo ser dividida entre os demais herdeiros; sua subdivisão pelo donatário era permitida, dentro de determinados critérios, baseados nas normas do reino, e concedidas partes do que recebiam a outros interessados; sistema vigente entre 1534 e 1548.

Cidade

Título honorífico concedido, até a Proclamação da República, pela Casa Imperial, a vilas e municípios, sem nada acrescentar à sua autonomia; a partir da Constituição de 1891 este poder é delegado aos Estados, que podem tornar cidade toda e qualquer sede de município; nome reconhecido legalmente para as povoações de determinada importância.

Distrito

Divisão territorial e administrativa em que certa autoridade administrativa, judicial ou fiscal exerce sua jurisdição.

Estação

Ponto de parada de meios de condução ou transporte de cargas ou de passageiros; vocábulo incorporado à denominação de algumas localidades em que a estação ferroviária teve papel significativo na origem ou desenvolvimento do povoamento.

Freguesia

Circunscrição eclesiástica que forma a paróquia; sede de uma igreja paroquial, que servia também, para a administração civil; categoria oficial institucionalmente reconhecida a que era elevado um povoado quando nele houvesse uma capela curada ou paróquia na qual pudesse manter um padre à custa destes paroquianos, pagando a ele a côngrua anual; fração territorial em que se dividem as dioceses; designação portuguesa de paróquia.

Município

Divisão administrativa de origem romana, levada pelos romanos para a Península Ibérica, e de Portugal trazida para o Brasil; equivalente a vila; menor unidade territorial político-administrativa autônoma; entre os antigos romanos, cidade que possuía o direito de se administrar e governar por suas próprias leis; substitui definitivamente o termo "vila" a partir da República, tendo aparecido pela primeira vez na legislação brasileira através da Carta Régia de 29/10/1700.

Paróquia

Termo proveniente do grego para-oikia, ou seja, aquilo que se encontra perto ou ao redor da casa (supõe-se "do Senhor", ou seja, da Igreja); determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, cujo cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano; divisão eclesiástica governada por um pároco ou cura; originária e essencialmente de significado espiritual adquiriu, desde o início, significado também material, tendo se integrado ao processo administrativo, como pessoa moral de direito público; nasceu

da conjugação de dois fatores: um de caráter espiritual, outro tributário, que exigia a delimitação territorial; equivalente a freguesia.

Povoado

Pequeno aglomerado rural ou urbano, sem autonomia administrativa; em geral, centro da sede de um município; lugar ou sítio no qual já se formou uma pequena população ou um pequeno núcleo de habitantes.

Sesmaria

Fração de terra da capitania concedida a terceiros, pelo donatário desta, para exploração econômica, sob pagamento de apenas um tributo, o dízimo - décima parte da produção; sistema português transplantado para o Brasil, previsto nas cartas de doação e forais das capitanias hereditárias; extensão de terra definida, tendo por base a "légua em quadra" ou formas retangulares.

Subdistrito

Subdivisão do distrito-sede de um município; surge em 1944, em substituição às zonas distritais; a partir da Lei Complementar nº 651 de 31/07/1990 é equiparado a distrito.

Termo

Território da vila, cujos limites são imprecisos; tinha sua sede nas vilas ou cidades respectivas; era dividido em freguesias; limite, raia ou marco divisório que extrema uma área circunscrita; região ou território que se estende às abas da cidade, vila, etc; distrito de uma administração.

Vila

Sede do termo; unidade político-administrativa autônoma equivalente a município, trazida de Portugal para o Brasil no início da colonização (a primeira vila criada no Brasil foi São Vicente, em 22/01/1532), tendo perdurado até fins do século XIX; toda vila deveria possuir câmara e cadeia, além de um pelourinho - símbolo de autonomia; termo empregado em substituição a município, pois este não podia ser empregado na colônia, ou seja, em terras não emancipadas.

Zona distrital

Subdivisão do distrito sede de um município; surge em 1938, sendo substituída a partir da Lei nº 14.334 de 30/11/1944 pelo subdistrito.

BIBLIOGRAFIA

CAPRI, Roberto. **O Estado de São Paulo e seus municípios.** São Paulo : Tipografia Pocai B. Wein, 1913.

CARVALHO, Cleto Marinho de. **Genealogia dos distritos, municípios e comarcas paulistas.** São Paulo : Ed. Resenha Tributária, 1988 (Coletânea Cariolano Nogueira Cobra, 1).

EGAS, Eugênio. **Os municípios paulistas.** São Paulo : Seção de Obras do Estado, 1925. 2v.

FORJAZ, Djalma. **Distritos de paz do estado.** São Paulo : Departamento Estadual de Estatística, 1940

------ . ------: 1944 - 1948. São Paulo : Departamento de Estatística do Estado, 1953.

------ . ------: 1949 - 1953. São Paulo : Departamento de Estatística do Estado, 1953.

------ . ------: 1954 - 1958. São Paulo : Departamento de Estatística do Estado, 1954.

------ . **Ensaio de um quadro demonstrativo do desmembramento das comarcas do Estado de São Paulo.** São Paulo : Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, 1931.

------ . ------. 2. ed. São Paulo : Departamento Estadual de Estatística, 1938.

------ . ------. 3. ed. São Paulo : Departamento Estadual de Estatística, 1942.

------ . ------. 4. ed. São Paulo : Departamento Estadual de Estatística, 1944 - 1948.

------ . **Ensaio de um quadro demonstrativo do desmembramento dos municípios do Estado de São Paulo.** São Paulo : Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, 1931.

------ . -------. 2. ed. São Paulo : Departamento de Estatística do Estado, 1938.

------ . -------. 3. ed. São Paulo : Departamento de Estatística do Estado, 1941.

------ . **Quadro demonstrativo do desmembramento dos municípios** : qüinqüênio 1949 - 1953. São Paulo : Departamento de Estatística do Estado, 1953.

------ . ------. qüinqüênio 1954 - 1958. 6. ed. São Paulo : Departamento de Estatística do Estado, 1954.

GUIRELLI, Wallace de Oliveira. O município no Brasil, São Paulo : IMESP, 1971.

IBGE. **Divisão territorial do Brasil.** Rio de Janeiro, 1954, 1965, 1980, supl. 1984.

------ . **Divisão territorial do Estado de São Paulo.** Rio de Janeiro, 1949.

------ . **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro, 1957.

LIVROS dos municípios do Estado de São Paulo. São Paulo : Liv. Martins Ed. 1951.

PALERMO, Alfredo. **Nova divisão territorial do Brasil** : qüinqüênio 1954 - 1958; **Origem dos municípios do Estado de São Paulo.** Franca, 1955.

PIZA, Marcelo. **Os municípios de São Paulo.** São Paulo : Secretaria da Agricultura, 1924.

SÃO PAULO (Estado). Departamento de Estatística. **Municípios paulistas 1954.** São Paulo, 1956.

----- . Leis, etc. **Quadro territorial administrativo e judiciário do estado**: qüinqüênio 1954 - 1958. São Paulo : D.E.E.S.P., 1954.

SÃO PAULO LEGISLAÇÃO : coletânea de leis e decretos. São Paulo: IMESP, 1835-1938, 1944, 1948, 1953, 1958, 1964.

VALLIM, Pedro E. **Álbum dos municípios do Estado de São Paulo.** São Paulo : Revista dos Tribunais, 1940.

ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil:** 1532-1700, São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1948.

COMPOSIÇÃO, FOTOLITO E IMPRESSÃO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
Rua da Mooca, 1921 — Fone: 291-3344
Vendas, ramais: 257 e 325
Telex: 011-34557 — DOSP
Caixa Postal: 8231 — São Paulo
C.G.C. (M.F.) N.º 48.066.047/0001-84